

KARLA PATRÍCIA RESENDE

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA
ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI**

1977 – 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - 2005

KARLA PATRÍCIA RESENDE

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA
ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI**

1977 – 1996

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges.

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia - 2005

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, João Resende e Maria Helena, pelo incentivo e apoio na minha caminhada.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Jaciara.

Ao Maurício que durante este percurso esteve ao meu lado, dando me carinho e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar-me, proteger-me e conceder a oportunidade de realiza este sonho.

A Profa. Vera Lúcia, pelas orientações desde a graduação, e neste trabalho agradeço pelas leituras e sugestões dadas.

Aos Prof. Décio Gatti, Prof. Geraldo e Prof. Carlos Lucena, pelas sugestões de leituras e contribuições para o aperfeiçoamente deste trabalho durante o exame de qualificação.

Aos (às) colegas e professores (as) do Mestrado, pela convivência e momentos de estudo.

À minha família, pelo apoio, carinho e incentivo, sempre ensinado-me a ser humilde e perseverante na vida.

Ao Maurício que tanto me apoiou e se alegrou com as minhas vitórias.

Aos amigos, Fernando Naves, Victor, Ronaldo, Marina, Luciane, Iolanda, Elaine, Ana Beatriz, Elane, Vicente, Pérola, Noadia, Maria Odete, Marli, Toninha, pessoas tão queridas que Deus pôs em meu caminho. Em especial, Fernando Naves, Victor e Luciane, pela ajuda e correções ortográficas no trabalho.

Ao Jesus e ao James, secretários do Mestrado em Educação.

Aos ex-diretores da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, Iolanda Abalém, Ademar Inácio e Sr. Valdemar Firmino pelas entrevistadas, contribuições de fontes primárias e informações que tanto foram valiosas para o desenvolvimento do trabalho.

À todos os ex-alunos e professores entrevistados, que também cederam informações valiosíssimas para a realização deste trabalho.

À CAPES

Pela concessão da bolsa de pesquisa, que foi de grande ajuda no decorrer do Mestrado.

O sistema escolar brasileiro não é homogêneo, é fundamentalmente dual porque reflete as diferenças sociais entre os trabalhadores intelectuais e os trabalhadores manuais, entre as artes liberais e as artes mecânicas, entre a teoria e a prática, entre os engenheiros que planejam e os técnicos que executam (Ester Buffa e Paolo Nosella).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Os estudos das Instituições Escolares: Práticas Representações Sociais	19
CAPÍTULO I: O CONTEXTO NACIONAL E UBERLANDENSE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	27
1.1. O Contexto Político e Educacional Nacional (1977 – 1996)	28
1.2. Neoliberalismo e Ensino Profissionalizante	42
1.3. Um breve Histórico sobre a cidade de Uberlândia	50
CAPÍTULO II: A PROFISSIONALIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI	55
2.1. Considerações Preliminares	55
2.2. De Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial à Escola Estadual Américo Renê Giannetti: instalação e primeiros anos de funcionamento	59
2.3. O ensino Técnico Profissionalizante na Escola Estadual Américo Renê Giannetti	64
2.3.1. Implantação do 2º grau e primeiros anos de funcionamento	64
2.3.2. O prédio destinado ao 2º grau Técnico Profissionalizante	71
2.3.3. Os Alunos	75
2.3.4. Os Professores	83
2.3.5. Os Diretores	86
2.3.6. Convênios Realizados	90
2.3.7. As disciplinas curriculares e os estágios	100
CAPÍTULO III: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI: DEPOIMENTOS DOS SUJEITOS CONSTRUTORES DA HISTÓRIA DO 2º GRAU TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE	108
3.1. A Escola Estadual Américo Renê Giannetti enquanto propulsora do desenvolvimento industrial de Uberlândia e região	108
3.2. O Centro Regional de Educação para o Trabalho: o projeto que não vingou	112
3.3. A Fundação Municipal de Educação: uma saída alternativa	114
3.4. Representações Discentes sobre o 2º grau	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
ANEXOS	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeiros Formandos do 2º grau	68
Figura 2: Diretor Escolar, professores, alunos, representantes da comunidade local e Secretário Estadual da Educação – Walfrido Mares Guias na inauguração da oficina de Mecânica Industrial em 1994	74
Figura 3: Alunas no laboratório de Química e Biologia	75
Figura 4: Aula prática do curso de Eletrônica em 1988	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução quantitativa de alunos matriculados no 2º grau (1977 – 1996)	76
Gráfico 2: Evolução geral de matrículas nos cursos (1977 – 19996)	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cursos técnicos profissionalizantes: matrículas, reprovações, evasões e concluintes de 1977 a 19996.	78
--	----

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo de investigação da História da Educação, especificamente na área da História das Instituições Educacionais. O objeto de estudo abordado foi a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, sediada em Uberlândia – MG. O objetivo da pesquisa foi enfocar determinadas práticas e representações construídas sobre o ensino técnico profissionalizante de 2º grau na referida escola, no período entre 1977 a 1996. Tratou-se de uma análise das singularidades locais, estabelecendo um diálogo com bases históricas e teóricas, buscando inter-relações com as questões maiores da educação brasileira, especificando o ensino profissionalizante. No decorrer da investigação foi consultada uma bibliografia referente à temática, bem como, documentos do arquivo da escola, do arquivo público municipal, fotografias e depoimentos recolhidos junto aos ex-alunos, ex-professores e ex-diretores da escola. Os resultados alcançados demonstraram que as práticas e representações da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, em relação a formação técnica profissionalizante, legitimaram tentativas de manutenção deste ensino, através da idéia propagada pela escola de que esta formava o aluno para o trabalho, idéia esta lida e incorporada de forma positiva ou negativa pelos sujeitos escolares.

Palavras-chave: Educação, História, Ensino Técnico Profissionalizante.

ABSTRACT

This research was inserted in the field of investigation of the Education History. More specific field in the area of the Education Institutions History. The study object was the State School Américo Renê Giannetti, headquartered in Uberlândia - MG. The object of this research was to focus certain practices and representations built on the vocational technical teaching of the Second degree (2º Grau) in the referred school, in the period from 1977 to 1996. The research analyzed the local singularities, establishing a dialogue with historical and theoretical bases, looking for interrelations with the larger subjects of the Brazilian education, detaching the vocational teaching. For that investigation was consulting a bibliography regarding theme, as well as, documents of the file in the school, Municipal Public file, pictures and former-students' collected depositions, former-teachers and former-director of the school. The reached results demonstrated that the practices and representations of the school meditate, in relation to formation vocational technical, they legitimated attempts of maintenance of this teaching. Through that idea spread by the same that the project was to form the student for the work, it idealizes this work and incorporate in a positive way for some and negative for others of the school subjects.

Word-key: Education, History, Vocational Technical Teaching

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar no campo da História da Educação, especificamente em temáticas vinculadas à História das Instituições Educacionais, surgiu com a oportunidade de participar de uma pesquisa sobre a Escola Estadual de Uberlândia em 2000, enquanto graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia e aluna de Iniciação Científica (não remunerada), membro integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação – NEPHE. A pesquisa procurou evidenciar o período de 1927 a 1933, em que encontramos registros das primeiras matrículas do curso ginasial e que constituiu um reflexo da Reforma Francisco Campos. Esta, entre várias medidas, propunha a ampliação do ensino secundário. No desenvolver da pesquisa, foi feito um texto analítico sobre o perfil dos alunos no período enfocado e foram analisados dados como: matrículas, evasão escolar, idade e sexo dos alunos matriculados, desde o curso de admissão até a 5ª série ginasial.

Posteriormente, em contato com o projeto *História e Memória: As Instituições Educacionais de Uberlândia/MG e a Profissionalização. Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, Escola Estadual Américo Renê Giannetti e SENAI – 1964-1985*, confirmou-se o interesse pela pesquisa, em torno da profissionalização em Uberlândia/MG. A referida pesquisa, coordenada pela prof^a Dr.^a Vera Lúcia Abrão Borges tem como objetivo geral:

Compreender a(s) forma(s) como foi pensada e praticada a relação ‘educação’ e ‘trabalho’, nas Instituições Educativas de Uberlândia/MG, profissionalizantes, sendo uma de caráter privado (SENAI) e duas públicas (Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia e Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º e 2º Graus), compreendendo o período da Ditadura Militar (1964 a 1985). (BORGES, 2004).

Parte da análise dos dados empíricos – impressos, iconográficos e orais que estão sendo coletados e organizados, desde 2003.

Desta forma, o interesse pela pesquisa sobre a escola Estadual Américo Renê Giannetti firmou-se por ser um objeto de estudo novo, não havendo nenhum trabalho concluído sobre a escola e pelo fato de a mesma ser a primeira instituição de ensino profissionalizante pública estadual de Uberlândia, tendo-se destacado principalmente pela formação técnica profissional de seus alunos, no nível de 2º grau, a partir de 1977.

O estudo sobre a escola Estadual Américo Renê Giannetti tornou-se importante à medida que se pôde perceber que, com a implantação do 2º grau técnico profissionalizante, (1977) a principal preocupação da escola passou a ser formar o aluno para atuar no mercado de trabalho, em Uberlândia e região. Preocupação condizente com o ensino técnico profissionalizante, a partir dos anos 70, ou seja, capacitar tecnicamente o trabalhador e investir em mão-de-obra especializada.

Quanto à relevância social da pesquisa, buscou-se compreender a História da escola, especificamente as questões do 2º grau técnico profissionalizante, como também, os significados do que se chamou, na época, educação pelo trabalho, servindo como referência a futuros estudos sobre a mesma.

Outro importante aspecto a ser salientado é que se trata de uma análise local que se insere nos estudos sobre História das Instituições Escolares.

A pesquisa não é um estudo descritivo da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, pois estabelece um diálogo com bases históricas e teóricas e também busca as inter-relações com as questões maiores da Educação Brasileira, principalmente as que se referem ao ensino profissionalizante, do qual se faz uma análise da sua trajetória histórica, destacando-se o período delimitado de 1977 a 1996. A pesquisa busca uma

análise em âmbito nacional, regional e, local - por meio das apreensões, das iniciativas e visões particulares sobre o ensino técnico profissionalizante ministrado na escola.

Desta forma, o período analisado inicia-se em 1977, ano de instalação e funcionamento da primeira turma do Ensino Técnico Profissionalizante, quando a escola passou a oferecer, além do 1º grau, um ensino mais específico, com cursos técnicos de 2º grau, inclusive habilitando os alunos para o mercado de trabalho. A partir dos anos setenta, cresce em Uberlândia o número de empresas ligadas aos setores agroindustrial, de telecomunicações e serviços; desta forma, a implantação de cursos técnicos profissionalizantes na Escola Estadual Américo Renê Giannetti representava certa expectativa em formar técnicos que atendessem aos referidos setores. A investigação encerra-se em 1996, quando se elaborou a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, que desobrigou definitivamente o Estado ao oferecimento da educação técnico profissionalizante, ocorrendo nessa escola investigada as últimas matrículas nos cursos dessa natureza, tanto de 1º quanto de 2º graus.

Pode-se assim reafirmar que a importância de se realizar um estudo como este vincula-se à possibilidade de contribuir com os estudos referentes à história das instituições escolares e ao ensino técnico-profissionalizante, em Uberlândia/MG.

Para tanto, levantou-se as seguintes questões: Como essa escola resolveu o problema da formação profissionalizante de 2º grau? Que práticas e representações foram disseminadas? Ou seja, que motivos, valores, atitudes e comportamentos foram construídos, com relação ao aluno e à formação técnica profissionalizante nela oferecida?

A partir destes questionamentos, a hipótese levantada é de que, pelos convênios que a escola realizou, projetos, estágios praticados e organização curricular adotada, enfim, pelas representações e práticas desenvolvidas na escola, as finalidades referentes

ao ensino técnico profissional eram de formar o aluno para o mercado de trabalho, no entanto com regras, valores e práticas de uma escola não profissionalizante, fato que demonstraria certa contradição da escola.

Quanto aos documentos utilizados na pesquisa, consultou-se os existentes no arquivo da escola delimitada e nos arquivos particulares de alunos, além de alguns artigos de jornais localizados no Arquivo Público Municipal, destacando-se: histórico escolar, discurso de inauguração, registro do imóvel, legislações, decretos, resoluções fotografias, convênios firmados, relatórios de desempenho funcional, jornais informativos, grades curriculares, documentos sobre turmas e alunos, livros de matrículas, dados referentes à escola e fotografias cedidas por ex- alunos da mesma. E quanto aos relatos orais foram realizados um total de vinte e uma entrevistas feitas diretamente pela investigadora.

Na História das Instituições Escolares, um dos importante elementos de reconstrução da memória é através do relato oral. Este é um viés de informação importante no auxílio das questões relacionadas às representações, mediante análise crítica, uma vez que o discurso nas representações coletivas pode ser considerado como a visão de mundo dos sujeitos, suas formas de conhecimento sobre determinada realidade.

No caso das Instituições Escolares, através da análise dos depoimentos dos alunos, professores e diretores, foi possível identificar os discursos, os conflitos e as representações construídas no cotidiano escolar.

Na perspectiva de apreender os determinados discursos, a história oral é importante fonte de pesquisa que, além complementar as informações que não se encontram em fontes escritas ou documentos, propicia o contato direto entre pessoas, pois:

A história oral é uma História construída em torno de pessoas. E lança a vida para dentro da própria História e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a História para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar a dignidade e a auto confiança. Propicia contato e, pois a compreensão dentre classes sociais e dentre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que compartilhem das mesmas intenções ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determina época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a História oral propõe um desafio a mitos consagrados da História, ao juízo autoritário inerente a sua tradição (THOMPSON, 1992, p. 44).

Dentre os estudos realizados sobre História Oral, há vários questionamentos sobre a forma metodológica como este campo de investigação pode ser utilizada pelo historiador. E, com relação às pesquisas, geralmente a História Oral é utilizada enquanto *técnica de pesquisa*, enquanto *metodologia* e enquanto *teoria ou disciplina*.

Neste estudo sobre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a história oral foi utilizada como técnica de pesquisa. Conforme afirma Meih (1996), a história oral é considerada algo mais modesto, pois depende de outros fatores que o autor chama de complementares. Geralmente a história oral enquanto técnica é utilizada em trabalhos temáticos e as entrevistas não compõem o objetivo central do estudo, porém são utilizadas como recurso extra. “Como técnica, a história oral é um processo subjacente a outras metodologias que a admitem como um recurso a mais” (MEIH, 1996, p. 20).

Ressalta-se que o principal recurso utilizado na História Oral é a entrevista. Sobre esta, diz Thompson (1992, p. 254-278), que “[ser] bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade”. Argumenta ele que a entrevista pode ser amigável e informal ou formal e controlada por perguntas. Ela exige que haja um prévio mapeamento do assunto, para que o entrevistador situe a participação dos informantes nos acontecimentos. Deve ser realizada diante um roteiro prévio, para colher dados do informante; as perguntas devem ser neutras e não diretivas, para que o informante não se perca durante a entrevista, não dê respostas indefinidas e se sinta à vontade para falar.

É importante também que o entrevistador não leve o informante a pensar a partir do seu ponto de vista, sim na visão do informante; assim, ele se sentirá mais à vontade para responder. Sobre os recursos utilizados na entrevista destaca-se o gravador cassete que deverá estar devidamente ajustado, o que propicia a qualidade da gravação.

As entrevistas realizadas nesta pesquisa tiveram como principal finalidade a percepção do papel que a escola desempenhou na formação técnica profissionalizante de seus alunos, optando-se assim por recolher depoimentos de professores, ex-diretores e ex-alunos que concluíram o curso técnico e alunos que não chegaram a concluí-los.

Pelo fato de ter passado pelo segundo grau um grande número de alunos e professores, tornou-se inviável entrevistar todos os alunos que passaram por esse grau, no referido período. Desta forma, foi possível efetivar apenas doze entrevistas, utilizando os seguintes critérios: através de consulta aos registros de matrículas e REMG escolar (registro geral de turmas), escolheu-se aliatóriamente alguns nomes de alunos que passaram pela escola no período pesquisado. Após feita uma listagem prévia, entrou-se em contato com alguns dos nomes elencados e efetuou-se as entrevistas com aqueles que tiveram disponibilidade para falar. Assim, entrevistou-se nove alunos que concluíram o curso técnico profissionalizante e três que não o concluíram. Sobre os professores, foram entrevistados seis, os quais três ainda atuam na escola. Dos quatro ex-diretores foram entrevistados três, pois um já havia falecido.

As entrevistas foram realizadas a partir de roteiros prévios (em anexo) e destinados aos ex-alunos, ex-professores e ex-diretores. Os roteiros contêm dados da entrevista e do depoente e questões sobre os motivos que levou o aluno a estudar em uma escola profissionalizante e, no caso do professor e diretor os motivos que os levaram a atuar na referida escola, as visões que os entrevistados tinham sobre a escola e o curso profissionalizante; como eram estabelecidas, na época, as relações entre a

família dos alunos e a escola; como eram as relações entre escola e comunidade externa, com relação aos eventos em que a escola participou, questionando-se como era a participação da comunidade escolar nestes eventos e qual era o significado destes; questionou-se também como era o sistema disciplinar escolar e quais as atitudes do aluno em relação ao comportamento, se negativas ou positivas.

As entrevistas foram gravadas em 2004 e remetidas ao entrevistado para a assinatura do termo de autorização, em anexo. Estas também foram transcritas e analisadas para comporem a síntese final.

As entrevistas foram uma valiosa fonte de investigação, pois, integrando-se aos documentos pesquisados, deram mais vida à pesquisa, além de contribuírem para a apreensão das representações sobre o objeto estudado.

No primeiro capítulo foram tecidas breves considerações sobre determinados aspectos históricos e educacionais nos anos finais da ditadura militar e posterior abertura política, como, também, as políticas educacionais neoliberais e o contexto local de Uberlândia, no intuito de facilitar o tema proposto neste trabalho.

No segundo capítulo resgatou-se os antecedentes históricos e educacionais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti enquanto escola vocacional e de aprendizagem industrial e, em seguida, apresentou-se como foi o processo de implantação do 2º grau técnico profissionalizante e como a escola foi organizada e estruturada. Privilegiou-se neste capítulo os principais aspectos: implantação do 2º grau técnico profissionalizante e primeiros anos de funcionamento, o prédio destinado ao 2º grau, os alunos, os professores, os diretores, convênios praticados, disciplinas curriculares.

O terceiro capítulo foi dedicado à apresentação e à análise das representações sociais sobre o funcionamento da escola no referido período estudado, através dos depoimentos dos entrevistados.

Os estudos das Instituições Escolares: Práticas e Representações Sociais

Nesta introdução, buscamos enfatizar a importante contribuição da História Cultural para a pesquisa historiográfica na área da educação. Para isso, serão ressaltados os estudos sobre práticas e representações sociais. Sendo que as representações são entendidas como símbolos socialmente elaborados e que determinadas vezes passam a interferir na identidade individual e coletiva dos sujeitos. Para tanto a orientação centrou-se principalmente no autor Roger Chartier, na obra: *A História Cultural: entre práticas e representações*.

Atualmente a História da Educação, sobretudo a linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação Escolar, ao se beneficiar das renovações historiográficas advindas da denominada Nova História, nos permite uma leitura mais abrangente e complexa das Instituições Escolares e, sobretudo, de suas singularidades.

Peter Burke (1997) salienta que a maioria das pesquisas referentes ao que se denominou a Nova História pertence a um grupo de Historiadores que, em 1929, fundou, na França, a Revista dos Annales. O grupo, denominado “Escola dos Annales”, tem como principais representantes Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, dentre outros, e divide-se em três fases.

A Revista dos Annales tinha como principal objetivo promover uma história que viesse substituir a história narrativa dos acontecimentos — vista a partir dos grandes marcos — por uma história problema, centrada, também, nas atividades humanas, nas opiniões das pessoas comuns, em suas experiências, hábitos, costumes, vivências, nas ações coletivas e individuais.

Sob esse prisma e com a colaboração de outras disciplinas, a Nova História voltou suas preocupações para a análise das estruturas sociais. E, como a Escola é uma

das estruturas sociais mais representativas da sociedade, Gatti Júnior, sobre as singularidades sociais representadas nas Instituições Educacionais, argumenta que

[a] história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes (GATTI JÚNIOR, 2002, p.4).

Nessa perspectiva, os estudos mais recentes na área abarcam fontes orais, documentos escritos, fontes estatísticas, iconográficas etc., com base nas especificidades locais e regionais, privilegiando as pesquisas sobre histórias das instituições escolares, das disciplinas, dentre outras.

A história cultural, ou nova história, desenvolvida no século XX, propiciou os estudos de objetos que praticamente não instigavam o interesse dos pesquisadores, como, por exemplo, os estudos das mentalidades, das crenças, dos valores, da cultura, dentre outros. Com isso, foram beneficiados, ainda, os elementos que fazem parte da vida e do cotidiano e, por consequência, o cotidiano das Instituições Escolares, bem como os estudos sobre práticas e representações sociais que, como o próprio nome sugere, aparecem inicialmente no campo sociológico, nos trabalhos de Émile Durkheim, e, posteriormente, são inseridas no campo psicológico, tendo como representante Serge Moscovici e, na escola sociológica francesa, destaca-se Roger Chartier.

Minayo (1995, p. 105–107) relata as diferentes correntes de pensamento que abordaram as representações sociais, sob o ponto de vista da sociologia clássica, destacando Durkheim — o primeiro autor que usou o termo representações como significado de representações coletivas e que defendeu a adequação entre idéias e fatos sociais.

Outro autor que se destaca nesse sentido é Max Weber, que, ao contrário de Durkheim, trabalhou as representações como sinônimos de idéias, espírito, concepções e

mentalidade, utilizando-se do conceito “visão de mundo”, ou seja, vê o indivíduo como portador de cultura e de valores adquiridos na sociedade.

Assim, Minayo também se baseia na teoria de Karl Marx, que vislumbrou as representações sociais a partir da idéia do indivíduo como portador de uma consciência política, econômica e social. Além destes, a autora destaca as contribuições de Gramsci — que estudou as representações como elementos de tradição e mudança de determinada época — e Bourdieu, quando se refere ao símbolo que representa o pensamento, ou seja, à palavra.

Percebe-se, portanto, que há, no campo ideológico, vários estudos que tentam definir as representações sociais e que não estão restritos apenas à Sociologia Francesa. Como já dissemos anteriormente, nesta pesquisa, dentre outros referenciais, as representações serão vislumbradas a partir do ponto de vista de Roger Chartier. A escolha pelo autor justifica-se pelas categorias utilizadas neste estudo: representações, práticas e apropriações.

Segundo Hunt (2001), os estudos sobre práticas e representações inserem-se nas temáticas do campo historiográfico da História Cultural e têm Roger Chartier como um de seus representantes. Para ele, embora a história econômica, social e demográfica tenha permanecido dominante na maioria dos artigos da Revista dos Annales, a História Cultural passou a ocupar um sólido lugar, à medida que historiadores como Roger Chartier e Revel levaram novos desafios de paradigmas aos “Annales”, voltando as investigações para as práticas culturais que, por sua vez, defendem que as relações econômicas e sociais não estão alheias às práticas sociais, como se pensava. Ao contrário, inserem-se nelas.

Assim, Chartier afirma que o desafio lançado à História:

[...] assumiu diversas formas, umas estruturalistas, outras não, mas que no conjunto puseram em causa os seus objectos – desviando a atenção das

hierarquias para as relações, das posições para as representações – e as suas certezas metodológicas – consideradas mal fundadas quando confrontadas com as novas exigências teóricas (CHARTIER, 1990, p. 14).

Colocam-se, nessa perspectiva, as questões das relações e das representações, que serão contempladas na análise proposta.

Minayo (1995) ainda afirma que as representações sociais estão presentes em diversos campos do conhecimento, como na Sociologia, Filosofia etc.; desta forma, possuem significados que variam de acordo com a área do conhecimento em que estão sendo utilizadas, por exemplo, para o filósofo, as representações significam a reprodução de determinada percepção que está retida no pensamento; já para as Ciências Sociais “[...] são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 1995, p. 89). As representações, neste contexto, estão ligadas às lembranças, ao imaginário, ao pensamento. Ressalta-se, ainda, que diante estas concepções teóricas, as representações estão presentes no indivíduo, porém este se insere em um contexto social.

Chartier (1991, p. 176 - 180) ainda esclarece que não é possível entender a História Cultural desconectada da História Social, pois tanto a imagem como o discurso não são apenas reflexos da realidade social e sim instrumentos que constituem o poder e transformam a realidade. Neste sentido, a representação do real e do imaginário, além de ser instrumento de transformação da realidade, atribue sentido ao mundo.

O autor também enfatiza que a História Cultural “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, ou seja, deve haver uma classificação, divisão e delimitação para a apreensão do mundo social e a apreciação do real (Ibidem p. 17).

Assim sendo, a análise sobre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti tem em vista identificar como ela constituiu, pensou e deu a ler, no período de 1977 à 1996, a

questão do ensino profissionalizante em Uberlândia (MG). Em funcionamento desde 1962, essa instituição ofereceu o ensino ginasial de 1º ciclo e, a partir de 1977, foram incorporados ao seu currículo cursos de 2º grau de caráter estritamente técnicos profissionalizantes. Por isso, o importante é interpretar como esta realidade escolar foi construída e pensada e quais diferentes leituras tiveram seus sujeitos escolares (ex-diretores, ex-professores e ex-alunos).

Desse modo, esta investigação constitui

[...] uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p.19).

A prática escolar é influenciada por fatores internos e externos, expressos nas representações veiculadas por certos valores, comportamentos e atitudes. Portanto, estes podem ser interpretados sem que se perca de vista o objetivo maior das instituições, que é a produção, a transmissão e a veiculação da cultura escolar.

Essa prática é também influenciada por fatores externos, como políticas educativas e estruturas educacionais, que direcionam determinadas práticas, representações e apropriações de forma mais convergente. Todos estes fatores, em conjunto, dão certa identidade à escola.

Assim, concorda-se com Magalhães (1999) quando diz que a escola é uma totalidade em construção e organização, através da qual se produz uma cultura pedagógica que lhe dá certa identidade, construída através de sua história, suas práticas, representações e apropriações, até mesmo pelas disciplinas ministradas.

Neste sentido, Ragazzini afirma que

[...] a história das instituições não pode se limitar aos aspectos estritamente normativos: a instituição é governada (com formas de gerenciamento e

decisões políticas, periféricas e centrais); é definida por espaços organizados, tempos administrativos e modalidades internas de funcionamento; possui figuras profissionais e usuários próprios; possui relações externas com outras instituições, com os contextos ambientais e a dinâmica social (RAGAZZINI, 1999, p. 25 – 26).

Deve ser levado em consideração o fato de que as Instituições Escolares são locais de realização de determinadas práticas pedagógicas apreendidas simbolicamente e de várias formas, dependendo das leituras ou visões de mundo que se tenha. E, ainda, que são realizadas de forma diferente pelos sujeitos escolares. Sendo assim, o importante é apreender como o discurso dos diferentes sujeitos sobre a escola estudada se disseminam na sociedade.

Quanto à representação, sabe-se que a ela são despendidos muitos significados; porém, numa interpretação estrita, Chartier (1990) a define como um conceito que tem configurações e sentidos próprios, referindo-se a um determinado tempo ou espaço.

As representações são assim determinadas e, uma vez que fazem parte das macro configurações do mundo social, são historicamente produzidas na sociedade. Desta forma, são analisadas dentro do contexto da História Cultural, podendo ser identificadas com o real, refletindo-o ou não, tendo em vista que as representações construídas por cada sujeito social são diferentes e expressam seu ponto de vista, sua leitura de mundo, conforme a posição que esse sujeito ocupa no espaço escolar. A representação construída pelo diretor relaciona-se ao cargo que ocupa, ele tem um olhar diferente do olhar do professor — prático e pedagógico em sala de aula. A visão do aluno também se difere da visão do diretor e do professor, haja vista que no desenvolvimento escolar ele pode ser considerado o principal ator.

Chartier (1990) observa que as representações são construídas, pois a percepção do social não é um discurso neutro, nela está embutida a vivência dos indivíduos, suas escolhas e condutas, suas práticas, bem como suas concepções de mundo, seus valores,

motivos, significados, atitudes, suas representações sobre determinada realidade, seja ela política, escolar, econômica, religiosa, social etc.

Portanto, torna-se importante compreender que, na concepção do mundo social, valores estão sendo colocados ou impostos, conflitos e contradições existem, quais as visões que estão sendo vislumbradas e a existência de determinados motivos, significados, atitudes, regras e participações dos indivíduos no contexto estudado.

Enfim, não é possível entender esse conjunto distante de uma visão do social, mas sim colocando-se em relação com ele. Logo, concorda-se que “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória” (HOLBWACHS, 1990, p.60), ou seja, o importante é perceber a visão do indivíduo inserido no coletivo.

As representações, de um lado, fazem parte de um universo simbólico, em que estão embutidos os mitos, os símbolos, a mentalidade de determinada época, os valores que foram enfatizados, enfim, os comportamentos que fazem parte do imaginário; por outro, têm uma função mediadora, na medida em que apreendem o real, como também seus significados. Assim, o estudo de determinada realidade deve estar vinculado a um suporte teórico.

Na interpretação sobre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, torna-se relevante a distinção entre o que representa — os significados ou concepções, o imaginário vislumbrado daquele determinado espaço — e o que é representado — a escola, estabelecimento público onde se ministra o ensino profissionalizante, com toda uma organização administrativa e pedagógica.

Nos estudos sobre representações sociais, as pesquisas sobre instituições escolares têm sido privilegiadas, uma vez que estas são consideradas como grandes portadoras de memórias que, contraditórias ou não, fizeram parte do contexto escolar e estão presentes na lembrança dos indivíduos.

A memória, na análise de Pierre Nora,

é a vida, sempre carregada por grupos vivos e , nesse sentido, ela está em permanente evolução, alerta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas informações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] é um fenômeno sempre atual e um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p. 09).

Nesse sentido, a memória é importante não apenas para a compreensão, mas também para a representação de uma determinada realidade. Pela memória, têm-se diversos olhares, sejam individuais ou coletivos, sobre a instituição.

Assim, os alunos, professores, diretores e até mesmo demais funcionários da escola são importantes, uma vez que fizeram parte da história da instituição. Com o relato oral, encontra-se uma possibilidade de interpretar determinados fatos e representações da instituição escolar que dificilmente seriam encontrados nas documentações manuscritas ou impressas. É nesse quadro que a apreensão do discurso por meio das falas confere identidade à instituição escolar.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO NACIONAL E UBERLANDENSE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para um estudo sobre educação, em particular sobre determinada instituição escolar, é preciso que se tornem claros os contextos geral e local em que essa instituição se insere, a fim de examiná-la em seus aspectos particulares. No nosso caso, para entendermos os motivos, as normas, os valores, os significados, as atitudes disseminados na instituição estudada, é importante que, primeiramente, se entenda as mudanças e conservações sociais, políticas e econômicas ocorridas em um certo período da história.

Desta forma, nossa pretensão neste capítulo é tecer breves considerações sobre determinados aspectos históricos e educacionais nos anos finais da ditadura militar e posterior abertura política, nos quais se insere a introdução das habilitações técnicas profissionalizantes de 2º currículo da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, no período de 1977 a 1996. Contextualizaremos a profissionalização inserida no âmbito educacional nacional — as políticas educacionais neoliberais —, tendo em vista também o contexto local, Uberlândia. O nosso intuito é facilitar a compreensão do tema proposto neste estudo — a profissionalização ministrada na Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

1.1. O Contexto Político e Educacional Nacional (1977 – 1996)

Dos anos de 1970 a 1990, o campo educacional foi marcado por dois momentos: a fase de repressão e autoritarismo da ditadura militar que, na educação, se refletiu na imposição da reforma do ensino de 1º e 2º graus (lei 5692/71), e na fase que se estabeleceu uma relação direta entre educação e produção, evidente na profissionalização do 2º grau. Posteriormente, iniciam-se as discussões em torno do esfacelamento da referida lei, que acabaram por definir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96.

O fim dos anos 70 marcou definitivamente o processo de reconstrução da democracia no País, fato que se consolidou nos anos posteriores. Segundo Germano (2000), de 1974 a 1979, o general Ernesto Geisel propôs um processo gradual, lento e seguro de abertura democrática, desenvolvendo políticas sociais compensatórias, visando a legitimidade que os militares necessitavam para continuar no poder. O discurso, que tinha como objetivo atingir a população, baseou-se na ideologia do consenso, centrado na “Integração Social”, em substituição à “Ideologia da Segurança Nacional”.

Com a crise do Regime Militar, o Estado começa a procurar o consenso da sociedade, buscando investir de forma que se tenha o apoio das camadas populares. Os programas sociais elaborados pelos militares, de 1974 a 1985, estão expressos nos II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que, em linha gerais, destinaram-se ao atendimento aos carentes. Os PNDs, que iam desde programas de saúde a programas de educação escolar, objetivavam a consolidação do controle popular e uma aparente harmonia social. Germano (2000, p. 229) cita aproximadamente dezenove programas sociais destinados à população mais necessitada, dentre os quais destaca o Programa

Nacional de Emprego (SINE), os Programas de bem-estar do menor, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos e o Programa de Educação Pré-Escolar. Desta forma, os governos militares buscavam o apoio das classes populares com a finalidade de se manterem à frente do poder. Assim, “a incorporação da classe média e dos trabalhadores no rol das preocupações governamentais tem em vista não somente suprir uma necessidade real, mas, principalmente, buscar um apoio importante para a manutenção do poder”. (Ibidem, p. 225).

Além dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, os referidos governos, na tentativa de manterem a hegemonia também no campo educacional, lançaram uma campanha de valorização do trabalho técnico e concomitante valorização do 2º grau, conforme afirma Cunha (2000a), com revistas e periódicos destinados a dizer que havia boas oportunidades ocupacionais e financeiras para os mesmos, gerando, desta forma, certa crença na formação técnica profissionalizante.

Esta campanha ficou evidente com a publicação de uma revista chamada *Caderno de Profissões*. Nela, eram publicados artigos sobre as profissões de nível médio, assim como oportunidades de trabalho, salários e cursos existentes. Seus periódicos afirmavam que um técnico poderia ganhar mais que um engenheiro e havia ótimas oportunidades de trabalho para os técnicos.

Esta crença na formação profissionalizante era fortalecida pelos princípios que nortearam as reformas do 1º e 2º graus, como racionalidade, flexibilidade, continuidade e terminalidade.

Segundo Saviani (1996, p. 107), O princípio da racionalidade “representava a pedra de toque da reforma, uma vez que era a condição para se atingir a eficiência e produtividade gerando o máximo de resultados com um mínimo de custos”, ou seja, a

escola oferecia um grande número de vagas, porém os gastos governamentais com a educação eram mínimos.

O princípio da flexibilidade estava representado pelos programas educacionais propostos no período, sobretudo o de valorização do ensino técnico. Já os princípios da continuidade e terminalidade, além de darem um sentido de conclusão, principalmente para o ensino de 2º grau, “a combinação do binômio continuidade / terminalidade tinha a pretensão de superar o dilema entre o ensino geral, de caráter propedêutico, organizado em função do ensino superior, e o ensino profissional de caráter terminal” (Ibidem, p. 107). Desse modo, a finalidade da terminalidade era levar o aluno mais cedo para o mercado de trabalho, pois o indivíduo era visto como um recurso importante para o desenvolvimento do País; assim, precisaria ser capacitado.

Outro fato relevante no período militar foi que, mesmo existindo sinais de abertura política, o governo continuava promovendo a repressão e a violência. Em 1977, o General Ernesto Geisel decretou uma série de medidas autoritárias, como o fechamento do Congresso Nacional, e ainda estabeleceu “o pacote de abril”, através do qual reformou o poder judiciário, manteve eleições indiretas para governador, estendeu os mandatos do executivo para seis anos e fez restrições à propaganda eleitoral veiculada pelo rádio e televisão.

No plano econômico, o general Ernesto Geisel e, posteriormente, o General João Batista Figueiredo, legitimaram os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento, com o objetivo de realizar políticas de distribuição de renda juntamente com o crescimento econômico, porém assegurando o capital. Naquele momento, os governos militares, mais uma vez, investiram no setor econômico, principalmente na indústria de base e de bens de produção.

Assim, tiveram andamento “obras faraônicas” custeadas pelos empréstimos estrangeiros, como, por exemplo, mineração, construção de grandes usinas hidrelétricas, transportes, crescimento da frota de veículos (caminhões, automóveis e ônibus), modernização da indústria naval e aeronáutica. Nas comunicações, também ocorreram o aperfeiçoamento e a expansão do sistema, surgindo empresas como a Telecomunicações do Brasil (TELEBRÁS).

Contudo, tais avanços não beneficiaram ampla parcela da população, que ficou excluída do progresso econômico, uma vez que a concentração de renda era cada vez maior. Visivelmente, percebia-se que, enquanto crescia o capitalismo excludente, crescia também a insensibilidade diante dos problemas sociais da maioria.

A economia mundial retraía-se em função da crise do petróleo e o comércio exterior brasileiro padecia. O impacto da elevação do preço do petróleo — então importado — provocou grande desequilíbrio na balança comercial brasileira e o endividamento externo. Com isso, cresceu também o endividamento interno provocado pela estatização. “Os problemas levantados pela dívida externa brasileira evidenciam a inserção do País na divisão internacional do trabalho, caracterizada pelo aumento do grau de dependência com relação aos centros hegemônicos do capitalismo” (GERMANO, 2000, p. 80).

Para compensar os problemas da economia, o governo brasileiro retomou sua disposição, a fim de promover a abertura política. Assim, em outubro de 1978, Ernesto Geisel extinguiu o AI-5 e demais atos que conferiam ao Presidente da República poderes totais para reprimir e perseguir as oposições. Desta forma, “quando Geisel deixou o poder, em 1979, o caminho para a transição estava preparado. Ela deveria ser ‘lenta, gradual e segura’, nas palavras de Geisel” (SKIDMORE, 1998, p. 259).

No mesmo ano, o Colégio Eleitoral, de forma indireta, elegeu o General João Batista de Oliveira Figueiredo, escolhido por Geisel e cujo governo, mediante as duas críticas às decisões autoritárias e centralizadas do governo militar, assumiu publicamente o compromisso de realizar a abertura política e devolver a democracia no País. Assim, devido à intensa campanha popular, assinou uma lei de anistia parcial aos presos políticos.

No plano econômico, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, procurou executar o III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinha como “principais preocupações” promover o crescimento da renda nacional e do emprego, controlar a dívida externa, combater a inflação e desenvolver novas formas de energia combustível através do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). E, como no II PND, os militares lançaram, mais uma vez, o discurso de inserir a população em programas sociais, através de ações destinadas aos “carentes”. A realização do III PND representava um investimento na manutenção do consenso da sociedade.

Porém, com os sucessivos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil submeteu-se às exigências internacionais, que passaram a impor regras de ajustamento interno à economia, o que aumentava, cada vez mais, a dívida externa e interna, provocada, segundo Germano (2000, p. 83), “pela estatização da dívida externa e, ao mesmo tempo, assegurar a lucratividade do setor privado”.

Conforme Vita (1998), com os sucessivos desajustes na economia, algumas distorções foram imediatamente notadas: a inflação e o desemprego. No final de 1984, por exemplo, os brasileiros tinham que conviver com inflação superior a 200% ao ano, o que prejudicou seriamente as classes assalariadas, por falta de investimentos no setor produtivo.

Skidmore (1998) ainda afirma que, depois de 18 anos de ditadura militar, além do agravamento da crise econômica, cresceu também a insatisfação popular contra o governo. No início da década de 80, a população votante manifestou seu descontentamento, elegendo um grande número de candidatos das oposições nos principais Estados brasileiros. Neste ano, houve também eleições para prefeitos, vereadores, deputados e senadores; porém, a população analfabeta não tinha direito de voto, nem mesmo os eleitores de capitais e municípios considerados pelos militares áreas de segurança nacional.

No campo educacional tem-se a criação de programas de apoio e financiamento à formação profissional. Estes programas tinham como objetivo a definição de políticas educacionais que representavam a tentativa do governo federal em manter a formação profissional. Alguns desses programas foram o “Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, criado pelo decreto 77.362/76 e o Programa de apoio ao Desenvolvimento da Mão-de-Obra, criado pelo decreto 80.930/77” (MACHADO, 1989, p. 58).

O regime militar aproximava-se do fim. No entanto, seus reflexos continuariam por muito tempo, ainda, pois deixaram como herança instituições sociais seriamente comprometidas e, no aspecto econômico, as empresas multinacionais foram fortalecidas, envolvendo setores como a indústria farmacêutica, automobilística, eletrônica, distribuição de petróleo, produção de metais, máquinas e equipamentos pesados etc.

O fracasso do modelo político-econômico adotado pelo regime militar ficou evidente durante o governo Figueiredo. Isso ocorreu em virtude de uma das maiores crises da História brasileira, que se refletia principalmente nas elevadas taxas de inflação, endividamento externo e déficit público.

Motivados por estes problemas e, ainda, pelo alto nível de desemprego, diversos setores da sociedade (partidos políticos, Igreja, entidades científicas, imprensa, empresariado, universidades, sindicatos etc.) iniciaram um grande processo de reivindicação em favor das eleições diretas para Presidente da República através do voto popular e não pelo Colégio Eleitoral, como então ocorria. No entanto, como explica Skidmore (1998), os detentores do poder classificaram aquela reivindicação como perturbadora da ordem e contra a Constituição, que previa eleições indiretas. Porém, em abril de 1984, com a votação da Emenda Dante de Oliveira, fortalecida pela campanha em prol das “diretas já”, o regime autoritário se enfraqueceu e começou um contínuo caminho de transição para o regime democrático.

No campo educacional, as tentativas de implantação de uma formação técnica profissionalizante para todos começaram um contínuo caminho de esfacelamento, iniciado com a aprovação do Decreto-lei 7.044/82, como afirma Cunha,

O termo qualificação para o trabalho foi substituído por *preparação* no objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus, conforme o Parecer do CFE. Mas, em vez de representar a retomada explícita da dualidade, no 2º grau, o texto da lei foi ao mesmo tempo tímido e eufemístico. A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, seria obrigatória no ensino de 1º e 2º graus, e deveria constar dos planos curriculares de cada estabelecimento escolar. Ao contrário da lei original, que tornava universal e compulsória a habilitação profissional no 2º grau, o dispositivo modificado dizia: “A preparação para o trabalho, no 2º grau, *poderá ensejar* habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino” (CUNHA, 2000b, p. 206).

Percebe-se que o Decreto não elimina totalmente alguns dispostos da Lei 5692/71, principalmente quanto aos planos curriculares do ensino de 1º e 2º graus e à formação para o trabalho; porém, quando substitui o termo qualificação por preparação para o trabalho e diz que o estabelecimento de ensino poderá ensejar habilitação profissional, retira das escolas a obrigatoriedade de oferecer um ensino de 2º grau em caráter terminal, o que efetivamente constituiu o primeiro fracasso dessa Lei.

O declínio do ensino técnico profissionalizante obrigatório tornou-se mais forte a partir de 1980, paralelamente à abertura política iniciada em 1985. Neste período, ainda na tentativa de se manterem no poder, os militares lançaram o nome de Paulo Maluf para presidente, sendo este um candidato civil e, para a oposição, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

Em 15 de janeiro de 1985, com a maioria dos votos do Congresso Federal, Tancredo Neves foi eleito, pelo Colégio Eleitoral, com uma proposta para a realização da transição democrática, mas não chegou a tomar posse, faleceu antes de assumir a Presidência da República, vindo a assumir, então, o vice-presidente eleito, José Sarney.

Segundo Skidmore (1998, p. 268–271), em abril de 1985, José Sarney tomou posse da presidência da República, representando o Estado do Maranhão. No primeiro ano do governo, viu-se diante de duas tarefas: estabelecer a democracia política e solucionar a crise inflacionária.

Na tentativa de solucionar a crise econômica, sobretudo a inflacionária, José Sarney lançou, em 1986, os denominados Planos Cruzados I e II, que constituíram pacotes de medidas que previam a estabilidade econômica e financeira do País. Com esse mesmo intuito, lançou, posteriormente, o Plano Bresser e o Plano Verão. Seu governo ficou marcado pela retomada das organizações políticas e populares, com a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações. Assim, “[a] presidência de Sarney estava diante de duas tarefas gigantescas: reconstruir a democracia depois de um hiato de quase duas décadas e solucionar ainda uma outra crise inflacionária” (IBIDEM, p. 269).

Desta forma, José Sarney, diante do desafio de reconstrução democrática, pautou-se em um dos pontos mais relevantes de seu governo: a promulgação da Constituição Federal de 1988, que saldava, em parte, as dívidas sociais, principalmente

quanto aos direitos do cidadão em escolher diretamente seus representantes, inclusive dos analfabetos e dos eleitores que moravam em áreas consideradas “de segurança nacional”; a liberdade intelectual de expressão e trabalho; o direito do cidadão de ir e vir; a abertura para a criação de partidos políticos, bem como a legalização dos partidos clandestinos e o fim da fidelidade partidária; a liberdade de crença religiosa, como também a responsabilidade do Estado para com a educação em todos os níveis, dentre outras medidas. Assim, a Constituição, naquele momento, foi muito importante para o País, pois além de representar a retomada da democracia, trouxe relevantes conquistas sociais.

Quanto ao setor educacional, a Constituição, no artigo 205, mencionava: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (FÁVERO, 2001, p. 317).

Percebe-se que a Constituição reiterou o dever da família e a obrigação do Estado, entendeu a educação como preparo para a cidadania e deixou de forma clara o termo qualificação para o trabalho, retomando os princípios liberais. Além disso, assegurou o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas por parte das instituições públicas e privadas; a não intervenção da União nos Estados e Distrito Federal, a não ser para garantir o desenvolvimento do ensino, o que demonstrou certo comprometimento com a abertura política e com um modelo de sociedade mais democrática.

Esses e demais artigos foram previstos pela “IV Conferência Brasileira de Educação realizada em Goiânia GO, em agosto de 1986, [que reuniu educadores de todo País] e teve como tema central a educação e a constituinte” (SAVIANI, 1998, p. 35). Saviani (1988) ainda lembrou que a comunidade educacional organizada se mobilizou

fortemente em face do tratamento a ser dado à educação na Constituição Federal que resultou nos trabalhos do Congresso Nacional Constituinte instalado em fevereiro de 1987. No encerramento desta conferência, foi aprovada a “Carta de Goiânia”¹, contendo propostas de educadores para a Educação Nacional, incorporadas à Constituição de 1988, fatos que deram início ao movimento de elaboração das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em 1996.

Entretanto, em relação ao 2º grau, pela Constituição permaneceu ambíguo ou inalterado. Essa situação foi sendo modificada ao longo de oito anos, nos textos e projetos apresentados à Câmara dos Deputados, até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LBD 9394/96).

As medidas tomadas com os planos não produziram os efeitos esperados. Ao final do governo Sarney, a crise econômica continuava extremamente grave. Não se conseguiu equilibrar três grandes problemas da economia: inflação, dívida externa e dívida interna.

Desta forma, pelo desgaste do governo Sarney e pela conjuntura popular ansiosa por novas eleições — depois de quase 30 anos sem eleições diretas para presidente da República —, foi eleito pelo voto direto, em 1989, o alagoano Fernando Collor de Melo, que, se passando por “protetor dos descamisados” e por político não profissional, prometia combater as mordomias do serviço público, modernizar a administração do Estado, privatizar empresas estatais, combater os monopólios, discutir a questão da reforma agrária e da dívida externa, abrir o País à concorrência internacional, desburocratizar as regulamentações econômicas. Por isso ele foi eleito, com o apoio econômico de grandes empresas estrangeiras.

¹ GHIRALDELLI Jr., 2001, p. 226–229, faz um estudo dos princípios norteadores da Carta de Goiânia.

Após a posse, anunciou o Plano Collor que, entre outras medidas, bloqueou e confiscou contas e aplicações financeiras da população em geral e, posteriormente, não conseguiu controlar a inflação, o que o fez perder a credibilidade.

Segundo Skidmore (1998), em seu projeto, Fernando Collor de Melo contou com o apoio de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais e dos meios de comunicação, que, em geral, estiveram a serviço do capital.

Assim, a vitória de Fernando Collor de Mello representou a consolidação do projeto econômico burguês, aliado ao capital internacional, isto é, à ideologia neoliberal do Estado mínimo — um Estado que mantinha relações políticas e sociais alicerçadas no setor econômico, tendo como objetivo principal a defesa da economia do Estado pela privatização, enquanto os setores sociais seriam deixados de lado.

Ainda sobre as políticas neoliberais pode-se afirmar que:

[...] o neoliberalismo expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir dos anos 60 e começo dos 70 (GENTILI, 1995, p. 230).

O projeto neoliberal encontra seu fortalecimento a partir do que se denominou “Fordismo a Crédito”, ou seja, a tentativa de vendas de máquinas dos países capitalistas desenvolvidos para os países latinos e norte-africanos. No caso do Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello foi a representação do projeto neoliberal, expresso principalmente na política de privatizações.

Depois de dois anos de mandato, acirraram-se na imprensa inúmeras denúncias de corrupção no governo, as quais levaram a Câmara dos Deputados a convocar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as irregularidades na administração, o que culminou no afastamento do presidente. Tal processo ficou

conhecido como “Impeachment”, que trouxe várias manifestações populares exigindo a saída de Fernando Collor de Mello do poder.

Em 1992, o vice-presidente Itamar Franco governou o País interinamente até dezembro do mesmo ano, vindo a assumir a Presidência como titular após a renúncia de Fernando Collor de Mello. Mesmo contando com o respaldo da grande maioria dos brasileiros, o governo de Itamar Franco foi marcado por graves problemas socioeconômicos, como a inflação, a altíssima concentração de renda, a recessão econômica e o desemprego. Em 1990, ao ocupar o ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso anunciou o Plano Real, cujo objetivo era acabar com a inflação, estabilizar a economia e, com isso, ganhar o apoio popular. Impulsionado pela contenção inflacionária enquanto ministro de Itamar, Fernando Henrique Cardoso candidatou-se e venceu as eleições no primeiro turno, no dia 3 de outubro de 1994, governando até 1998.

Em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso, iniciou o governo com o discurso da estabilidade econômica e modernização administrativa, com a manutenção do Plano Real e o combate à inflação. Porém, o governo de Fernando Henrique Cardoso ficou caracterizado por três atitudes:

Em primeiro lugar, o novo governo fixou um extenso programa de privatizações. Em segundo lugar, ele assumiu, dentro do Parlamento, a condução da luta por uma ampla reforma constitucional de feito claramente neoliberal: quebra de monopólios estatais (como os do petróleo e das telecomunicações), “saneamento” da previdência social e da administração pública (implicando a liquidação de direitos conquistados, respectivamente, pelas classes trabalhadoras e pela massa do funcionalismo público) etc. Em terceiro lugar, o governo FHC tomou medidas conducentes à abertura da economia internacional, como a assinatura, perante a Organização Mundial do Comércio, de protocolo que, na prática, abre o sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros (SAES, 1996, p. 13).

Percebe-se que o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso ficou caracterizado pela política de abertura ao mercado neoliberal, contando principalmente com o apoio financeiro dos capitais nacional e internacional.

De acordo com Saviani (1998), entre os anos de 1980 e 1990, tramitaram na Câmara Federal seis projetos, no campo educacional, propondo a reformulação da Lei 5692/71, até a aprovação da LDB 9394/96. Estes projetos foram elaborados a partir da V conferência de Educação realizada em Brasília (DF), cujo tema central foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A partir desta conferência, desenhou-se o texto do primeiro projeto da LDB, apresentado à Câmara dos Deputados, em dezembro de 1988, pelo Deputado Octávio Elísio, que propunha resgatar princípios como igualdade, liberdade, cidadania, dentre outros. Quanto ao ensino de 2º grau, o texto não avançou muito, no sentido de separar ensino médio e educação técnica profissionalizante, pois deixou clara a formação politécnica, ou seja, a compressão teórica e prática do ensino que deveria ser organizado em unidade socialmente produtiva e ainda estabeleceu aos Conselhos de Educação dos Estados a responsabilidade de tomarem medidas necessárias às respectivas regiões.

Já o projeto do relator Jorge Hage conhecido como “Texto do Substitutivo Jorge Hage”, aprovado em junho de 1990, em termos gerais da educação, não avançou muito em relação ao projeto de Octávio Elísio, uma vez que, defendia que a finalidade da educação era formar cidadãos conscientes para o exercício do trabalho.

Porém, em relação à educação técnica profissionalizante de 2º grau, o texto de Jorge Hage pode ser considerado um avanço, pois separa Ensino Médio de Educação Técnica Profissional, definindo pelo art. 51 que os objetivos do ensino médio eram o aprofundamento do ensino fundamental e a preparação básica para aprofundamento posteriores.

E ainda no art. 54, salientou: “A educação profissional de nível médio poderá assumir a forma de educação continuada, podendo o concluinte do ensino médio recebê-la a qualquer tempo, e assegurado à instituição o direito de exigir avaliação para admissão de candidatos egressos de outra instituição, ou dos que hajam concluído o curso médio básico há mais de 5 (cinco) anos” (SAVIANI, 1998, p. 90). Isto é, o aluno que estivesse concluindo o ensino médio básico poderia matricular-se no ensino médio profissional mediante avaliação feita pela própria instituição, retirando de vez a característica de terminalidade e a subordinação direta das instituições regulares de ensino ao mundo do trabalho.

O texto ainda desobriga de vez o sistema regular de ensino em oferecer a educação técnico-profissionalizante, podendo esta ser ministrada em rede própria, ou no ambiente de trabalho de forma a não substituir a educação regular. Fato firmado no texto do Senador Darcy Ribeiro, que entrou em vigor em 1992, garantindo a matrícula nas escolas técnicas profissionalizantes públicas e privadas, por aproveitamento de estudo e não por nível de escolaridade, assim, os alunos egressos do ensino fundamental e médio, bem como os trabalhadores em geral, teriam acesso a um ensino técnico profissionalizante específico e ministrado em instituições próprias.

Desta forma, entre a constituição de 1988 e o primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso, além dos sucessivos planos econômicos, das políticas neoliberais de minimização do Estado e trocas ministeriais, o setor educacional passou por vários projetos e anteprojetos, na tentativa de discutir novas diretrizes e bases para a educação nacional, confluindo no texto do senador substitutivo Darcy Ribeiro, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em dezembro de 1996 (LDB 9394/96) e que vigora até os dias atuais.

Na nova Lei de Diretrizes e Bases, há um total desvínculo da formação técnica profissional do ensino médio, pois ao oposto da Lei 5692/71, a educação profissional passa a ter uma finalidade pós-secundária, desobrigando o aluno a tornar-se técnico ou auxiliar técnico. Pela LDB 9394/96, o que passou a denominar-se educação básica, compreende onze anos de escolaridade, ou seja, o ensino fundamental e ensino médio.

A educação profissionalizante passou a constituir-se um sistema à parte, totalmente desvinculada das instituições públicas estaduais de ensino, fato confirmado pelo inciso 1º Da Educação — “Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias” (SOUZA, 1997; SAVIANI, 1998), fato que firmou os projetos e antiprojetos apresentados.

1.2. Neoliberalismo e Ensino Profissionalizante

Durante o levantamento de fontes principalmente orais sobre o ensino técnico profissionalizante ministrado na Escola Estadual Américo Renê Giannetti, percebeu-se que os alunos procuravam a escola em busca de uma profissionalização técnica exigida pelo mercado de trabalho na época. Assim, antes de discutir a representação desta formação na instituição, faremos um breve comentário teórico sobre a ligação entre o pensamento Neoliberal e o Ensino Profissionalizante.

Para a discussão do ensino técnico profissionalizante inserido nas políticas educacionais neoliberais, faz-se importante destacar que as concepções neoliberais são um desdobramento do pensamento liberal.

Até a segunda metade do século XX, como foi apresentado, o sistema educacional brasileiro, baseando-se nos princípios liberais de igualdade e oportunidade

de educação para todos, sustentava-se no chamamento de uma reforma na sociedade pela reforma da educação.

Atualmente, como as sociedades vêm se transformando em uma velocidade muito rápida, o pensamento liberal vem se desdobrando na tentativa de responder a essas transformações, o que não significa dizer que foi deixado de lado. Ao contrário, as idéias de liberdade, individualidade, democracia, dentre outras, são cada vez mais reforçadas e presentes no cotidiano dos indivíduos.

Dentre elas, encontram-se também as diferenças sociais, principalmente no nível econômico, e as diferenças de classes — que limitam o poder de escolha e o exercício da individualidade.

O problema da conciliação da liberdade econômica com justiça social foi colocado para o liberalismo não como um problema ético — onde não há questionamento de valores — e sim, como um problema prático de como os meios podem corresponder aos fins (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1986, p.703).

Desta forma, atualmente presencia-se que os ideais liberais vêm sendo reestruturados, havendo uma adequação desses princípios, na tentativa de acompanharem as transformações sociais, o que é definido como neoliberalismo. Portanto, na tentativa de responder aos desafios postos pela sociedade, as instituições escolares ganharam outras dimensões.

Dentro de um contexto internacional, certas transformações sociais vêm se acentuando desde o fim da segunda guerra mundial, como o avanço capitalista e tecnológico, a internacionalização da economia de mercado, a abertura de empresas multinacionais atraídas pelas vantagens oferecidas pelos países, dentre outros fatores, que se caracterizam por um processo gradual de globalização mundial.

Segundo Hobsbawm,

talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. É curioso observar que o comportamento humano privado teve menos dificuldade para adaptar-se ao mundo da televisão por satélite, ao correio eletrônico, às férias nas Seychelles e ao emprego transoceânico (HOBSEBAWN, 1995, p. 24).

Paralelo a esse avanço tecnológico, os padrões de comportamento também mudaram, acompanhando-o na música, cultura, valores e costumes de cada década.

Hobsbawn (1995) ainda ressalta que a mudança social mais impressionante na segunda metade do século XX foi a urbanização mundial, em que se desenvolveram grandes cidades com prédios, favelas e complexos suburbanos, concomitante ao avanço do capitalismo com o crescimento e a internacionalização da economia mundial.

Neste contexto, o Estado, a escola e a sociedade vão ganhando novas configurações e se adequando aos modelos políticos e econômicos implantados ou impostos por regimes políticos ditatoriais ou democráticos.

Diante deste quadro, os neoliberais, diferentemente dos liberais, defendem um Estado que tenha por parâmetro o mercado como regulador da sociedade, isto é, as sociedades de mercado, e estabelecem críticas contundentes ao Estado de Bem-estar Social.

Segundo Bianchetti (2001, p. 87), “[o] conceito de mercado para o neoliberalismo é o eixo das relações sociais e, portanto, o motor da organização social”.

Partindo deste princípio, os neoliberais consideram que o próprio mercado é que gera as diferenças sociais. Assim,

[para] a economia capitalista de educação, os problemas nas relações entre emprego e educação devem ser resolvidos, principalmente, por motivos econômicos. Alcançar o equilíbrio entre a oferta e demanda de recursos humanos, em termos quantitativos e qualitativos, é um imperativo necessário. Com esta situação de equilíbrio lucrariam a produção, o país e o indivíduo em particular. Neste sentido, seriam minimizadas as tensões sociais causadas por desemprego e desajustes funcionais (MACHADO, 1989, p. 118).

Os primeiros países a adotarem os referidos princípios foram os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão, nos anos de 1970, momento em que tinham como preocupação a estabilidade no setor econômico.

Neste mesmo período, no Brasil, os governos militares, a exemplo do que já estava acontecendo, tentavam, também, passar uma visão de estabilidades econômica e política, propiciadas principalmente pelo incentivo às empresas internacionais que se instalassem no País, beneficiando, por sua vez, o capital estrangeiro em detrimento do capital nacional.

Segundo Germano (2000), a política educacional no Regime Militar pautou-se no ponto de vista teórico, na chamada economia da educação, que tenta estabelecer uma ligação direta entre educação e produção, pautadas na denominada Teoria do Capital Humano, ou seja, articula-se todo um desenvolvimento educacional, tendo como interesse o capital. Assim, a instituição escolar passa a ser vista como qualificadora da força de trabalho, com caráter de terminalidade. A política educacional adotada pelos militares pautou-se também nas seguintes características: tentativa de controle político e ideológico da educação escolar, porém, não exercendo um controle total sobre a educação; estabelecimento de uma relação entre educação e produção, evidentes na profissionalização do ensino de 2º grau; incentivo à pesquisa e acúmulo de capital e descomprometimento com a educação pública, vinculados à corrupção e privatização do ensino. Fatos que gradualmente atingiram principalmente a escola de 2º grau, desqualificando-a.

Assim, a política do não comprometimento de Estado com a educação pública, principalmente com o ensino técnico profissionalizante, propiciou uma gradual e

contínua desqualificação da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, enquanto escola técnica profissionalizante.

As reformas do ensino, principalmente do ensino de 2º grau, contemplando os princípios de terminalidade, continuidade, racionalização e flexibilidade, já citados, tiveram como suporte a Teoria do Capital Humano.

Na tentativa de manter o aparente desenvolvimento econômico, como também manter um certo consenso social, os militares incentivaram a qualificação do trabalhador. O discurso que propagavam era que o País precisava crescer e se desenvolver, porém na prática o crescimento era financiado pelo capital estrangeiro. Assim, a idéia de se ter a economia como fundamento das relações sociais e a Teoria do Capital Humano que orientou reformas educacionais no período militar não eram questões restritas apenas ao Brasil, mas sim reflexos de um contexto internacional e originários do imperialismo norte-americano.

Neste momento, a representação que se tinha era que o País apenas chegaria ao desenvolvimento econômico a partir do momento em que se investisse no capital humano, ou seja, na capacitação técnica do trabalhador e na formação de mão-de-obra especializada.

A educação tornou-se uma fonte de maior importância para o crescimento econômico ao conquistar a abundância que terá de haver, ao desenvolver-se uma agricultura e uma indústria modernas. Simplesmente não seria possível ter-se uma tal abundância se as pessoas fossem predominantemente analfabetas ou sem qualquer capacitação técnica. A educação, por conseguinte, além do acréscimo em apresentar altos valores culturais, é efetivamente também um investimento nas pessoas, à medida que aperfeiçoa as suas capacitações e portanto aumenta os futuros rendimentos a serem auferidos pelos indivíduos (SCHULTZ, 1973, p. 60).

A passagem de Schultz deixa claro o princípio da educação vista como investimento e rendimento futuros. Na medida em que se trata da profissionalização, há determinada capacitação do indivíduo para o trabalho ou para o mercado de trabalho.

O autor ainda lembra que: “A característica distinta do capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras ou futuros rendimentos, ou ambas as coisas” (SCHULTZ 1973, p. 53).

A idéia vai de encontro à economia capitalista, que defende o investimento educacional no indivíduo como um rendimento futuro. Idéia que Machado (1986) denomina como taxa de retorno, ou seja, o investimento em educação é recomendável uma vez que torna o indivíduo mais produtivo e com melhores perspectivas de renda. Analisando esta questão, a autora chama a atenção para o fato de que alguns indivíduos até conseguem aumentar seus ganhos através do aperfeiçoamento técnico, porém as relações entre educação, produtividade e renda nem sempre são mecânicas.

Por outro lado, conforme afirma Kuenzer (1988), desde a década de 80, já estavam previstas várias pesquisas, no sentido de reformulação do ensino técnico; estes estudos tinham como objetivo repensar e superar a estrutura, o funcionamento e a organização escolares, como também, o sentido e significado social e político do ensino técnico-profissionalizante de 2º grau, que até então tinha como principal objetivo a formação profissional do aluno. Os estudos pretendiam desmistificar a então proclamada idéia de qualidade do ensino técnico ligado ao mercado de trabalho, uma vez que as políticas em favor do 2º grau profissionalizante não consideravam as contradições existentes entre o capital e o mundo do trabalho, além de reduzir a relação entre escola e trabalho para a dimensão emprego, o que desvalorizava a escola. Desta forma, pretendia-se ver a “[...] ampliação do ensino técnico não como adestramento, atrelado às necessidades do mercado de trabalho, mas como *locus* de aquisição, de maneira articulada, de conteúdos voltados para uma sólida formação geral e para uma

formação específica que lhe permitia participar das relações sociais enquanto cidadão trabalhador” (KUENZER, 1988, p. 92).

Além dos motivos expostos, o 2º grau técnico profissionalizante ainda tinha que superar várias deficiências, como escassez de oferta de vagas, falta de professores capacitados, poucos recursos financeiros, precários equipamentos e máquinas para as aulas práticas e currículos que precisavam ser reformulados.

Assim, após o regime militar, os governos “democráticos” que mais aderiram ao continuísmo das propostas neoliberais de estabilidade do setor econômico, impostas pelos mecanismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) etc., nos anos de 1990, foram os de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, com políticas estritamente ligadas àqueles.

Através destas concepções, tem-se na prática a política de contenção dos gastos públicos, privatizações e o mínimo de investimento nos setores sociais, selecionando-se apenas programas de maior urgência, com “o fortalecimento do setor privado, a minimização da intervenção estatal e o fortalecimento dos mecanismos de mercado” (BIANCHETTI, 2001, p.28), ou seja, a afirmação explícita da política neoliberal do Estado mínimo.

Na educação, mais especificamente no ensino técnico profissionalizante, os efeitos desta minimização estatal foram vistos na falta de investimento e políticas financiadoras para a manutenção do respectivo ensino, principalmente nas redes Estaduais e Municipais; na aprovação de projetos de leis que revogavam a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, dentre outras que, gradualmente, foram retirando dos Estados e Municípios as responsabilidades de manutenção do ensino de 2º grau profissionalizante.

Desta forma,

[as] escolas públicas, reduzidas ao mínimo, frente à necessidade de atrair a população estudantil que as justificasse seriam obrigadas a incorporar-se às leis do mercado, competindo com as outras escolas públicas e com as privadas. Portanto, sua existência seria uma resultante da qualidade do serviço oferecido, e não somente do fato de pertencer a uma estrutura estatal (BIANCHETTI, 2001, p. 98).

Percebe-se que as políticas neoliberais adotadas pós-regime militar são contraditórias, pois, de uma lado, pelo discurso, reconhecem a importância da educação e, de outro, na prática, reduzem os investimentos na área, além de chamarem o apoio da iniciativa privada.

E deve se chamar atenção para o fato de que a teoria do Capital Humano estará em sintonia com as políticas educacionais neoliberais, quando teoriza sobre a competitividade, a concorrência, o mercado como regulador da vida social.

Assim, aquelas políticas podem ser expressas em: descentralização, privatização e prioridades, nitidamente percebidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) que, inspirada na lógica do neoliberalismo econômico e nos defensores do Estado-mínimo, não trouxe grandes avanços para a educação nacional, uma vez que enfatizou a educação atrelada ao mercado.

E a respeito do ensino técnico profissionalizante, conforme argumenta Saviani (1998), através da Lei 9394/96 decretou-se, de vez, a não obrigatoriedade da formação do 2º grau em nível técnico, por entender que este deveria ser de acesso aos egressos do ensino fundamental, médio, superior e até mesmo dos trabalhadores em geral, desenvolvido em instituições especializadas, como também, no ambiente de trabalho, desvinculando-se a matrícula do nível de escolaridade. Medidas que, como foi enfatizado, já vinham sendo discutidas no Congresso, porém foram efetivadas com a LDB 9394/96. Como, por exemplo, os artigos 40 e 42 que relatam:

Art. 40 – a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 42 – As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (SAVIANI, 1998, p. 175).

A Escola Estadual Américo Renê Giannetti, enquanto escola pública profissionalizante, sentiu os reflexos das políticas neoliberais pela falta de recursos financeiros para a formação técnica de seus alunos, o que a levou a procurar parcerias com outras instituições públicas e através de convênios com a iniciativa privada, como poderá ser observado no capítulo II.

Após tecidas algumas considerações sobre o contexto histórico e educacional nacional no período abordado na pesquisa, como também, a influência das políticas neoliberais no ensino Técnico Profissionalizante. Traremos no próximo item alguns elementos do contexto local, necessários para que possamos levantar determinados indícios para o esclarecimento do objeto em estudo.

1.3. Um breve Histórico sobre a cidade de Uberlândia

Em 1988, São Pedro do Uberabinha foi elevada à categoria de município autônomo e em 1929, passou a denominar-se Uberlândia, “[...] nome formado por duas origens etimológicas, sendo UBER do latim com significação de fértil e land de origem Germânica, terra” (NASCIMENTO, 2000, p. 61).

Porém o desenvolvimento da cidade deu-se em meados do século XX, influenciada principalmente pelas estradas de rodagem e incentivos estaduais e federais recebidos. Soares (1995) ressalta que, até o início do século XX, Uberlândia era considerada como a “Boca do Sertão”, o fim de parada do Centro-oeste. Na época,

apesar de a estrada de ferro Mogiana passar por Uberlândia, as cidades que mais se destacavam no Triângulo eram Araguari e Uberaba. Entretanto, a partir de 1913, com a construção da estrada de rodagem Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal e a Ponte Afonso Pena, que ligavam Uberlândia a outros Estados do País, destacando-se Goiás e Mato Grosso, houve uma expansão industrial e comercial na cidade e esta “[...] cresceu e desenvolveu-se sob o signo das estradas de rodagem” (SOARES, 1995, p. 58).

As mercadorias e produtos industrializados que chegavam à cidade por meio da Estrada de Ferro Mogiana eram transportados para as cidades vizinhas por caminhões, fato que explica o empenho dado às rodovias, uma vez que estas representavam a abertura de empresas comerciais da cidade, como, também, um importante fator econômico.

Soares (1995) esclarece que, até em 1940, existiam na cidade apenas 163 pequenas fábricas; porém, com a construção de Brasília, as políticas de interiorização do País, através da construção de rodovias, aliadas à modernização do economia brasileira, criavam condições favoráveis ao desenvolvimento e diversificação do setores industriais e comerciais na cidade, com a instalação de empresas atacadistas como Martins, Armazém do Comércio (ARCOM), Peixoto, dentre outras que surgiram posteriormente. Desta forma, Uberlândia “se consolida como um entreposto comercial, sobretudo, porque não dispunha de terras apropriadas ao cultivo de grãos, e a pecuária era ainda muito atrasada, se comparada à de Uberaba” (Ibidem, p. 62).

Esta expansão da cidade nos setores industrial e comercial deve-se principalmente à criação da Cidade Industrial, elaborada e projetada em meados dos anos de 1950. Conforme argumenta Soares (1995), a Cidade Industrial surgiu através das reivindicações dos empresários de Uberlândia, em favor da implantação de um distrito industrial na cidade. Inaugurada oficialmente em 1965, a Cidade Industrial, por

intermédio da Prefeitura Municipal, oferecia terrenos, isenção de impostos, transporte e uma infra-estrutura básica àqueles que ali desejassem implantar uma empresa. Dentre as primeiras que foram implantadas no local, destacam-se a IMABRA, uma empresa de produção de máquinas agrícolas e a Fábrica de Refrigerantes do Triângulo produtora da Pepsi-Cola. Contudo, como explica a autora, foi apenas a partir dos anos de 1970 que a Cidade Industrial de Uberlândia, posteriormente denominada Distrito Industrial, atraiu várias indústrias nacionais e até multinacionais para a cidade, como “Companhia de Cigarros Souza Cruz, Daiwa Têxtil do Brasil, Cargil Agrícola S.A., Rezende Alimentos, Braspelco, Encol, Produtos Vigor, Ciminias, Brasfrigo, dentre outras” (IBIDEM, p. 158).

Estas empresas se localizaram na Cidade Industrial, posteriormente denominada Distrito Industrial, devido às condições que a cidade oferecia - localização da cidade em relação à região e a outros Estados, mão-de-obra barata, casas populares construídas próximas ao local, incentivos fiscais, urbanização do local, escolas técnicas, destacando-se a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, que, a partir de 1977, no governo municipal de Virgílio Galassi, além do 1º grau, passou a oferecer também o 2º grau técnico-profissionalizante, com a implantação dos cursos de Técnico em Eletrônica, Técnico em Edificações, Técnico em Secretariado, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica. Com estes cursos, a escola tinha como objetivo principal, preparar técnicos para o mercado de trabalho não apenas em Uberlândia mas em toda região.

Contudo, Uberlândia se moderniza a partir de 1960, quando sua população cresce devido, principalmente, ao grande número de indústrias que se instalam na cidade e a criação da Universidade Federal de Uberlândia nos fins dos anos de 1960.

Soares lembra as obras que nas últimas décadas foram responsáveis pelo crescimento da cidade, “[...] instalação do sistema de microondas; construção de

estradas de rodagem ligando Uberlândia a Brasília, passando por Araguari; construção da hidroelétrica de Cachoeira Dourada; implantação de uma escola de engenharia e a criação da Cidade Industrial” (Ibidem).

Paralelamente ao crescimento industrial, Uberlândia cresce num ritmo acelerado em relação a outras cidades do Triângulo Mineiro. São construídos na cidade vários conjuntos habitacionais e casas populares; a procura de empregos nas indústrias e no comércio aumenta; várias pessoas das cidades vizinhas, da zona rural e de outros Estados migram para Uberlândia. E a cidade passa a conviver cada vez mais com vários problemas sociais, como assaltos, violência, favelas, dentre outros.

De acordo com Medeiros (2000), com uma população urbana que, segundo dados estatísticos da Prefeitura Municipal, saltou de 111.466 habitantes, nos anos de 1970, para 465.269, em 1990, Uberlândia, apesar de manter o slogan cidade desenvolvimentista com vista ao progresso, convive com vários problemas sociais que se tornaram intensos nos últimos anos.

A cidade passa a ser vislumbrada em dois pólos: “de um lado, estão os loteamentos nobres, os condomínios de luxo, os *shopping-centers*, bonitos, bem arrançados esteticamente, de outro os loteamentos periféricos, com seus pequenos comércios, casas amontoadas, sem acabamento” (SOARES, 1995, p.197).

Apesar dos problemas sociais, entre os anos de 1980 e 1990, Uberlândia presencia cada vez mais o crescimento do setor industrial. Segundo Nascimento (2000), as principais empresas instaladas em Uberlândia por Ramo de Atividades são: *Agropecuária* – Granja Rezende, ABC – Agrícola e Pecuária, Germina Agropecuária, etc. *Indústria* - Souza Cruz S/A, Rezende Alimentos S/A, ABC Inco S/A, Nestlé Industrial e Comercial Ltda, Cargil, etc. *Comércio* – Armazéns Martins, Arcon, Peixoto,

Makro, etc. *Serviços* – CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, Maxtel, Transcol, Engeset - Engenharia e Serviços de Telecomunicações, ABC - Bull Telemática, dentre outras. Dentre essas, encontram-se várias empresas multinacionais, como: Souza Cruz, Cargil, Daiwa, Carrefour, Makro, Nestlé.

Percebe-se que há um crescimento não apenas no setor agroindustrial, mas também nos setores de telecomunicações, engenharia e serviços.

Nesse sentido, a escola profissionalizante, em particular a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, representava a expectativa de formar técnicos profissionais que atendessem à expansão nos setores industrial e comercial na cidade.

O crescimento do setor industrial em Uberlândia é apontado como uma das justificativas para a instalação de uma escola profissional na cidade, conforme mostraremos no próximo capítulo.

Além deste fato, questiona-se se havia certa peculiaridade entre os cursos técnico-profissionalizantes oferecidos pela escola Estadual Américo Renê Giannetti, ministrados entre (1977 e 1996) e os setores de serviços de Uberlândia, questão que desenvolveremos mais adiante.

Os aspectos históricos políticos, econômicos e educacionais nacionais como também os elementos regionais levantados neste capítulo são importantes para entendermos, entre demais aspectos, as leituras e apreensões feitas pelos sujeitos escolares da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, enquanto escola profissionalizante de 2º grau.

CAPÍTULO II

A Profissionalização na Escola Estadual Américo Renê Giannetti

Quando foi implantado o 2º grau técnico profissionalizante na escola Estadual Américo Renê Giannetti, objeto de estudo deste trabalho, esta já funcionava como escola de 1º grau. Assim, diante da complexidade de se começar a tecer comentários sobre o ensino técnico profissionalizante ministrado na Escola Estadual Américo Renê Giannetti, fez-se necessário reconstruir os antecedentes históricos e educacionais dessa instituição escolar, para entendermos como o 2º grau foi implantado na escola. Nossa pretensão com esta reconstrução não é escrever uma história completa sobre a escola Estadual Américo Renê Giannetti, e sim compreender o contexto mineiro, uberlandense e os motivos que levaram à criação de uma escola Vocacional Industrial em Uberlândia, e posteriormente como funcionou o 2º grau de caráter estritamente profissionalizante.

2.1. Considerações Preliminares

Historicamente, há uma ligação entre trabalho e ensino profissionalizante. No período colonial, esta ligação já se fazia presente, uma vez que este ensino voltava-se para a aprendizagem de ofícios manuais e artesanais no ambiente de trabalho.

Com a vinda da família real e o estabelecimento, no País, de algumas Indústrias Manufatureiras, o Estado e as instituições particulares vão se empenhar na criação de

Escolas para Aprendizes e Artífices e, posteriormente, são criados os denominados Liceus de Artes e Ofícios, de iniciativas semelhantes às das escolas de Aprendizes, porém com peculiaridades diferentes, pois passam a ser freqüentados por trabalhadores. Outra característica deste ensino era seu caráter assistencialista e disciplinar, ou seja, destinava-se predominantemente a crianças órfãs e jovens carentes, e o aprendizado dava-se pela leitura, escrita e ofícios, ligados à aprendizagem de nível primário².

A normatização do ensino profissional, como também, a ligação deste ao ensino secundário efetivaram-se somente a partir das reformas educacionais na República, num período em que o País presenciou certa expansão industrial e desenvolvimento urbano, marcados pelas relações capitalista-proletário. Assim, o presidente Republicano, Nilo Peçanha, em 1909, tomou as primeiras medidas efetivas para transformar as escolas de aprendizes num único sistema, ligado ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, iniciativas estas ligadas a interesses e critérios políticos, pois tinham validade apenas para as capitais dos Estados, embora poucas tivessem indústrias desenvolvidas.

Apenas a partir de 1930, com certo desenvolvimento industrial no País, foi que efetivamente o ensino profissional passou a se articular ao ensino secundário, com a criação de escolas técnicas cujos objetivos eram formar trabalhadores para as indústrias. E através das iniciativas que organizaram o Sistema Nacional de Educação foi que segundo a Reforma Francisco Campos³, houve a organização do ensino comercial, regulamentando a profissão de contador, como também, o ensino técnico comercial foi articulado com os demais graus e ainda se omitiu o ensino industrial (que apenas foram regulamentados na Reforma Gustavo Capanema de 1942).

² Maiores informações consultar CUNHA, L. A, *O ensino de ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil escravocrata*, 2000 b e MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*, 2002.

³ Sobre a reforma Francisco Campos conferir, XAVIER, M. E. S. P. *Capitalismo e Escola no Brasil*, 1990, p. 84 – 105.

Devido ao maior número de indústrias e ao desenvolvimento urbano, o ensino profissionalizante desenvolveu-se mais no Estado de São Paulo que em Minas Gerais, quanto ao número de escolas profissionais e cursos para os trabalhadores. Em São Paulo, “o governo estadual, ciente da necessidade de mão-de-obra qualificada, criou muitas escolas profissionais masculinas e femininas, localizadas na capital e no interior” (BUFFA, 1998, p.37).

Minas Gerais, um Estado predominantemente agrícola, não se preocupava com a disseminação de escolas profissionais, com o objetivo de formar trabalhadores para as indústrias. Preocupação que se evidenciou apenas a partir de 1940, quando o governo do Estado Dr. Milton Soares Campos empenhou-se na criação e execução do denominado Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais.

O plano, segundo Andrade (1947), deveria auxiliar as regiões Norte, Noroeste e Triângulo do Estado, no intuito de que estas fossem melhor administradas e produzissem mais, declarando: “Repousam em nossas mãos os elementos precisos para o levantamento da vida econômica, com o incremento das fontes de produção, reforma e ampliação das indústrias correlatas à Agricultura e Pecuária” (ANDRADE, 1947, p.11).

A elaboração do Plano foi dirigida pelo Dr. Américo Renê Giannetti, na época, secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, e aprovado pelo governador Mineiro Dr. Milton Soares Campos.

E foi posto em execução em 1947, com o objetivo, entre outros, de recuperar e elevar as atividades Agrícolas e Econômicas do Estado e criar escolas elementares Agrícolas e Industriais Vocacionais, para oferecer a formação técnica nas atividades citadas acima.

Dentre os artigos explicativos sobre o Plano de Recuperação Econômica, chama-se atenção para os seguintes dizeres:

Plano admiravelmente delineado tendo por escopo primordial a criação de escolas elementares de Agricultura e Indústria, para formação de técnicos profissionais competentes capazes de atacar diretamente e com proveito as fontes de nossas riquezas, pois entre os tesouros naturais ainda mal explorados sobressai o da Agricultura.

[O plano ainda previa]: Partindo do princípio básico de que não será possível a execução de tão grande empreendimento, qual seja a recuperação total de nossa economia, sem contar com o pessoal técnico e auxiliares proficientes, o plano determina a instalação de diversos estabelecimentos de ensino técnico e profissional, distribuídos pelas várias regiões do Estado, como veremos a seguir:

5 Escolas Industriais Agrícolas.

5 Escolas médias de Agricultura.

25 Escolas elementares de agricultura.

5 Escolas Industriais Vocacionais (ANDRADE, 1947, p.11 - 12).

Além destas, outras escolas profissionais seriam reformadas e reaparelhadas, com equipamentos para as oficinas. Na época, no Estado de Minas Gerais, o setor agroindustrial destacava-se em relação ao setor industrial de serviços e comércio; devido a este fato, a maioria das escolas profissionais previstas a serem criadas ligavam-se mais às escolas Industriais Agrícolas, que às escolas Industrias Vocacionais.

Uma das cinco escolas Industriais Vocacionais implantadas situou-se em Uberlândia. Apesar de não ser este o meu objeto de estudo, é importante lembrar que todo o esforço e necessidade de se ter uma Escola Vocacional Industrial em Uberlândia, deu-se no momento em que a cidade começa a se modernizar e se destacar no cenário regional. Assim, pode-se dizer que a construção de Brasília, de rodovias Estaduais e Federais e principalmente à criação da Cidade Industrial em Uberlândia, a até mesmo a Reforma Capanema, pela tentativa de ordenar e organizar o ensino profissional no país, foram fatores que criaram as condições históricas para a instalação da Escola Vocacional Industrial na cidade.

Os motivos de sua implantação e os primeiros anos de funcionamento serão brevemente justificados no próximo item.

2.2. De Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial à Escola Estadual Américo Renê Giannetti: instalação e primeiros anos de funcionamento

A criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti deve-se, entre outros fatores, às reivindicações de empresários locais ligados à Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), que se justificavam pela expansão no setor industrial na cidade. Assim, atendendo a pedidos, o governador Milton Soares Campos, assinou em 1948, um decreto dotando a cidade de uma Escola Industrial Vocacional, prevista no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais.

Desta forma, alguns meses após a implantação do Plano de Recuperação Econômica, e atendendo às reivindicações dos empresários, o governador em visita local anunciou pelo decreto nº 2.691 de 04/05/1948, que estava sendo localizada em Uberlândia uma Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial, com o objetivo de possibilitar a expansão do ensino industrial no município e toda a região.

Assim, na época, o jornal da cidade - Correio de Uberlândia - publicou:

Anteontem, ao findar o banquete que a cidade lhe oferecera no Hotel Colombo, o governador Dr. Milton Soares Campos assinou um decreto localizando em Uberlândia uma Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial, o que vale dizer, um Liceu de Artes e Ofícios. Tal escola está prevista no plano de Recuperação Econômica em tão boa hora lançado pelo governador mineiro e virá enriquecer nosso patrimônio no setor educacional, enquanto será também um forte elemento para a expansão industrial, não apenas de nosso município como de toda região. A Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial será um complemento do aprendizado técnico exigido pelos tempos atuais.

Dessa maneira, podemos dizer que as coisas vão bem. Interessam-se os poderes públicos por assuntos realmente palpitantes. A riqueza como bem sabemos está em função direta do aumento da produção. E para isso necessário se tornam os técnicos adequados (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07/05/1948).

Assim, atendendo ao dispositivo da Lei nº 2.153 de 12/06/1947 da Constituição Estadual, o governador do Estado Milton Soares Campos decretou:

Art. 1º - Fica localizada na cidade de Uberlândia, município do mesmo nome, uma das Escolas Vocacionais de aprendizagem Industrial, criadas pelo art. 1º, nº I, do decreto lei nº2153, de 12 de Julho de 1947.

Art. 2º - O Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho fica autorizado a tomar as providências necessárias à instalação e regulamentação da referida Escola, bem como a contratar o pessoal que for necessário ao seu funcionamento.

Art. 3º - As despesas para a execução do presente decreto correrão por conta dos créditos especiais abertos pelo decreto nº 2468, de 29 de agosto de 1947 e pela lei nº142, de 29 de dezembro do mesmo ano.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Correio de Uberlândia, 04/05/1948, p. 01).

Depois de implantada, a maioria das deliberações legais para a construção da escola partiu do governo do Estado, uma vez que a Constituição Federal de 1946, pelo Art.171, dava aos Estados e ao Distrito Federal liberdade para organizarem seus sistemas de ensino, como, também, o Art. 168, que reforçava que o ensino dos diferentes ramos seria ministrado pelos poderes públicos, respeitadas as leis que os regularizassem (FÁVERO, 2001, p.310 - 311).

Desta forma, a escola foi regulamentada pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais, Dr. Américo Renê Giannetti, atendendo às reivindicações dos empresários locais ao discurso de expansão industrial, do qual a escola seria o enriquecimento de interesses públicos da cidade de Uberlândia.

O discurso de expansão industrial ligava-se diretamente as questões do Capital Monopolista, que conciliava crescimento e desenvolvimento aliados ao capital estrangeiro, com o discurso de que precisaria-se formar profissionais para o mercado de trabalho.

Assim, em 20 de janeiro de 1949, a Prefeitura Municipal de Uberlândia, em nome do Prefeito Municipal, José Fonseca e Silva, doou uma área de 18.750 m² para a construção da escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial, localizada à Rua Cel. Severiano, nº 351, Bairro Fundinho.

As edificações da escola iniciaram-se nesse mesmo ano, porém apenas foram totalmente concluídas doze anos depois, em 1961.

Em 15 de agosto de 1962, em atendimento ao Decreto Lei nº 6.399 de 26/04/1962, a escola começou a funcionar como Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, denominação dada pela comunidade local em homenagem ao Dr. Américo Renê Giannetti, que, empenhou-se em dotar a escola de maquinários. E na época era coordenada pelo Departamento Social do Menor de Minas Gerais (DMS / MG).

Os primeiros cursos oferecidos foram: o curso Vocacional e o de Aprendizagem Industrial, pertencentes ao curso ginásial de 1º ciclo, conforme a Lei 4024/61. Geralmente os alunos egressos faziam exames de admissão e, cursavam disciplinas gerais e práticas educativas com ênfase em Sapataria, Marcenaria e Mecânica, disciplinas ministradas em amplas oficinas localizadas no fundo da escola.

Conforme os registros de matrícula, percebeu-se que os primeiros alunos eram do sexo masculino e em sua maioria pertenciam à famílias de classe média baixa ou trabalhadores.

Pelas características acima apresentadas, ressalta-se, na prática escolar, o avanço do ensino profissionalizante, antes destinado apenas ao operariado e classes menos favorecidas, passando a ser objeto também das camadas médias da população.

Quanto aos professores, o diretor do estabelecimento, Professor Valdemar Firmino de Oliveira, escolhia e selecionava alguns nomes na cidade e região e estes eram nomeados pelo governador do Estado.

Em 1964, com a denominação Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti, a escola vinculou-se à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos de Minas Gerais.

A exemplo do que acontecia nos ginásios industriais no País, o Ginásio Industrial Américo Renê Giannetti, continuou a oferecer o ensino de 1º grau de características estritamente vocacional.

Nos anos de 1970, a reforma do ensino de 1º e 2º graus – LDB 5692/71, dentre outras medidas, determinou a obrigatoriedade escolar para oito anos e instituiu o 2º grau generalizadamente profissional com cursos destinados a instrumentalizar e habilitar técnicos e auxiliares técnicos para o trabalho.

Kuenzer ressalta três objetivos desta medida:

a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960;
a despolitização do ensino secundário, por meio de um currículo tecnicista;
a preparação de força-de-trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no “tempo do milagre”, o qual pretensamente anunciava o acesso do Brasil ao bloco do 1º mundo; essas demandas eram marcadas pelo surgimento de empresas de grande e médio porte, com organização taylorista/fordista, produção em massa de produtos homogêneos, grandes plantas industriais, utilização de tecnologia intensiva de capital com base rígida, eletromecânica.
(KUENZER, 2000, p. 17)

Há neste momento no contexto nacional há certa incorporação da teoria do Capital Humano, defendida pelos militares, que em termos educacionais, pautou-se nas instituições escolares enquanto qualificadoras da força de trabalho.

Nos anos de 1960 e 1970, a escola, agora com a denominação de Escola Estadual Américo Renê Giannetti, incorporou o discurso educacional nacional, através da participação e coordenação de várias feiras de ciências nacionais, estaduais e municipais; serviu com seus laboratórios e oficinas à Faculdade Federal de Engenharia, durante três anos e meio; coordenou as atividades de instalação do Núcleo Micro Regional de Emprego do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Uberlândia, dentre outras iniciativas. Percebe-se que as iniciativas tomadas pela escola realmente

incorporam as diretrizes expressas no regime militar, ou seja, políticas compensatórias expressas nos denominados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

A escola também estimulou a participação dos alunos em paradas cívicas, grêmios, jornais organizados pelos próprios alunos, ou seja, meios utilizados também pelos estabelecimentos de educação formal convencional.

Desta forma, observa-se que a Escola Estadual Américo Renê Giannetti incorporou as representações construídas pelo modelo industrial vigente, na medida que incentivou seus alunos à participação em feiras científicas, coordenando-as, participou de atividades ligadas à Secretaria do Trabalho, como também, a institucionalização do 2º grau dentro dos princípios propostos pela Reforma do Ensino de 1º e 2º graus - Lei 5692/71 e da ideologia neo-liberal, uma vez que, estabeleceu relações com outras instituições para a formação de seus alunos, principalmente na área técnica.

Assim, percebe-se que o grande mito que se criou em torno da profissionalização era que esta garantiria o desenvolvimento individual e social da pessoa.

Dentro da idéia acima citada, em 1977, a escola passou a oferecer o ensino técnico profissionalizante de 2º grau, objeto de nosso estudo.

2.3. O ensino técnico profissionalizante na Escola Estadual Américo Renê Giannetti

2.3.1. Implantação do 2º grau técnico profissionalizante e primeiros anos de funcionamento

No contexto educacional brasileiro, a formação técnica profissional de nível secundário apenas começou a ser discutida a partir de 1930, com as iniciativas de Anísio Teixeira, dentre elas ressalta-se, segundo Cunha (1998, p.65), que “o ensino profissional não só foi transferido para o nível pós-primário, como, também, foram criadas escolas técnicas secundárias, cujo objetivo era preparar os quadros médios de cultura geral e de cultura técnica para todos os tipos de trabalho - inclusive para o trabalho intelectual”. Assim, as escolas técnicas secundárias, foram criadas com o objetivo de preparar o aluno para o trabalho. Posteriormente, na política do Estado Novo ou denominada *Era Vargas*, houve a criação de escolas destinadas à formação de técnicos nível secundário para a indústria, agricultura, comércio e demais tipos de serviços. Com a LDB 4024/61 e a articulação do 2º ciclo profissional ao ensino superior, que inclusive instituiu e regulamentou os estágios obrigatórios nas escolas técnicas para a aquisição do diploma, “a arquitetura educacional dualista começou a ser demolida” (CUNHA, 1998, p. 66) e a idéia da formação técnica profissionalizante foi cada vez mais reforçada passando a fazer parte da realidade educacional no País. Fatos que se evidenciaram a partir da lei 5692/71, que instituíra a profissionalização no ensino de 1º e 2º graus.

De acordo com Cunha:

No regime desta lei, as escolas técnicas industriais, especialmente as da rede federal, foram tomadas como modelo para todas. Pretendeu-se que o ensino de 2º grau fosse universal e compulsoriamente profissional (dito profissionalizante), destinado à formação de técnicos e auxiliares técnicos. Dizia-se que esses profissionais faziam falta ao desenvolvimento econômico

do país, além de constituírem um antídoto ao bacharelismo prevalecente desde o tempo do Império (CUNHA, 1998, p. 68).

Apesar do discurso de formação profissional para o desenvolvimento econômico do País, não podemos nos esquecer que a lei 5692/71, na realidade, representou o desvio do jovem diretamente para o mercado de trabalho, instituindo que não apenas as escolas Federais deveriam ser profissionalizantes, como também as escolas Estaduais e particulares que atendessem ao ensino de 1º e 2º graus.

Diante do contexto apresentado, ressalta-se que, desde os anos de 1960, quando funcionava como Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti, a escola representada pelo seu Diretor Sr. Valdemar Firmino de Oliveira, tinha em vista a implantação do 2º grau em caráter estritamente profissionalizante, porém as iniciativas quanto ao oferecimento do 2º grau na escola Estadual Américo Renê Giannetti começaram a partir dos anos de 1970.

Neste sentido, a idéia de implantação não era um fato isolado, restrito à referida instituição e sim reflexo do contexto nacional marcado pelo regime militar, internacional pela questão do capital monopolista e quando já se anunciava as políticas neoliberais e educacional, que se fazia presente na lei 5692/71.

Percebe-se que as primeiras iniciativas para a criação dos cursos técnicos na escola partiram do diretor escolar Professor Valdemar Firmino de Oliveira, através de projetos encaminhados ao Conselho Estadual de Educação.

Segundo informações do mesmo, um dos projetos apresentados ao Conselho para a criação do 2º grau na escola foi incorporado ao 3º volume do Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus do Município de Uberlândia, elaborado por diretores escolares em conjunto com a Prefeitura Municipal, em 1972.

De acordo com o Plano Municipal, a proposta para a Escola Estadual Américo Renê Giannetti seria de um Centro Regional de Educação Técnica.

O projeto explicita que “A criação do Centro Regional de Educação Técnica é imprescindível à implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, no município de Uberlândia. A estrutura proposta prevê sua dependência direta do convênio SETAS / SENAI, e em relação às normas pedagógicas, da Secretaria de Educação”. (Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, 1972, p. 75). E em pequenas plantas, a disposição dos materiais das salas de aulas práticas e oficinas, procurando enfatizar que a escola tinha infra-estrutura suficiente para o atendimento do ensino de 1º grau, já existente, e para a incorporação do 2º grau com as habilitações de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Telecomunicações, que poderiam ser oferecidas mediante “[uma] estrutura legal; formação de seu quadro de pessoal; construção de prédio novo e ampliação e adaptação de prédios já existentes; aquisição de máquinas, aparelhos, ferramentas, etc.” (CUNHA, 1998, p. 87).

O projeto incorporado ao Plano Municipal foi também encaminhado a Belo Horizonte e após cinco anos começou o funcionamento dos cursos técnicos profissionalizante de 2º grau na escola.

Em 25 de janeiro de 1975, a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, cujo órgão estava vinculado à instituição, enviou a Belo Horizonte um pedido de aprovação prévia para funcionamento do 2º grau na escola, feito pelo diretor da mesma, através da Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia, para ser apreciado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Em março, pelo ofício nº 00759/75, o Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais encaminhou o pedido para o Conselho de Educação, a fim de que este o examinasse.

Assim, o Conselho o examinou e, pelo Parecer nº141/75 de 10/04/1975, houve aprovação para funcionamento do 2º grau na Escola Estadual Américo Renê Giannetti com as habilitações em: Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica, Técnico em Secretariado, Técnico em Economia Doméstica, Auxiliar em Documentação Médica e Modelador de Calçados.

Apesar de ser um documento favorável à criação do 2º grau na escola, este não significava algo definitivo, pois apenas dois anos após, em 1977, pela Lei Estadual nº 7.020 de 1º de julho de 1977, houve a transformação da escola em Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º e 2º graus, tipologia que atendia à portaria 179/77 de 11/11/1977, da Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia.

Desta forma, a Lei Estadual nº 7.020, de 1º de julho de 1977, decretou:

Transforma em Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º e 2º graus a Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º Grau de Uberlândia, e dá outras providências.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica transformada em Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º e 2º graus a Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º grau, de Uberlândia, vinculada administrativamente à Secretária de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos.

Art. 2º - A Escola de que trata esta Lei passa a ministrar o ensino de 1º e 2º graus, nos termos da legislação vigente, mantendo, a nível de 2º grau, cursos de:

- I – Técnico em Eletrônica;
- II – Técnico em Edificações;
- III – Técnico em Eletrotécnica;
- IV – Técnico em Economia Doméstica;
- V – Técnico em Secretariado;
- VI – Técnico em Mecânica;
- VII – Auxiliar Técnico em Documentação Médica;
- VIII – Auxiliar Técnico em Modelagem de Calçados.

Art. 3º - O recrutamento do pessoal necessário ao funcionamento dos cursos de 2º grau far-se-á com observância da legislação estadual vigente.

Art. 4º - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a que no conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1º de julho de 1977 (Minas Gerais: Diário do Executivo, 1977, p.5).

Pela resolução nº 2423/77 de 10/09/1977, foi autorizado o funcionamento do ensino de 2º grau na escola, a partir do 2º semestre de 1977. Assim, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti passou à escola de 1º e 2º graus, após os decretos de autorização, instalação e funcionamento.

Das habilitações oferecidas, conforme a Lei nº 7.020/77, apenas cinco foram aprovadas e mantidas: Técnico em Eletrônica, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica, Técnico em Secretariado.

As habilitações começaram a funcionar na escola, com as primeiras matrículas efetuadas a partir de agosto de 1977 e a primeira formatura do 2º grau em dezembro de 1981.



Figura 1: Primeiros formandos do 2º grau Técnico Profissionalizante – 1981.
Fonte: Arquivo particular (ex-aluno – Nascimento Alves Maciel)

Outro fato a ser salientado é que as habilitações estavam em consonância à Lei 5692/71, como, também, ao parecer 45/72 que as fixou juntamente com aproximadamente 130 habilitações técnicas e com os currículos mínimos exigidos pela Universidade do Trabalho de Minas Gerais (Utramig).

De acordo com Cunha:

[os] currículos mínimos do ensino médio foram elaborados pela Universidade do Trabalho de Minas Gerais (Utramig), onde funcionava um dos centros de educação técnica do ensino industrial. Essa instituição foi transformada, a partir de 1971, em laboratório de currículos do Departamento de Ensino Médio. Dentre as 52 habilitações que corresponderam às especialidades técnicas de nível médio, cujos currículos foram elaborados pela Utramig, 32 eram do setor industrial (CUNHA, 2000b, p.183).

As variedades tanto curriculares como de habilitações oferecidas às escolas técnicas, era um fator que favorecia aos estabelecimentos de ensino público ou particular, escolherem as habilitações técnicas convenientes à sua estrutura e ao atendimento do mercado de trabalho conforme a região onde a instituição localizava-se.

Desta forma, a representação da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, nos jornais da época, era de ser importante para o desenvolvimento do setor industrial de Uberlândia e região, uma vez que, com a implantação do 2º grau, havia a expectativa de que a escola formaria técnicos capacitados para o trabalho e, como os cursos técnicos profissionalizantes ministrados foram os únicos oferecidos na rede estadual pública na cidade, reforçou-se a sua visão de pioneirismo, enquanto escola técnica profissionalizante.

Algumas características estão expressas na reportagem do jornal “O Triângulo”, que dedicou algumas páginas em homenagem à escola, no seu 16º aniversário de instalação.

No início, a reportagem faz um breve histórico sobre a escola e em seguida enfatizava que naquele ano, 1978, a escola havia recebido cerca de 2.000 estudantes, matriculados nas disciplinas de 5º a 8º série, e nos cursos de 2º grau de Técnico de Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica, Técnico em Secretariado. A reportagem lembrava que, naquela ocasião, haveria a posse da nova diretoria do Centro Cívico Ruy Barbosa, apresentação de jograis, expressão corporal e atividades esportivas. E definia a escola nos seguintes dizeres: “A escola Américo Renê Giannetti é hoje um patrimônio cultural da cidade e desempenha ação decisiva para o desenvolvimento, principalmente do setor industrial” (O TRIÂNGULO, 28/04/1978, p.02).

Diante da afirmação de que a escola com seus cursos técnicos de 2º grau, desempenharia um papel importante no desenvolvimento industrial na cidade, levanta-se a seguinte questão: será que a demanda de profissionais na cidade realmente estava de acordo com a oferta dos cursos oferecidos pela escola analisada?

No contexto local, verifica-se que a cidade crescia não apenas nos setores agroindustriais, mas também, industrial e comercialmente, nos setores de serviços e telecomunicações, representados por empresas que aqui se instalaram a partir dos anos de 1970 e somaram as já existentes na cidade. Dentre as principais empresas instaladas em Uberlândia na época, destacam-se: Nestlé Industrial e Comercial Ltda, CTBC- Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, Transcol, Engeset - Engenharia e Serviços de Telecomunicações, Companhia de Cigarros Souza Cruz, Daiwa Têxtil do Brasil, Cargil Agrícola S/A, Rezende Alimentos, Braspelco, Encol, Produtos Vigor, Ciminias, Brasfrigo, etc. Desta forma, ressalta-se que a expectativa dos alunos da escola, era que as habilitações oferecidas pela Escola Estadual Américo Renê Giannetti

poderiam atender ao mercado de trabalho em expansão na cidade, principalmente nos setores da Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica.

Após a explanação de como foi implantado o 2º grau na escola, será ressaltada, nos próximos sub-itens, a organização do espaço escolar.

2.3.2 - O prédio destinado ao 2º grau técnico profissionalizante

Em outubro de 1979, na gestão do Prefeito Virgílio Galassi, a Prefeitura Municipal de Uberlândia doou uma área de 9.190m², que fazia divisa entre o prédio já existente da Escola Estadual Américo Renê Giannetti e o Almoxarifado Municipal de Uberlândia, tendo em vista a construção de um novo prédio, onde funcionaria o ensino de 2º grau. O motivo da doação, conforme argumenta o ex-diretor Professor Valdemar Firmino de Oliveira, foi a necessidade de expansão da escola para que esta se transformasse em um Centro Regional de Educação Para o Trabalho. Desta forma, o diretor escolar pleiteou, junto ao prefeito municipal, Sr. Virgílio Galassi, a doação de uma área onde funcionava o almoxarifado da prefeitura, área esta localizada ao lado da escola. O prefeito, atendendo ao pedido, o encaminhou à Câmara Municipal a fim de que este fosse aprovado.

Aprovada a doação da área possibilitou ao Estado de Minas Gerais, junto ao Governo Federal e à Prefeitura Municipal, construir o prédio para o funcionamento do Centro Regional de Educação para o Trabalho.

O donatário foi o Governo de Estado de Minas Gerais, representado pelo Secretário do Trabalho Ação Social e Desportos, João Pedro Gustin, na gestão do governador Francelino Pereira dos Santos.

Neste mesmo ano, deu-se início às edificações concluídas em 1983, num total de 7.791,70 m² de área construída. Desta forma, o prédio escolar ficou assim distribuído: 1º grau, prédio antigo e 2º grau, prédio novo, pelo fato de termos encontrado apenas uma fonte iconográfica que mostra a faixa do prédio de 2º grau, acreditamos que apenas esta não enriqueceria o trabalho, assim, optou-se por expor apenas as plantas de distribuição do prédio escolar.

Percebe-se pelas plantas que o espaço escolar era amplo e bem distribuído em cantinas, refeitórios, biblioteca, salas de aulas, oficinas e laboratórios para cada curso técnico, junto as oficinas haviam depósitos, que provavelmente eram utilizados para guardar os materiais das aulas práticas e estas ligavam as coordenações dos cursos. Para se ter uma idéia do amplo espaço escolar, as oficinas eram instaladas em local próprio, localizadas ao fundo da escola.

Com um total de 27.940 m², a escola possuía 12.682 m² de área construída, compreendendo três blocos do prédio antigo, contendo salas para administração, cantina, salas de aula, biblioteca, quadras para esportes, sanitários e quatro oficinas para o conteúdo de Artes Práticas.

É importante ressaltar que o novo prédio caracterizava-se de forma peculiar às escolas técnicas profissionalizantes, com concepção arquitetônica moderna.

Sua área interna possuía um grande bloco destinado ao ensino de 2º grau, com salas para administração, anfiteatro, laboratórios de Física, Química e Biologia, 16 salas de aula destinadas ao ensino formal, duas salas para aulas de Desenho, duas salas ambientes para o Curso de Secretariado, quatro laboratórios para o Curso de Eletrônica, laboratório para o Curso de Eletrotécnica, com almoxarifado em comum com o curso de Eletrônica; com almoxarifado em comum com o curso de Eletrônica; oficina de Mecânica, com almoxarifado específico; oficina para o curso de Edificações, salas

ambientes para cada sub-área; constituindo uma para a Educação Artística, duas para o curso de Eletrônica, duas de Eletrotécnica, uma de Mecânica, duas de Desenho, uma de Edificações, uma para Práticas Comerciais, uma de Datilografia, uma sala de Práticas Industriais, uma sala para Cursos de Culinária, além de lanchonete, biblioteca, gabinete, dentário, médico e de enfermagem, e uma Oficina de Marcenaria que, além de desenvolver projetos de educação informal oferecidos à comunidade, prestava serviços às redes estadual e municipal de ensino, reformando carteiras para as escolas. As oficinas eram amplas e equipadas com máquinas, ferramentas, extintores de incêndio, representando algo similar a uma indústria. Especificamente para as aulas práticas, a escola dispunha de oficinas e laboratórios equipados para cada curso, constituindo: para o Curso de Edificações, sala de materiais e instrumentação de medidas; Curso de Eletrônica, almoxarifado, laboratórios de telecomunicações, eletrônica geral, industrial e análise de circuitos; Curso de Eletrotécnica, almoxarifado, laboratórios de instalações elétricas, eletricidade, comando de motores e acionamentos elétricos em geral; Curso de Mecânica, almoxarifado, oficinas de justagem, oficinas de serralheria, oficinas de usinagem e solda, laboratório de metrologia; Curso de Secretariado, sala de mecanografia e escritório modelo. Tamanha era a organização das máquinas e equipamentos da escola que as oficinas e os laboratórios, foram também utilizados para as aulas práticas dos cursos de engenharia da Universidade Federal de Uberlândia, durante três anos e meio, através de um acordo feito com a Universidade, segundo relatou o ex-diretor escolar professor Valdemar Firmino de Oliveira.

Pela estrutura e desenho do prédio escolar, como também pela disposição das salas de aulas, percebe-se maior destaque às oficinas, aos laboratórios e às salas ambientes, destinadas às aulas práticas, que eram um dos espaços mais importantes da

Escola Estadual Américo Renê Giannetti, pois relacionavam-se à formação técnica do aluno.

Tamanha era seu espaço físico, que a escola era equiparada a um monumento e as representações sobre o prédio escolar são de que este era bem organizado, bem estruturado e dispunha de bons laboratórios, com máquinas para as aulas práticas, apesar de nem todos os laboratórios e oficinas funcionarem devidamente, devido à falta de equipamentos. A escola dispunha de bons laboratórios, principalmente quanto ao prédio que fora concluído em 1983.

A foto 2, demonstra a inauguração de uma oficina do curso de Mecânica, com máquinas próprias para a respectiva área e um local que pela disponibilidade das máquinas, assemelha-se a uma indústria. E a foto 3, a faixa interna de um laboratório, com seus equipamentos e alunas com uniformes brancos, que provavelmente caracterizavam jalecos usados nas aulas.



Figura 2: Diretor Escolar, professores, alunos, representantes da comunidade local e Secretário Estadual da Educação – Walfrido Mares Guias na inauguração da oficina de Mecânica Industrial em 1994.

Fonte: Arquivo particular Sr^a. Iolanda Abalém.



Figura 3: Alunas nos laboratórios de química e biologia (sem data).

Fonte: Arquivo - Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

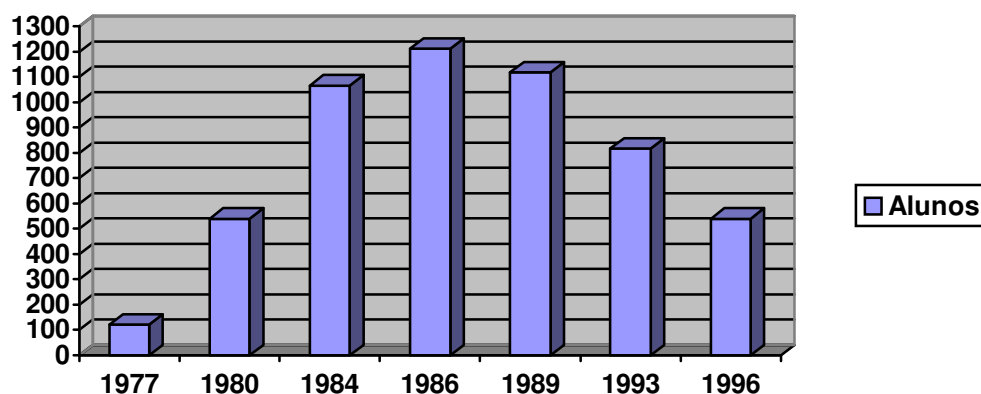
Após a explanação sobre a organização do prédio escolar destinado ao 2º grau, que constitui uma dentre as demais práticas da escola para a formação técnica, faz-se importante ressaltar o perfil e as características dos ex-alunos, professores e diretores que passaram pela escola, especificando quais os perfis dos alunos que procuravam os cursos técnicos, quem eram os professores.

2.3.3. Os Alunos

Os alunos que procuravam o curso técnico profissionalizante tinham características bem específicas que os diferenciavam da clientela escolar que havia passado pela escola desde os primeiros anos de funcionamento. Em consulta aos livros de registro de matrículas e Registro Geral de Turma (REMG), constata-se a evolução das matrículas, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1

Evolução quantitativa de alunos matriculados no 2º grau
(1977 – 1996)



Fontes: Livros de Registros de Matrículas (1977-1982).
REMG - Registro Geral de Turmas (1983-1996).

O número de alunos oscilou nos anos apresentados: nos primeiros anos, houve poucas matrículas, tendo aumentado nos anos de 1980, registrando o maior número de alunos matriculados em 1986, e gradualmente o decréscimo nos anos de 1990, chegando a um número pequeno de alunos em 1996, como pode ser observado no gráfico 1. O que demonstra variabilidade na frequência dos alunos. A expansão quantitativa nos anos de 1980 pode ser explicada pelo 1º ano básico que funcionou durante todo o referido período e a implantação da grade especial de aproveitamento de estudos, que permitia aos alunos com ensino médio completo cursarem apenas as disciplinas técnico-profissionalizantes.

Assim, pode-se dizer que os fatores externos que influenciaram a matrícula de um grande número de alunos nos anos de 1980 e início de 1990, deveu-se principalmente ao art. 54 do projeto do relator Jorge Hage, que previa que os alunos concluintes do ensino médio, poderiam matricular-se em escolas profissionalizante e ao

art. 41 do projeto do senador Darcy Ribeiro, que condicionava à matrícula dos alunos à capacidade de aproveitamento de estudos.

Mesmo com todas as discussões em torno do esfacelamento da educação profissionalizante nos moldes da Lei 5692/71, a escola manteve um elevado número de alunos. Já nos anos de 1990, em função das discussões que desencadearam a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, houve um número menor de matrículas em relação aos anos anteriores. Fatos que, dentre outros, podem ser explicados pelos projetos de lei iniciados a partir da Constituição de 1988 e que gradualmente vão desobrigando o aluno de ter uma habilitação técnica profissionalizante. A preferência destes era pelo período noturno, seguido pelo matutino e pelo vespertino.

Aqueles que cursavam o noturno eram, em grande maioria, trabalhadores, fato não predominante nos outros turnos. No noturno, a maioria tinha entre 17 e 30 anos; no matutino, entre 16 e 30 anos e, no período vespertino, 16 e 24 anos. Já as alunas em todos os turnos tinham faixa etária entre 15 e 27 anos. Pelos cursos ministrados, o número de alunos era superior aos de alunas. E havia na escola um elevado índice de evasão escolar.

Havia expectativas diferentes em relação aos alunos, uma vez que, os dos turnos matutino e vespertino, geralmente procuravam a escola não apenas para terem uma base profissionalizante, porém também, uma formação geral, que daria oportunidade de prosseguirem seus estudos, já os alunos do noturno por serem na maioria adultos, procuravam o curso na expectativa de uma formação técnica para o trabalho.

Tabela 1

Cursos técnicos profissionalizantes: Matrículas,
Reprovações, Evasões e Concluintes de 1977 a 1996

Período	Matrículas				Reprovações	Concluintes	Evasões
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano			
1977 – 1981	628	330	110	60	6%	8%	92%
1982 – 1985	3540	2080	950	865	8%	24%	76%
1986 – 1989	4256	3370	2024	1097	11%	26%	74%
1990 – 1993	2881	2100	1080	863	10%	30%	70%
1994 - 1996	1800	940	730	595	12%	33%	67%

Fontes: Livros de Registros de Matrículas (1977-1982).
REMG - Registro Geral de Turmas (1983-1996).

No decorrer dos cursos havia uma grande diferença entre matrículas e conclusões. Apesar de ser alto o número de reprovações, maior, ainda, era o número de alunos que não chegavam a concluí-los, demonstrando alta taxa de evasão escolar. Pode-se, ainda, afirmar que a evasão ocorria, grande parte, da 2º ano em diante. Em vista desse quadro, levantou-se a seguinte questão: Que motivos levaram os alunos a evadirem da escola?. Duas hipóteses podem ser levantadas. Primeiro, pela dificuldade do aluno acompanhar o curso profissionalizante, tendo que conciliar trabalho e estudo e segundo, pelo fato dos cursos não derem base para ao aluno fazer um vestibular.

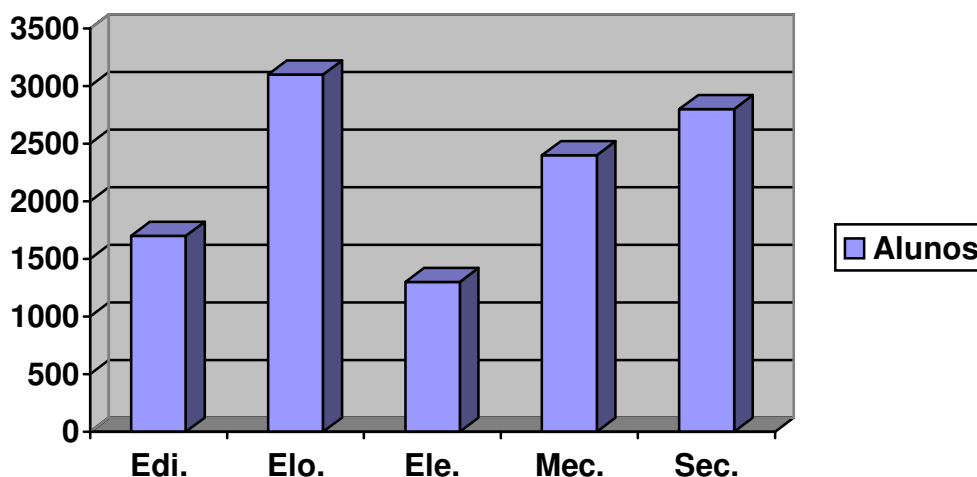
De acordo com entrevistas feitas com ex-alunos, ex-professores e ex-diretores escolares, o grande índice de evasão ocorria de fato no 2º ano em diante e os maiores motivos das evasões eram: a dificuldade do aluno em acompanhar o curso técnico profissionalizante, uma vez que a grade horária era extensa, com disciplinas pertencentes ao núcleo comum e disciplinas pertencentes ao núcleo específico; o horário de aula determinado pela escola, ou seja, de 18:30 às 23:30, sendo que, no período de

1977 à 1989 os alunos do noturno tinham aulas também aos sábados da noite, e em um período da escola os alunos do noturno tinham aulas aos sábados. Por isso, segundo os entrevistados, era difícil para o aluno conciliar trabalho e estudo. Além destes fatores, aqueles que eram reprovados acabavam desistindo do curso técnico. Também foi levantado por certos alunos que, depois de algum tempo, do início do curso, percebiam que este não correspondia a suas expectativas, no sentido de que o curso técnico não preparava para o vestibular e não havia na escola uma orientação profissionalizante adequada, capaz de fazer os alunos conhecerem melhor os cursos oferecidos pela escola, antes mesmo de ingressarem. Apontaram, também, o fato de a escola ser longe da moradia do aluno; tendo que se deslocar de outras cidades para cursar as habilitações, e o fato de o aluno ficar desempregado durante o curso e se sentir desestimulado a continuar estudando e decepcionado com o curso profissionalizante. Estas eram as principais causas que levavam os alunos a desistirem do curso técnico, no decorrer deste.

Sobre a preferência dos alunos, ressalta-se que em geral era pelos cursos de Eletrônica, Secretariado, Mecânica, Edificações e Eletrotécnica, como se observa a seguir:

Gráfico 2

Evolução geral de matrículas nos cursos
(1977 – 1996)



Fontes: Livros de Registros de Matrículas (1977-1982).
REMG - Registro Geral de Turmas (1983-1996).

Edi. – Edificações

Elo. – Eletrônica

Ele. – Eletrotécnica

Mec. – Mecânica

Sec. – Secretariado

O fato de a maioria dos alunos procurarem o curso de Eletrônica seguido pelos cursos de Secretariado e Mecânica, pode ser explicado pela ligação entre as habilitações oferecidas pela escola e o mercado de trabalho de Uberlândia e região nas respectivas áreas, uma vez que os alunos que freqüentavam esses cursos, em sua maioria, eram trabalhadores de empresas como: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL); Telemig; Romana Veículos de (Araguari); Companhia de Cigarros Souza Cruz; Metalurgica Prata (Prata); Copebras (Catalão - GO); Masa (Vazante - MG); CTBC – Companhia de Telefones do Brasil

Central; CASEMG; Armazéns Martins; Cargil Agrícola s/a; Técnica Topografia; ACIUB - Associação Comercial e Industrial de Uberlândia; Granja Rezende; Industrial, entre outras, ou seja, empresas ligadas aos setores de telecomunicações e serviços, setores que mais se desenvolveram nos últimos anos na região. Ou então, eram alunos que procuravam a escola na expectativa de um emprego, pois, segundo o regimento escolar, para obter a habilitação de técnico, o aluno deveria estagiar em estabelecimentos comerciais ou empresariais da cidade, o que para os alunos significava uma oportunidade de futuro emprego.

Para os alunos, a representação de escola profissionalizante era vista como uma oportunidade de profissionalização e respectivo ingresso ou manutenção no mercado de trabalho. Porém, quando o aluno ficava desempregado ou não conseguia trabalhar na respectiva área técnica, sentia-se desestimulado a concluir o curso técnico profissionalizante no qual havia se matriculado, o que desencadeava a evasão escolar. Estes fatores podem ser considerados contraditórios, pois, de um lado, tem-se a visão da escola como uma oportunidade de profissionalização e, de outro, a cidade de Uberlândia que, apesar de manter indústrias em diversos setores, seu mercado de trabalho não conseguia absorver todos os alunos provenientes dos cursos técnicos profissionalizantes.

A origem social, tanto dos alunos quanto das alunas, não se alterou, em comparação aos primeiros anos de funcionamento da escola, uma vez que eram filhos de carpinteiros, lavradores, mecânicos, operários, agricultores, motoristas, vigilantes, comerciantes, pedreiros, vendedores, soldadores, mestres de obras, pintores, soldadores, mestre de obras, metalúrgicos, eletricitas, operadores de máquinas, etc. e de mães costureiras, cabeleireiras, do lar, empregadas domésticas, sendo poucos os filhos de

fazendeiros e profissionais liberais, ou seja, quase todos os alunos eram filhos de pessoas de baixo poder aquisitivo.

Outro aspecto a ser ressaltado é que grande parte destes alunos vinham de cidades vizinhas, como Araguari, Uberaba, Prata, Monte Alegre, Ituiutaba, Tupaciguara, Tapuirama, Caldas Novas, Catalão, Caldas Novas, dentre outras. Aqueles que residiam em cidades próximas a Uberlândia vinham diariamente, enquanto alguns permaneciam na cidade até a conclusão dos cursos, posteriormente retornando às suas cidades de origem.

Concomitante ao perfil dos alunos e à grande procura pela formação técnico-profissionalizante de 2º grau, constata-se uma representação positiva da escola. Grande parte dos alunos a viam como uma escola bem organizada e estruturada, enquanto formadora de técnicos, tanto que vários alunos de cidades vizinhas a procuravam em busca de uma habilitação técnica, pois era a única escola profissionalizante pública estadual da região, que oferecia os cursos de Eletrônica, Edificações, Eletrotécnica, Secretariado e Mecânica.

Leitura condizente com a visão dos professores e diretores de que a os alunos de Uberlândia e região procuravam a Escola Estadual Américo Renê Giannetti pelo fato desta ser a única escola pública estadual a oferecer aqueles cursos na área técnica profissionalizante.

Durante o período de funcionamento do 2º grau, determinados alunos passaram pela escola e não optaram por um curso superior e, ainda hoje, estão no mercado de trabalho, atuando como técnicos. De acordo com depoimentos, alguns alunos montaram suas próprias empresas e até os dias atuais trabalham na área em que concluíram o técnico, como profissionais autônomos ou funcionários de empresas ou Secretarias, por exemplo, Secretaria Escolar.

Após a explanação sobre o aluno que procurava o curso técnico, especificaremos certas características sobre os professores que ministravam aulas nestes cursos.

2.3.4 – Os professores

Em relação aos professores que passaram pelo 2º grau profissionalizante, apresentavam as seguintes características: grande parte era constituída por alunos dos cursos de Engenharia da Universidade Federal de Uberlândia, e ingressaram por indicação do diretor escolar, por contratação pela Superintendência de Ensino (na época, Delegacia de Ensino) ou por concurso público estadual. Conforme explicam alguns professores que ministraram aulas nos cursos técnicos de 2º grau, não havia concurso público para a contratação de professores para as disciplinas específicas da formação especial; assim, os professores eram selecionados pela Delegacia de Ensino ou contratados por indicação dos diretores escolares. Apenas os professores do currículo comum, em maioria, eram profissionais já licenciados e concursados.

Após o ingresso, os professores que ministravam aulas nas disciplinas específicas da formação especial passavam por um Curso de Complementação Pedagógica, que lhes fornecia um “Certificado de Licenciatura” na respectiva área em que atuavam.

Warde, citando os dispositivos legais que fixaram normas para o ensino profissionalizante, comenta que, sobre os Cursos de Complementação Pedagógica foram, previstos que:

O preparo de professores para disciplinas de formação especial se faça quer diretamente em cursos próprios, quer pela utilização de outros cursos superiores das áreas respectivas e, neste caso, tal preparação se processe concomitante ao curso, mediante estudo das matérias pedagógicas complementares posteriores à graduação (WARDE, 1979, p. 118).

Desta forma, os professores que haviam freqüentado cursos de licenciatura, poderiam adquirir o Certificado de Complementação Pedagógica, freqüentando estes cursos.

Machado (1989), ainda afirma que, firmados pós lei 5692/71, os objetivos desses cursos nada mais eram que a capacitação de docentes, de instrutores, de técnicos em educação, técnicos em treinamento e desenvolvimento humano. No caso de instituições como o CENAFOR, as principais atividades eram a Coordenação e a Supervisão de projetos de Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 2º grau, ou seja, a capacitação de professores.

No caso da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, conforme depoimento de professores que fizeram o curso de Complementação Pedagógica, este foi ministrado pela primeira vez em 1983, através de um convênio entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR). A finalidade do curso era o estudo de determinadas disciplinas ligadas à área pedagógica. Este foi realizado nos finais de semana e durante o período de férias escolares, com aulas na Universidade Federal de Uberlândia, no prédio do curso de Pedagogia e com professores do respectivo curso.

Outro Curso de Complementação Pedagógica ministrado para os professores da Escola Estadual Américo Renê Giannetti foi realizado de julho a dezembro de 1988, através de um convênio entre MEC-SESG, Centro Federal de Educação Tecnológica de Belo Horizonte (CEFET-MG) e Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho. Este foi ministrado na própria escola Estadual Américo Renê Giannetti e nele participaram professores de cursos técnicos de 2º grau de escolas públicas de Uberlândia e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia. O curso também foi ministrado por professores do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia.

Segundo depoimentos, as técnicas de ensino utilizadas nestes cursos eram aulas expositivas, com apresentação de trabalhos e aulas no Laboratório Pedagógico da Universidade Federal de Uberlândia. As disciplinas ministradas foram: Fundamentos da Educação, Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, Orientação Educacional e Ocupacional, Didática e Metodologias aplicadas no Ensino de 2º grau, Prática de Ensino (Estágio Supervisionado), Estudos dos Problemas Brasileiros e Educação Física. A carga horária do curso foi de 690 horas/aula.

Os cursos davam ao professor um certificado de Licenciatura Plena na Formação Especial no Currículo do Ensino de 2º grau, reconhecido pela Portaria nº 1.202/92 do Conselho Federal de Educação (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Histórico Escolar, 1988).

A visão dos professores sobre o curso de Complementação Pedagógica foi positiva, pois perceberam que não bastava apenas ter a prática adquirida no Curso de Engenharia, era preciso um aprendizado pedagógico para lidar com os alunos e melhorar a forma de ministrar aulas. Assim, o curso foi válido e importante, uma vez que os professores, até então, tinham a visão mais técnica de sala de aula e, com o Curso de Complementação Pedagógica, o professor pôde redimensionar seu trabalho.

Na visão dos alunos nem sempre esses cursos auxiliavam os professores a melhorarem sua didática em sala de aula, uma vez que, o professor que ministrava uma “boa aula”, a ministrava independente de ter cursado um curso de Complementação Pedagógica ou não.

A Escola Estadual Américo Renê Giannetti, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia e os Centros de Tecnologia, ministrou apenas estes dois cursos aos professores.

2.3.5 - Os Diretores

Desde a época em que passou a funcionar como Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti até o ano de 1996 passaram pela instituição quatro diretores.

O primeiro foi o Professor Valdemar Firmino de Oliveira, que permaneceu no cargo de 1961 à 1983. O Professor Valdemar Firmino de Oliveira dirigiu a escola de 12 de novembro de 1961 a 02 de maio de 1962, como Diretor provisório da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial de Uberlândia, com a responsabilidade pela conclusão da construção dos primeiros prédios, pela instalação e pelo funcionamento. Foi designado pelo Sr. Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, em 1962. Assumiu como Diretor, por nomeação do Governador do Estado de Minas Gerais e permaneceu no cargo até agosto de 1983.

O professor Valdemar Firmino de Oliveira foi diretor da escola no período em que o país passava pela ditadura militar, neste momento, de controle generalizado na sociedade, as nomeações de cargos públicos inclusive de diretores escolares eram feitas diretamente por pessoas e secretarias ligadas aos governos Federal e Estadual, ou seja, o fato deste diretor assumir estava direcionada ao fato deste ser uma pessoa de confiança do regime militar, inclusive como afirma o próprio ex-diretor, numa parceria entre Exército de Infantaria Uberlândia e a Escola Estadual Américo Renê Giannetti os professores da escola ofereceram cursos profissionalizantes não formais de carpintaria, eletricista, mestre-de-obras, etc, para os soldados.

O ex-diretor permaneceu no cargo por muito tempo e governou a escola de forma tradicional e rígida coordenando todos os funcionários e setores, inclusive além de diretor, o professor Valdemar Firmino de Oliveira exerceu na escola os cargos de:

Professor de Educação Moral e Cívica, Coordenador da área de formação especial do 2º grau, Coordenador do 1º grau, Coordenador do 1º Curso Superior de Licenciatura para professores da área técnica, Coordenador Geral das Feiras de Ciências e Tecnologia realizadas pela escola.

Durante os 22 anos em que o Professor Valdemar Firmino de Oliveira foi diretor da escola, na qual residia com sua família, segundo alguns dos alunos entrevistados, além do lanche que era oferecido gratuitamente aos alunos, sua esposa vendia quitandas à parte, contribuiu com convênios firmados entre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Uberlândia, a Universidade do Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG), de Belo Horizonte e os Patronatos – onde os professores da escola ministraram cursos. Incentivou os Cursos de Formação de Mão de Obra à comunidade local, a implantação de habilitações técnicas de 2º grau, dentre outros. Ou seja, a administração do professor foi um exemplo claro da união entre o público e o privado, onde houve certa utilização do espaço escolar público para interesses também privados.

Em 1983 os funcionários e professores da escola contrários a gestão do professor, fizeram um abaixo assinado que foi encaminhado a 40ª Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, este alegava entre outros motivos, que o professor fosse destituído do cargo.

Neste período o contexto nacional era outro, o país passava pelo segundo momento da ditadura militar, onde havia uma divisão dentro do próprio exército com uma ala mais conservadora que defendia a permanência dos militares no poder e uma ala mais “liberal”, que defendia uma gradual abertura política, porém, ainda com normas conservadoras.

Assim, por haver determinados indícios de abertura política a Superintendencia Regional de Ensino acatou o pedido e destituiu o diretor Valdemar Firmino de Oliveira, empossando para o cargo Luzia de Souza, que dirigiu a escola de 1983 a 1984 como representante provisória da 40ª SER – Superintendencia Regional de Ensino.

Caída a ditadura militar inicia-se o processo de “abertura democrática”, na qual a política brasileira vai aos poucos tomando novas configurações e dentre outros fatores atingem o campo educacional, como por exemplo, a eleição para diretor escolar.

Desta forma, foi eleito pelos professores, funcionários e representantes de alunos, o Professor Ademar Inácio da Silva, que dirigiu a escola entre 1985 a 1986.

O Professor Ademar já havia trabalhado na escola, como coordenador da área de Estudos Sociais, Vice-Diretor na gestão do Sr. Valdemar Firmino de Oliveira em 1983, coordenador nos cursos técnicos e professor de História. Dentre as contribuições deste diretor na escola destacam-se as iniciativas pela federalização da Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

Segundo o Professor Ademar Inácio da Silva, os motivos que o levaram a atuar como diretor na escola foram por ter conhecimentos tanto no ensino regular quanto no profissionalizante. Sua campanha para a direção pautou-se principalmente pela tentar a federalização da instituição além de trabalhar para a manutenção do ensino profissionalizante.

Com a abertura democrática, em termos educacionais Minas Gerais sobressai sendo um dos primeiros Estados a adotar políticas de eleição direta para diretor escolar.

Assim, de 1986 a janeiro de 1997, foi administrada pela Professora Iolanda Rodrigues Assis Abalém. A diretora iniciou seu trabalho na Escola Estadual Américo Renê Giannetti em 1984, como professora de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Brasileira no 1º grau e Redação Técnica no 2º grau.

Conforme declarou a ex-diretora, os motivos extrínsecos que a levaram a dirigir a escola, foram por ter aceitado o convite para concorrer à eleição e para colaborar com o projeto de federalização da escola; os intrínsecos foram a paixão pela educação e o gosto por desafios. Porém como o projeto de federalização não vingou, a escola na referida gestão buscou como alternativas parcerias com o município de Uberlândia, como será visto no próximo item.

Em 12 de Dezembro de 1986 foi eleita pela comunidade escolar para o cargo de diretora, sendo a primeira diretora da escola eleita por voto direto. Iolanda Rodrigues Assis Abalém foi reconduzida ao cargo através de eleições, por três mandatos consecutivos, permanecendo até 31 de Janeiro de 1997.

Durante os dez anos de gestão, destacam-se as seguintes iniciativas: convênio com a Prefeitura Municipal criando a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, vinculada à escola e com sede nela mesma; implementação de vários projetos de cursos não formais de curta duração oferecidos à comunidade como: Informática, Arquivo e Documentação, Torneiro Mecânico, Instalador Eletricista, Instalação Hidráulica, Corte e Costura básico e Industrial entre outros, incentivo à participação dos alunos em feiras tecnológicas na região e realizadas na própria escola; celebração de projetos entre empresas e escola, para o oferecimento de estágios supervisionados, implementação de grades curriculares de dois anos nos cursos técnicos, para os alunos egressos do 2º grau que procuravam uma formação técnica profissional, dentre outras iniciativas.

Além dos diretores, a escola era formada por toda uma hierarquia administrativa, constituída pelas vices direções, (responsáveis pela coordenação dos turnos manhã, tarde e noite); orientadores e supervisores pedagógicos (orientação e supervisão pedagógica no núcleo comum e especial); coordenadores de cursos (responsáveis pelo ensino formal, informal, estágios, almoxarifados e oficinas); serviçais (responsáveis

pela vigilância, limpeza e conservação do prédio escolar, como pode ser observado no organograma.

O Diretor coordenava o corpo docente, discente, demais funcionários e secretárias, como pode ser visto no organograma escolar. Mas a pesquisa restringiu-se apenas a esta figura, não abordando os demais cargos como supervisão escolar, vice-direção, orientação educacional, coordenadores de área, em vista do curto espaço de tempo para complementar a pesquisa.

Pelo organograma, evidencia-se a centralidade do diretor, que coordenava todo o corpo docente e discente da escola. Percebe-se também que, há uma divisão entre as coordenações dos cursos, que coordenavam inclusive os estágios supervisionados, entre os setores administrativos da escola e entre os serviços pedagógicos, que apesar de demonstrarem um conjunto, na realidade dá-se visão de ambigüidade, não estando inter-relacionados.

2.3.6. Convênios Realizados

Dentre as práticas realizadas na escola para a formação técnica profissionalizante dos alunos, destacam-se os convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social e Secretaria do Estado da Educação, nas quais inserem projetos, propostas curriculares, decretos, enfim, meios utilizados coletivamente pela comunidade escolar para a formação técnica profissional e que se relacionam também com a estrutura organizacional da escola.

A Escola Estadual Américo Renê Giannetti, desde o seu funcionamento como escola de 1º grau Vocacional Industrial sempre esteve em parceria com o município de Uberlândia.

Segundo informações do ex-diretor Professor Valdemar Firmino de Oliveira, o argumento usado para ganhar o terreno da prefeitura municipal era de que a área comporia o Centro Regional de Educação para o Trabalho Américo Renê Giannetti, empreendimento que funcionaria em convênio com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, tendo como objetivo o oferecimento do ensino formal de 1º e 2º graus, com as habilitações técnicas em nível médio e o ensino informal com os cursos rápidos de preparação de mão-de-obra à comunidade local.

Sobre o Centro Regional de Educação para o Trabalho, tem-se as seguintes informações, publicadas no jornal *O Triângulo*:

Prefeito e Secretário assinam escritura do terreno do Centro Regional de Educação.

O secretário do Trabalho, Ação Social e Desportos, Dr. João Pedro Gustin e o prefeito Virgílio Galassi, assinaram ontem a escritura através da qual a Prefeitura Municipal faz doação do terreno onde funciona o atual almoxarifado, para que a escola estadual “Américo Renê Giannetti” possa instalar o Centro Regional de Educação para o Trabalho – um dos mais importantes projetos de ensino profissionalizante a ser desenvolvido em Minas.

O Centro Regional será organizado para oferecer educação profissionalizante, de nível médio com a finalidade de resolver o problema da mão de obra especializada tão necessária ao desenvolvimento industrial (O Triângulo, 2/10/1979).

Em 1981, o referido jornal destacou a importância do Centro Regional de Educação para o Trabalho, que estava em obras. E o Prof. Valdemar Firmino de Oliveira, diretor da escola à época, em entrevista ao mesmo, pronunciou que o Centro atenderia, além de Uberlândia, aos municípios da região, como Araguari, Tupaciguara, Monte Alegre, Canápolis, Centralina, Indianópolis, Prata e Ituiutaba. Segundo esse diretor, o Centro Regional continuaria oferecendo os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, normalmente, bem como cursos não formais, afirmando: “Nesta escola

teremos os cursos profissionalizantes que nós temos no momento e outros que virão naturalmente” (O Triângulo 23/10/1981).

A obra foi efetivada sob a administração da prefeitura, sendo interesse das autoridades locais. Porém, não chegou a funcionar e seu prédio novo serviu para o oferecimento dos 1º e 2º graus. Os motivos que levaram ao não funcionamento do Centro Regional serão justificados no próximo capítulo.

No fim dos anos de 1970, que inicia-se o processo de construção da democracia no país. Com a crise do regime militar, tanto a ala mais conservadora do regime quanto a mais liberal, começam a mudar o discurso autoritário, para o que deveria haver no país um bom relacionamento entre o Estado e as classes menos favorecidas, com o objetivo de manutenção no poder. Os discursos governamentais passam a priorizar a incorporação dos trabalhadores nas “preocupações” do governo. Na tentativa de se manter no poder, os governos militares implantam vários planos, programas e projetos destinados à camada menos favorecida da população. O discurso passa a ser a integração social das classes menos favorecidas, com uma maior participação desta na sociedade que se concretiza nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, estudados no capítulo I.

Diante deste quadro, nossa hipótese é de que ter um Centro Regional de Educação para o Trabalho, com o oferecimento dos cursos formais e não formais para a comunidade trabalhadora Uberlandense, era uma estratégia política que ia de encontro aos planos e programas sociais desenvolvidos pelos militares.

Outro fato a ser salientado é que, a implantação do ensino de 2º grau técnico profissionalizante na Escola Estadual Américo Renê Giannetti, se aproximou da lei 5692/71, uma vez que os cursos oferecidos na escola tinham caráter terminal e eram ministrados no moldes daquela.

Posteriormente, com a desobrigação da profissionalização, iniciada com a lei 7.044/82, reforçou-se por parte do Estado o descomprometimento quando a manutenção dos cursos técnicos profissionalizantes, ministrados nas escolas públicas o, que ocasionou a falta de recursos humanos e materiais para o funcionamento dos cursos na escola.

Conforme afirma Germano (2000, p.185), “[a escola profissionalizante], além de ser uma escola cara, o Estado negando na prática a “teoria do capital humano” – não investiu de forma suficiente na expansão e equipamento da rede escolar”. O que vai de encontro às políticas neoliberais do Estado Mínimo, em que o Estado investe o mínimo nos setores sociais, procurando enfatizar apenas aqueles aspectos de maior urgência.

Desta forma, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti viu-se com dificuldades para se manter como técnica profissionalizante, devido à falta de recursos financeiros e aos programas para a manutenção de aulas práticas nas oficinas, inclusive de manutenção e reposição de máquinas, equipamentos, componentes e bem como à falta de professores qualificados, principalmente no 2º grau.

Ante tal quadro de falta de incentivos governamentais, a escola almejou uma saída para dar continuidade aos cursos profissionalizantes e encaminhou um projeto de Federalização à Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 6462, de 1985, relatado e defendido junto ao Ministério da Educação, pelo então Ministro de Contas da União – TCU, Homero Santos, dizia que, autorizava o Poder Executivo a transformar a Escola Estadual Américo Renê Giannetti em Escola Técnica Federal de Uberlândia, na qual continuariam sendo ministrados o 1º e 2º graus, com os cursos técnicos e auxiliares técnicos, além, do oferecimento de cursos de extensão, pesquisa e serviços à comunidade, sua manutenção seria feita através de recursos provenientes da união, etc.

Conforme afirma o ex-diretor escolar Sr. Ademar Inácio da Silva, a escola Estadual Américo Renê Giannetti foi uma escola de cunho profissionalizante, ou seja, voltada para a preparação de mão-de-obra técnica nível médio. Porém, como este ensino profissionalizante demandava materiais de consumo, tecnologia e máquinas funcionando passou a não ser interesse do governo do Estado a manutenção desta como escola técnica profissionalizante. Assim, nasceu dentro da referida escola o interesse em manter o ensino profissionalizante, principalmente pelos professores das áreas técnicas. E para a escola continuar funcionando, precisaria de recursos financeiros.

Assim, tomando como exemplo as iniciativas de outras escolas técnicas federais, pensou-se que a melhor saída para o escola fosse realmente sua federalização.

O então projeto de federalização foi aprovado na Câmara dos Deputados e pensou-se que havia uma perspectiva deste ser aprovado no Senado, pois algumas escolas na época conseguiram se federalizar.

Porém, por divergências partidárias e políticas, o projeto de federalização não chegou a ir à plenário para votação sendo arquivado. O então Senador Ronan Tito interferiu no processo e solicitou junto ao Ministério da Educação, a sustação do projeto de federalização sob a alegação que havia outro projeto que atenderia melhor à comunidade escolar, que era o da Criação da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, e alegou também que o interesse da Secretaria de Estado do Trabalho, gestora financeira da escola Américo Renê Giannetti era o projeto de municipalização da escola para a formação de cursos rápidos que atenderia à comunidade local.

Uma hipótese levantada sob a não federalização da escola é que, segundo o projeto, do Sr. Homero Santos, os bens utilizados na escola seriam ligados diretamente ao governo Federal e Estadual, como afirma o Projeto de Lei nº 6462/85 - art. 3º O patrimônio da Escola Técnica Federal de Uberlândia será constituído:

- a) pela negociação direta entre os Poderes Executivos e Estadual na incorporação dos bens;
- b) pelos itens e direitos que lhe forem incorporados em virtude de ato dos poderes públicos ou que a Escola aceitar, oriundos de dotações ou legados;
- c) pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários (Projeto de Lei, nº 6462/85).

Assim, percebe-se que houve um acordo particular e interesses políticos entre o Senador Ronan Tito e os poderes municipais em vedar o então projeto.

Porém para responder esta hipótese demandaria outra pesquisa, assim a questão não será solucionada por este estudo.

Por hora o que podemos enfatizar é o fato que o Estado já não assumindo as responsabilidades com a escola como técnica profissionalizante, a manutenção desta ficou a cargo do Município de Uberlândia.

Assim, como relata a ex-diretora professora Iolanda Assis Abalém como a idéia de federalização não obteve êxito, surgiu por vontade política, a idéia de se criar uma Fundação Municipal, localizada na Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

A Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho foi efetivada através da celebração do convênio nº 92/85 de 13/03/1985, firmado entre Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, Secretaria de Estado da Educação e Prefeitura Municipal de Uberlândia, que criava, pela Lei Municipal nº 4.212, de 30/09/1985, a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho (Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho – Planejamento Global Integrado, 1987).

Ressalta-se que a Fundação Municipal era uma Instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Uberlândia e sediada na Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Durante seu funcionamento, a escola manteve a mesma denominação e funcionou como escola pública técnica profissionalizante, seguindo as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação e ligada à Superintendência Regional de Ensino.

De acordo com o estatuto da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, o presidente da Instituição seria o prefeito municipal; o coordenador da Área de Educação Formal tanto do 1º quanto do 2º grau, o Diretor da Escola Estadual Américo Renê Giannetti; e a Direção Geral da Fundação, os coordenadores das Áreas Administrativa, Financeira e da Educação Informal (responsável pelos cursos profissionalizantes de curta duração/qualificação de mão de obra) seriam indicados pelo prefeito. Apesar de estarmos neste momento vivenciando políticas mais democráticas, a atitude do prefeito evidencia certo autoritarismo.

A finalidade desta era promover a educação formal unida ao ensino técnico profissionalizante com o oferecimento do ensino regular de 1º e 2º graus, ligados à Secretaria de Estado da Educação, que colocaria à disposição da Fundação, professores, supervisores e orientadores, inclusive com a promoção de convênios com as empresas da cidade e região e o oferecimento de cursos não formais, ministrados nas oficinas da própria escola, nos horários disponíveis. Durante o funcionamento da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, os cursos não formais oferecidos a comunidade local foram: Corte e Costura, Auxiliar de Escritório, Datilografia, Ajustador Mecânico, Torneiro Mecânico, Fresador Mecânico, Eletricista, Informática, Arquivo e Documentação, Instalação Hidráulica, Cabeleireiro e Arte Culinária (em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC) e na área de Edificações houve o curso de Acabamento Predial, em parceria com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem industrial e SINDUSCON – Sindicato da Indústria e Comércio de Uberlândia. Estes cursos eram oferecidos nos laboratórios e oficinas da escola, fora do horário de aula do ensino formal e eram ministrados por instrutores que mantinham vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Uberlândia. O público atendido

geralmente eram pessoas da comunidade local e que já estavam inseridas no mercado de trabalho, essas pagavam apenas uma taxa de inscrição para frequentá-los.

Durante o funcionamento da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, todos os materiais utilizados na escola ficavam a cargo da Fundação, inclusive a manutenção dos maquinários existentes nas oficinas.

A Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, representada pelo Deputado Estadual Ronan Tito de Almeida, era responsável por prover o funcionamento da Fundação, ou seja, a manutenção do prédio escolar, inclusive as oficinas, custeio de materiais para os cursos profissionalizantes e repasses financeiros à mesma.

Segundo o convênio 92/85, a Secretaria Estadual da Educação, representada pelo professor Octávio Elísio Alves de Brito, seria mantenedora do quadro pessoal da escola, como a convocação e o contrato de professores, orientadores e supervisores escolares para o ensino formal, se responsabilizaria pela merenda escolar como também, cederia à Fundação os bens móveis da escola Estadual Américo Renê Giannetti.

A Prefeitura, representada pelo prefeito municipal Sr. Zaire Rezende, se responsabilizava pela implantação do projeto de lei que criava a fundação e manutenção do ensino informal, repassando recursos financeiros para o funcionamento da Fundação.

Na prática escolar, a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, contribuiu no ensino formal com a manutenção do ensino de 1º e 2º graus, as habilitações técnicas em Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Secretariado e de Auxiliar Técnico nas áreas de Eletrônica, Edificações e Eletrotécnica modalidades paralelas que passaram a fazer parte do currículo nestas mesmas áreas, com aulas teóricas e aulas práticas nas oficinas, as habilitações de Auxiliar Técnico foram aprovadas pela portaria nº 969/89, publicado no Minas Gerais em 18/03/89. No período de 1986 a 1989, houve um aumento na carga horária dos cursos, incluindo aulas aos sábados com um aumento

das disciplinas profissionalizantes, adotou-se horários integrais na escola, os currículos e programas foram adequados às exigências locais e regionais e passou a funcionar uma grade curricular especial de estudos, em que os alunos com 2º grau completo faziam as disciplinas específicas em 2 anos, vigorando entre 1985 e 1988 e, após o término da Fundação, entre 1993 e 1995, o currículo especial foi autorizado pela Portaria nº 969/89 de 18/03/89, Parecer nº 584/93, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, Processo nº 18082, publicado no Minas Gerais em 20/08/93 (Minas Gerais, Diário do Executivo).

A representação que se tem do convênio entre Prefeitura, Secretaria da Educação e Secretária do Trabalho e Ação Social que criou a Fundação Municipal de Educação para o Trabalho é que este foi um acordo que, além de refletir no pedagógico, tinha finalidades sobretudo política e administrativa.

O convênio nº 92/85 vigorou de 1985 até 1990, quando, em sua gestão, o Prefeito Municipal Virgílio Galassi assinou o decreto 5.111 de 10/07/1990, extinguindo a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho.

Com o afastamento do município pode-se afirmar que a continuidade de manutenção da Fundação Municipal defendida no discurso mas não realizada na prática.

No distrato com a Prefeitura, todos os bens existentes durante o funcionamento da Fundação passaram para a responsabilidade do Estado ou foram revertidos ao Município, e a escola voltou a ser mantida apenas com os recursos financeiros próprios e os repassados pela Secretária Estadual de Educação, surgindo assim uma ação integrada entre esta e a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

A ação integrada, entre as respectivas secretárias foi uma alternativa para dar continuidade ao ensino não formal ministrado para a comunidade local que já havia funcionado durante o período da Fundação Municipal.

Sobre os motivos que levaram à extinção da Fundação Municipal de Educação para o Trabalho, no relatório elaborado em 1992 é explicitado que: “todos os motivos vividos pela Escola Estadual Américo Renê Giannetti anteriormente à sua incorporação à Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho continuaram existindo, após a nova situação. Persistiu-se a falta de recursos financeiros e humanos e não se obteve redução da evasão escolar” (Relatório de Desempenho Funcional, p.02, 1993).

Segundo relatam alguns ex-alunos da escola, faltavam materiais para as aulas práticas e a escola contava com pouco incentivo do governo, faltavam professores capacitados e os cursos caíram o nível, principalmente quanto ao oferecimento das disciplinas. Além destes fatos ressalta-se que a evasão escolar foi de setenta e quatro por cento (74%) e o índice de repetência foi de onze por cento (11%) no período em que a escola funcionou como Fundação Municipal, assim a saída pela municipalização não solucionou os problemas de aprendizagem e manutenção do aluno na referida escola.

Os professores também concordaram que a Fundação Municipal não resolveu os problemas enfrentados pela escola e até contribui para a sua descaracterização como técnica profissionalizante, uma vez que, esta também foi também aberta ao ensino informal.

Neste sentido, considera-se que nenhuma das Secretarias responsáveis pela Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, assumiram a responsabilidade da manutenção das máquinas e equipamentos existentes durante o funcionamento desta. Além deste fator, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti era uma escola estadual pública com normas e regulamentos como as demais, assim, não havia uma legislação adequada que atendesse a sua especificidade como escola pública profissionalizante, quadro que se agravou mediante o parecer nº 306/83 publicado no Minas Gerais em

01/02/96, que em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, autorizou a escola o funcionamento do Ensino Médio, sem habilitações em Técnico.

O Centro Regional e a Fundação Municipal desencadeou práticas múltiplas e diferenciadas que simbolizaram um estatuto, uma posição que marca a passagem dos ex-diretores pela escola e, apesar dos entraves, deram identidade e significado à Escola Estadual Américo Renê Giannetti como escola pública estadual pioneira na formação técnica profissionalizante de Uberlândia, pelos anos de funcionamento de seus laboratórios e oficinas.

Um aspecto relevante, durante o funcionamento da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, foi a importância dada à organização curricular, principalmente nas disciplinas específicas da formação técnica, o que será estudado no próximo item.

2.3.7. As Disciplinas Curriculares e os Estágios

As disciplinas curriculares da Escola Estadual Américo Renê Giannetti como as de escolas técnicas profissionalizantes de nível médio, na época, eram formadas por uma parte de Educação Geral ou Núcleo Comum e Formação Especial ou Parte Diversificada Profissionalizante. As disciplinas do Núcleo Comum foram fixadas conforme a Lei 5692/71, determinadas pelo Conselho Federal de Educação, compreendendo disciplinas de conhecimentos gerais. As disciplinas da Formação Especial eram fixadas pelos Conselhos Estaduais de Educação, estas poderiam variar de acordo com a região onde seriam ministradas, as escolas segundo os Conselhos, também poderiam montar seus próprios currículos nas disciplinas específicas, desde que

estes fossem aprovados pela Delegacia de Ensino da região e pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Assim, conforme a Lei 5692/71 o art. 4º definia:

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo-comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para tender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

[...] I – O Conselho Federal de Educação fixará cada grau as matérias relativas ao núcleo-comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II – Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III – Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

[...] § 4º - Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos (BREJON, 1977, p. 252 – 253).

No caso da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a escolha das disciplinas de cada habilitação foi feita conforme um diagnóstico pelo nível dos professores existentes e levando-se em consideração as empresas locais e regionais. As disciplinas da parte diversificada ou formação profissionalizante eram organizadas pela escola e depois de passadas pela Delegacia Regional de Ensino eram instituídas mediante a aprovação do Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais.

Em geral, os cursos tinham quatro anos de duração, exceto o curso de Secretariado, que era concluído em três anos. Eram ministrados nos turnos diurno e noturno, com exceção de alguns anos em que houve turmas também à tarde.

Apesar do menor número de disciplinas, a carga horária da Formação Especial, era de aproximadamente 2.350 horas aulas anuais e da Educação Geral era 1470 horas aulas anuais e os estágios supervisionados eram geralmente de 220h.

Como a preocupação da pesquisa é interpretar determinadas práticas e representações sociais construídas na escola Estadual Américo Renê Giannetti, a seguir, apenas serão apresentadas, de forma geral, as disciplinas de cada habilitação técnica.

Conforme a Lei 5692/71, as disciplinas da Educação Geral ou Núcleo Comum eram as mesmas em todos os cursos profissionalizantes, abrangendo: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Artística, Educação Física, Língua Estrangeira, Geografia, História, Educação Moral e Cívica, OSPB, Matemática, Física, Biologia e Programa de Saúde, Química, e Ensino Religioso.

Em 1996, último ano de matrículas do curso técnico, no núcleo comum, as disciplinas ministradas em todos os cursos foram: Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira (Inglês), Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Educação Física e Educação Artística.

A Parte Diversificada ou Formação Especial Profissionalizante constituía-se de:

- Curso de Mecânica, disciplinas ligadas à manutenção e funcionamento mecânico.

Nos primeiros anos de funcionamento os alunos estudavam Eletricidade, Desenho, Organização e Normas, Mecânica, Produção Mecânica, Estágios Supervisionados.

De 1985 a 1990, durante a período de funcionamento da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, houve um acréscimo de disciplinas às existentes, mediante a aprovação do Conselho Estadual de Educação, integrando: Redação Técnica, Projetores de Sistema Mecânico, Elementos de Máquinas, Automatismo Hidráulico e Pneumático, Máquinas Térmicas e Hidráulicas, Metrologia, Materiais de Construção Mecânica, Mec. dos Materiais, Fundição e Soldagem, Usinagem e Estágio Supervisionado, que eram distribuídas nas três primeiras séries para o diurno e nas quatro séries para o noturno.

Em 1996, na Parte Diversificada houve o acréscimo das disciplinas Filosofia, Sociologia, Redação Técnica e Processamento de Dados às já existentes, estas disciplinas eram anexas à parte diversificada e denominadas como conteúdos de enriquecimento.

- Curso técnico em Eletrônica, disciplinas ligadas aos estudos de eletrônica e eletricidade: Eletricidade, Desenho, Organização e Normas, Eletrônica, Análise de Circuitos, Eletrônica Industrial e Elementos de Telecomunicação.

De 1985 a 1990, segundo a grade curricular da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, havia Redação Técnica, Desenho, Eletricidade, Organização e Normas, Análise de Circuitos, Eletrônica Geral, Eletrônica Digital e Eletrônica Industrial, Telecomunicação de Redes, Transmissão e Comutação e Estágio Supervisionado.

No ano de 1996, seguindo diretrizes expressas na lei 9394/96, integrou-se ao currículo as disciplinas Filosofia e Sociologia, na Parte Diversificada.

- Curso de Edificações, disciplinas voltadas para as áreas da construção civil: Solos, Topografia, Desenho, Organização e Normas, Materiais de Construção, Máquinas e Equipamentos, Construção e Estágio Supervisionado.

De 1985 à 1990, além daquelas, os alunos tinham Instalação Hidráulica e Sanitária, Instalação Elétrica e Telefonia, Elementos de Custo, Tecnologia de Construção.

Em 1996, com uma grade curricular bem maior, os alunos faziam as disciplinas Solos, Topografia, Desenho Técnico e Desenho de Projeto, Elemento de Custo, Instalação Elétrica e Hidráulica, Tecnologia da Construção, Materiais de Construção, Máquinas e Equipamentos, Organização e Normas, Estágios, além das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Redação Técnica e Processamento de Dados.

- Curso de Eletrotécnica, disciplinas ligadas às áreas de instalação e manutenção mecânica e elétrica: Eletricidade, Desenho, Organização e Normas, Eletrônica, Mecânica, Eletricidade, Máquinas e Instalações.

De 1985 ao final dos anos de 1990, além do núcleo comum, os alunos cursavam as disciplinas Redação Técnica, Desenho, Organização e Normas, Máquinas e Instalações Elétrica, Mecânica, Eletrônica Básica, Redes de Telefonia, Eletricidade Básica, Instalações Elétricas e Medidas Elétricas na Parte Diversificada Profissionalizante.

- Curso de Secretariado, com disciplinas ligadas em geral às secretarias: Organização e Técnica Comercial, Mecanografia, Direito e Legislação, Técnica de Secretariado, Estatística, Processamento de Dados, Psicologia e Estágio Supervisionado.

De 1985 e 1990, a parte Diversificada constituía-se das seguintes disciplinas: Redação Técnica, Inglês Instrumental, Estatística, Direito e Legislação, Mecanografia, Processamento de Dados, Organização e Técnicas Comerciais, Técnica em Secretariado e Estágio Supervisionado.

Nos últimos anos do curso, além do currículo comum, os alunos faziam as disciplinas Estatística, Mecanografia, Processamento de Dados, Direito e Legislação, Psicologia, Organização e Técnicas Comerciais, Técnicas de Secretariado, Filosofia, Sociologia, Redação Técnica, Contabilidade, Matemática Comercial e Financeira, Língua Estrangeira Espanhol e Estágio Supervisionado.

Percebe-se que a grade curricular da Escola Estadual Américo Renê Giannetti era extensa, devido ao maior número de disciplinas e aos dias letivos semanais que geralmente eram cinco dias de aulas para o diurno e seis dias para o noturno, fatos que contribuíam para a desistência do aluno em relação ao curso.

Apesar do grande número, a representação dos diretores era que essas disciplinas eram necessárias para a formação técnica do aluno. Porém os professores tinham a visão de que essas disciplinas já não atendiam ao mercado de trabalho e não conseguiam acompanhar as mudanças tecnológicas.

Determinados alunos que não estavam inseridos no mercado de trabalho concordavam que essas disciplinas atendiam suas expectativas, porém aqueles que já trabalhavam relataram que as disciplinas estudadas na Escola Américo Renê Giannetti não conseguiam acompanhar o avanço tecnológico de determinadas empresas, ou seja, na teoria a escola tinha a proposta de ministrar disciplinas que atendiam ao mercado de trabalho local e regional, porém não correspondida na prática.

Desta forma, concorda-se a escola oferecia um currículo com um grande número de disciplinas, porém nem sempre atualizadas.

Para cada Habilitação Técnica, havia coordenadores e supervisores de área, professores da escola, que de forma geral coordenavam e supervisionavam as habilitações técnicas inclusive os estágios.

Segundo o art. 7º da Lei 5692/71 – as habilitações profissionais poderiam ser realizadas em cooperação com as empresas e os estágios era feito em convênio entre a escola e as empresas, não acarretando vínculo de emprego com as mesmas.

E na conclusão das habilitações bem como dos estágios a própria escola expedida seus diplomas e certificados, de acordo com o art.12º do parecer 45/72: “Caberá aos estabelecimentos expedir os diplomas ou certificados correspondentes às habilitações profissionais de todo o ensino do 2º grau, ou de parte deste (WARDE, 1979, p.126).

Assim, na escola Estadual Américo Renê Giannetti os Estágios Supervisionados eram obrigatórios para a obtenção do certificado de habilitação técnica e geralmente

eram realizados em empresas da cidade e região, escolhidas pelos próprios alunos ou pelos professores e não significavam vínculos empregatícios. Durante a realização dos estágios, os professores coordenavam, supervisionavam e orientavam os alunos, que apresentavam relatórios de acompanhamento na empresa, para a obtenção do certificado de conclusão do curso técnico. Esta prática de estágios supervisionados sempre esteve presente na Escola Estadual Américo Renê Giannetti, desde os primeiros anos de funcionamento do 2º grau até às últimas turmas profissionalizantes e era vista como satisfatória, pois era uma forma dos professores avaliarem o aprendizado do aluno.

Das empresas conveniadas com a escola que receberam alunos para estágios, destacam-se: “Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL); Telemig; Companhia de Cigarros Souza Cruz; Metalurgica Prata; Universidade Federal de Uberlândia; Copebras (Catalão – GO); Masa (Vazante – MG); CTBC – Companhia de Telefones do Brasil Central; CASEMG; Encol Engenharia e Construções; Armazéns Martins; Cargil Agrícola s/a; Tecnica Topografia e Serviços de engenharia Civil; ACIUB Associação Comercial e Industrial de Uberlândia; Granja Rezende; Industrial Schiavinato, entre outras” (Relatório: Desempenho Funcional da Escola, 1993).

E concluídas as disciplinas e estágios, a própria escola se encarregava de entregar os certificados aos alunos.

Como o objetivo da escola era a formação do aluno técnico, dava-se relativa importância aos estágios, que geralmente eram feitos em empresas da cidade. Segundo professores e alunos, nos estágios a escola desenvolvia projetos de visitas dos alunos às empresas e para o aluno se formar, um dos pré-requisitos era que este tivesse feito estágios, que em alguns casos eram até remunerados.

Como foi visto neste capítulo, apesar dos diretores escolares se empenharem na busca de alternativas que poderiam melhorar o nível de ensino técnico profissionalizante de 2º grau da escola, havia como foi visto fatores externos que de alguma forma impediam um bom desempenho da escola enquanto técnica profissionalizante. Assim, nem sempre as práticas desenvolvidas na escola propiciaram representações positivas, tanto por parte dos alunos, quanto dos professores.

Após feita a explanação sobre as características discentes e docentes como também os aspectos organizacionais da escola para a formação técnica dos alunos, o próximo capítulo será dedicado as representações sociais sobre a referida instituição.

CAPÍTULO III

Representações Sociais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti: depoimentos dos sujeitos construtores da história do 2º grau técnico profissionalizante

Este capítulo será dedicado às representações dos ex-alunos, ex-professores e ex-diretores sobre o ensino técnico profissionalizante, no período entre 1977 a 1996. Este foi feito principalmente por meio dos depoimentos colhidos.

3.1. A Escola Estadual Américo Renê Giannetti enquanto propulsora do desenvolvimento industrial de Uberlândia e região

Como foi visto, o período entre 1977 e 1996 foi de considerável relevância para a Escola Estadual Américo Renê Giannetti que, além do 1º grau, passou a oferecer o ensino de 2º grau de caráter estritamente técnico profissionalizante. Como já se disse, esta era a única escola pública estadual da região que ministrava as habilitações em Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica, Técnico em Edificações e Técnico em Secretariado e que, a partir dos anos de 1980, passou a oferecer as habilitações de Auxiliar Técnico nessas áreas.

A implantação desses cursos na Escola Estadual Américo Renê Giannetti colaborou para uma expectativa em torno da formação técnica profissionalizante, uma vez que a cidade de Uberlândia contava com um setor industrial em expansão. Conforme relata o

professor João Naves Cunha, que atuou na escola como professor na Área de Eletrônica, nos anos de 1980,

naquela época, era a escola de extrema importância para Uberlândia, porque foi uma época que vieram muitas indústrias. Até então, Uberlândia não tinha muita mão de obra especializada, principalmente mão de obra atualizada, e o Renê Giannetti contribuiu muito para essa formação de mão de obra, mais especializada, tanto é que os nossos alunos, a maior parte deles, eram das empresas vindas da região aqui de Uberlândia e às vezes até de fora, no caso de Vazante, Catalão, de onde vinha alunos para fazer o curso porque havia uma certa necessidade de fazer reciclagem. (João Naves Cunha).

Para o ex-diretor escolar professor Valdemar Firmino de Oliveira, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti forneceu mão-de-obra especializada para significativa parte do setor industrial na cidade, como, por exemplo, para as empresas Souza Cruz, Daiwa do Brasil, dentre outras.

Desta forma, os alunos que procuravam os cursos técnicos profissionalizantes basicamente eram pessoas inseridas no mercado de trabalho, que geralmente procuravam a escola para a obtenção de um certificado de conclusão de curso técnico, bem como dos que pretendiam cursar o ensino técnico profissionalizante para se inserirem no mercado de trabalho.

Esses fatores se confirmaram nas entrevistas, em que a maioria dos alunos declararam que teve interesse em ingressar na escola, pelo fato de esta ser a única em Uberlândia que oferecia os cursos técnicos nas áreas de Mecânica, Eletrônica, Secretariado, Edificações e Eletrotécnica; pela localidade da escola, que ficava próxima às suas residências; pela vontade de ser técnico e de se aperfeiçoar na área técnica, pois grande parte dos alunos matriculados já trabalhava em empresas da cidade e região; pela questão financeira, pois cursar uma escola pública seria mais em conta, uma vez que, na visão dos alunos, os cursos técnicos profissionalizantes ministrados em escolas particulares eram caros; e, por último, pela valorização da sociedade em relação ao

curso, haja vista, de acordo com os entrevistados, que o curso técnico era o melhor caminho para se chegar a uma posição social. Alguns alunos ingressavam na escola motivados pela aprovação em um exame de seleção, que faziam antes de ingressarem, e outros pelas disciplinas oferecidas nos cursos.

A comparação que os alunos faziam entre curso técnico e posição social, estava ligada a uma idéia muito presente no período militar, onde, no campo educacional, lançou-se uma massiva campanha de valorização dos cursos técnicos e por consequência houve uma enorme crença nos cursos técnicos profissionalizante, por parte da população.

A maioria dos professores entrevistados respondeu que os alunos que procuravam os cursos técnicos eram bem interessados nas aulas, pois, em sua maioria, eram adultos. Eles ainda argumentaram que os alunos que já estavam inseridos no mercado de trabalho tinham uma visão clara sobre o curso profissionalizante e dificilmente evadiam da escola. Os alunos que não tinham uma visão tão clara sobre o curso técnico ou que se sentiam decepcionados com os cursos, geralmente eram os que mais evadiam.

Os diretores concordaram que os alunos que buscavam um curso técnico ou já estavam inseridos no mercado de trabalho ou ingressavam em busca da profissionalização.

Na época, o curso técnico, para quem não tinha condições de fazer uma faculdade, era o melhor caminho para se chegar a uma posição mais rápido. E também o mercado necessitava de profissionais. Na época, não tinha, Uberlândia, principalmente, não tinha escola técnica com a estrutura do Renê Giannetti. (entrevista ex-aluno, Sinomar José Tavares).

Assim, o curso profissionalizante se constituiu numa boa oportunidade de emprego e, para os alunos que trabalhavam, segundo os professores, o curso técnico era uma ótima opção.

A visão que eu tinha da escola, principalmente profissionalizante, era de grande oportunidade, porque não eram muito comuns escolas profissionalizantes. Então, era uma grande oportunidade para os alunos jovens que queriam ter uma profissão. Buscavam uma profissão que pudesse garantir aí o futuro. Então, via a escola como uma bela oportunidade para o aluno, para todo mundo. O Renê Giannetti era a escola, na época, a principal escola na área técnica em Uberlândia. (Satyro de Souza).

Para determinados alunos a escola Américo Renê Giannetti era muito boa, tanto que eles consideravam o ensino bom e de qualidade, pois a escola contava com bons laboratórios e oficinas para as aulas práticas, era bem organizada e em termos de distribuição de salas de aulas oferecia uma boa estrutura.

Porém, na visão de alguns entrevistados existiam várias falhas, como por exemplo, a falta de professores na área técnica e de materiais nas oficinas e apesar da escola procurar manter um bom nível com relação ao processo de ensino-aprendizagem, estas falhas eram preponderantes para a desqualificação da escola, enquanto técnica profissionalizante.

Assim percebe-se que apesar da escola tentar manter uma estrutura física bem organizada, havia falhas quanto a questão da aprendizagem profissional do aluno, uma vez que os cursos em determinados casos, não conseguiam atender as expectativas daquele.

Assim, outro fato a ser observado diz respeito a expectativa dos alunos em torno da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, uma vez que, a maioria pertencia a famílias com baixo poder aquisitivo, a escola representava tanto para o aluno quanto para sua família uma expectativa de se ter uma base profissional para o mercado de trabalho.

Visão ligada mais uma vez a crença de ensino profissionalizante como uma das melhores saídas para o aluno ingressar no mercado de trabalho.

Apesar desta visão que ligava ensino profissionalizante e mercado de trabalho, nem todas as pessoas optavam por fazer um curso técnico, como pode ser percebido no seguinte relato:

Olha, quem estudava no Renê já tinha o objetivo de fazer o curso técnico, realmente era para estar seguindo, para ser um profissional na área escolhida. Quem estava terminando o 1º (primeiro) grau e pretendia fazer o cursinho já queria entrar naquela época no Objetivo, no Anglo e nessas escolas para cursarem o 2º (segundo) grau. Como eu vim de escola particular para o Renê Giannetti, os amigos ficaram todos para trás, ninguém quis fazer curso técnico profissionalizante (William Peixoto da Silva).

Percebe-se na fala dos entrevistados a visão de que o ensino técnico profissionalizante seria uma opção para o ingresso no mercado de trabalho ou para a permanência neste. Porém uma opção seguida por nem todos os alunos do 2º grau.

Nos próximos itens veremos algumas das iniciativas da escola, na tentativa de mantê-la enquanto técnica profissionalizante .

3.2. O Centro Regional de Educação para o Trabalho: o projeto que não vingou

Segundo relata o ex-diretor escolar Sr. Valdemar Firmino de Oliveira, o projeto que criou o Centro Regional de Educação para o Trabalho foi elaborado no período em que a escola estava sob sua gestão:

Tendo em vista a necessidade de expansão da escola para se transformar num centro regional de educação para o trabalho, nós pleiteamos junto ao prefeito Virgílio Galassi a doação daquela área em que funcionava o almoxarifado da prefeitura. E o prefeito atendeu nosso pedido, encaminhou à Câmara Municipal de Uberlândia e a Câmara aprovou lá em regime de urgência, e por unanimidade, a doação da área e possibilitou com o Estado, o Governo Federal e a ajuda do prefeito Virgílio Galassi, a construção daqueles prédios novos para o Centro Regional de Educação para o Trabalho, entendeu? A Escola Estadual Américo Renê Giannetti não seria apenas a escola do 2º grau, seria um Centro Regional de Educação para o Trabalho, como, inclusive, Instituto de preparações para a empresa. A Prefeitura e a Câmara Municipal viram a importância do educandário para Uberlândia e região, então fizeram a doação da área. (Valdemar Firmino de Oliveira).

A idéia de se construir um Centro Regional de Educação para o Trabalho na Escola Estadual Américo Renê Giannetti foi um dos motivos que propiciou a construção do prédio que abrigou o 2º grau na escola.

Segundo relatos, na época até havia na escola uma faixa com os dizeres “Centro Regional de Educação para o Trabalho Américo Renê Giannetti”, porém, o Centro não passou de um projeto que, por motivos políticos, mudanças de secretarias e até saída do diretor escolar professor Valdemar Firmino, não teve continuidade, segundo relata o ex-diretor Ademar Inácio da Silva, que, na ocasião, atuava na escola como vice-diretor:

Entendo que a não concretização da instituição, ou seja, dessa transformação em Centro Regional de Educação para o Trabalho, sob o ponto de vista prático, deveu-se a alterações de ordem política, pois com a mudança de poderes o Centro Regional não passou a ser interesse da Secretaria de Estado do Trabalho, que em vez de aprimorar as escolas, preferiu desonerar-se dos encargos que possuía para a manutenção das escolas de nível profissionalizante, e o Renê Giannetti foi uma das escolas que sofreu o abalo (Ademar Inácio da Silva).

As alterações de ordem política relatadas pelo ex-diretor dizem respeito às mudanças de poder político as quais o país passava, ou seja, a saída de uma ditadura militar para o contexto de uma política mais democrática, que passou a adotar medidas de não manutenção de resquícios da política anterior. Desta forma, o projeto do Centro Regional de educação para o trabalho, que foi pensado ainda na vigência do regime militar, não passou a ser mais interesse dos governos Estadual e Federal.

Podemos notar também que a descaracterização da Escola Estadual Américo Renê Giannetti como técnica profissionalizante começou justamente nesta “transição política”, quando os governos Federal e Estadual desobrigaram-se de investir no ensino profissionalizante. E a escola na tentativa de mantê-lo buscou parcerias com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, que criou a “Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho”. A Fundação Municipal, como já foi ressaltado no capítulo anterior, não

interferiu no ensino formal da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, sim na manutenção das oficinas e na inserção de cursos não formais para a comunidade uberlandense.

3.3 - A Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho: uma saída alternativa

A “Fundação Municipal de Educação para o Trabalho” funcionou na escola Estadual Américo Renê Giannetti de agosto de 1986 a 1990.

Nessa época, a Fundação Municipal representou uma saída alternativa para a escola, uma vez que a Secretaria do Trabalho e Ação Social — sua mantenedora — transferiu as responsabilidades, como a manutenção das máquinas e equipamentos utilizados pela instituição, para a Prefeitura Municipal de Uberlândia. Esta, por sua vez, utilizou as máquinas existentes na escola para oferecer cursos rápidos de formação de mão-de-obra para a comunidade local, na escola, os funcionários mantidos pela prefeitura eram pagos por esta e os funcionários estaduais pagos pelo Estado, como foi salientado no capítulo anterior.

Conforme declara a ex-diretora escolar, Iolanda Assis Abalém, a partir dos anos de 1980, os recursos financeiros repassados pela Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais — até então proprietária do imóvel, imobiliário, máquinas e equipamentos usados pela Escola Estadual Américo Renê Giannetti — não foram liberados para a manutenção e viabilização das aulas práticas dos cursos profissionalizantes. Os professores e funcionários da escola recebiam seus salários normalmente pela Secretaria Estadual de Educação, porém, com a escassez de recursos financeiros, os cursos profissionalizantes tornaram-se precários, pois inexistiam

programas de manutenção e reposição de máquinas, equipamentos e componentes para as oficinas.

Esta situação vai de encontro as políticas neoliberais do estado mínimo, de presença marcante no contexto brasileiro pós anos de 1980 que atingiu o ensino técnico profissionalizante, através das políticas de falta de investimento financeiro para a manutenção do respectivo ensino. E como podemos observar vão de encontro também as políticas educacionais que precederam a Lei 9394/96, desobrigando completamente o Estado da manutenção do ensino profissionalizante nas escolas públicas.

Mediante toda essa situação, a comunidade escolar então se mobilizou e criou um projeto de federalização para a escola, o qual não obteve êxito. Assim, por idéia e vontade política, a escola buscou parcerias com o município através da denominada Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, sediada na Escola Estadual Américo Renê Giannetti que, *a priori*, teve grande resistência por parte dos professores da escola, que viam a federalização como a melhor saída para os problemas da instituição.

O convênio entre Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETAS), Secretaria Estadual da Educação (SEE), Escola Estadual Américo Renê Giannetti e Prefeitura Municipal de Uberlândia representava de fato estratégias administrativas e política para a manutenção da escola, com influências no aspecto pedagógico.

Conforme afirma a ex-diretora professora Iolanda Assis Abalém:

Todo o espaço físico da escola foi usado pela Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, através da área de educação informal que ministrava cursos de aperfeiçoamento, cursos de curta duração, usando oficinas, laboratórios, salas de aula da escola, nos horários em que se encontravam desocupadas. Essa área, através de trabalho integrado com a área de educação formal, que na verdade, era a própria Escola Estadual Américo Renê Giannetti, ministrou cursos de complementação pedagógica em nível superior para os nossos professores que eram habilitados em cursos de engenharia e outros e não como professores. Além de vários outros cursos de interesse da comunidade em parcerias com universidades, empresas e instituições de ensino. Isso se deu porque a operacionalização da proposta, em termos de infra-estrutura, componentes e material de consumo ficou a cargo da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, que contou com

recursos financeiros da Prefeitura Municipal administrados pela área administrativo-financeira (também localizada no espaço da escola) e recursos financeiros da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. Contaria, futuramente, com outros recursos gerados pela própria fundação, caso não tivesse sido extinta. Ainda em relação ao espaço da escola, a comunidade escolar solicitou à Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho que aproveitasse as instalações da casa onde residiu o primeiro Diretor da escola, criando ali uma creche para abrigar os filhos de alunos, funcionários e professores da Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Criou-se ali uma creche comunitária e foi possível receber também filhos de servidores da prefeitura. (Iolanda Assis Abalém).

A diretora ainda afirma que, para a formação do aluno técnico profissionalizante, foi revista a proposta curricular:

Elaboramos uma grade curricular contemplando o equilíbrio entre a formação geral (núcleo comum) e conteúdos profissionalizantes, buscando o domínio do saber e do saber-fazer. Os currículos e programas foram adequados às exigências do trabalho local e regional, garantindo, assim, ao educando, a possibilidade de integralizar seu currículo, com maior número de opções de oferta de estágio curricular, ampla e diversificada. Para que isso fosse possível, adotou-se horário integral. Os cursos passaram a ser ministrados em carga horária superior à regulamentada para as unidades estaduais de ensino em situação comum. No curso diurno, com duração de três anos, cumpriam-se 44 (quarenta e quatro) horas-aula semanais, nos turnos manhã e vespertino. O aluno permanecia na escola em horário integral e recebia o almoço gratuitamente. Para o curso noturno, 36 (trinta e seis) horas-aula, neste caso, levando em consideração o direito à aquisição do mesmo saber, abordado metodologicamente, respeitando as peculiaridades do curso noturno. Teve-se o cuidado para não forçar um tratamento “igual” para situações “desiguais”, adotou-se a semana de seis dias letivos (aulas aos sábados) e duração de quatro anos. O aluno do noturno também recebia o jantar sem nenhum ônus. Quanto aos recursos humanos foram cedidos pela Secretaria Estadual de Educação (professores e demais funcionários da Escola Estadual Américo Renê Giannetti) a excedência de 14 (quatorze) horas-aula semanais da carga horária comum das escolas estaduais, supervisores de estágio curricular e coordenadores para cada curso. Autorização através da resolução nº 6181 de 23/03/1987, da Secretaria Estadual da Educação (Iolanda Assis Abalém).

Assim, as representações da diretora relatam a parceria entre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, da qual resultou a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho. Para ela, essa parceria foi muito positiva, pois priorizou a busca da qualidade de ensino, tanto que vários alunos que

passaram pela escola nesta época ainda estão no mercado de trabalho atuando como técnicos. Ela acrescentou, ainda, que a administração escolar não buscou a mídia e, nem mesmo, fez propaganda externa sobre o funcionamento da Fundação.

De acordo com o Sr. Nelson Bonilha, que em 1988 exercia o cargo de Secretário da Educação no Município e neste ano foi diretor da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, a expectativa da Prefeitura era que a Fundação contribuísse para a manutenção e a melhoria do ensino formal na escola, contando com a colaboração da direção escolar, que na época era representada pela Sra. Iolanda Assis Abalém.

O Sr. Nelson Bonilha declarou não ter lembranças sobre os cursos não formais oferecidos na escola, justificando não os ter acompanhado, porém, sobre os cursos formais e a escola Américo Renê Giannetti, declarou:

Aqueles dias foram difíceis pelas medidas que tivemos que tomar, mas uma vez superadas as dificuldades, nós podemos verificar que a fundação poderia realizar alguma coisa muito boa, como de fato realizou, a fundação possuía de oito a dez máquinas de marcenaria que até então estavam desativadas e foram ativadas. E dois professores muito competentes prepararam os alunos muito bem, inclusive passou-se a fabricar carteiras para as escolas, fabricamos muitas carteiras para as escolas de Uberlândia, evitando assim que a prefeitura tivesse que comprar. E também fizemos um convênio com a CTBC para reposição de material para o curso de eletrônica e eletricidade, o que melhorou muito esses cursos e também incentivamos os estágios para os alunos, inclusive na CTBC. (Nelson Bonilha).

Na visão do Sr. Nelson Bonilha, a Fundação Municipal foi uma iniciativa positiva, pois, além de melhorar a estrutura da escola, colaborou para a preparação pedagógica dos professores da área técnica, incentivando os cursos de Complementação Pedagógica.

As representações de alguns alunos sobre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti na época da Fundação Municipal eram de uma escola bem organizada, bem estruturada, principalmente quanto ao funcionamento do prédio destinado ao 2º grau, que havia sido inaugurado um ano antes da instalação da Fundação Municipal e, de uma escola que mantinha boas relações com o Município de Uberlândia, bem como com as

empresas da cidade. Para eles, a Estadual Américo Renê Giannetti era uma escola que dispunha de bons laboratórios e oficinas, principalmente nas áreas de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica, segundo um aluno do curso de Secretariado: “uma escola boa, bem organizada, bem estruturada, além de ser próxima de casa”. (Auro Sebastião Morais).

Já na visão de um aluno do curso de Mecânica, a escola mantinha bons relacionamentos, porém, tinha uma direção que não dominava conhecimentos na área técnica, ou seja, a direção conhecia a organização e o funcionamento dos cursos técnicos na escola, porém não, detinha conhecimentos específicos sobre cada curso ministrado na escola.

Ah, a escola que eu estudei mantinha boas relações, principalmente com os políticos, tinha boas relações com o município, tinha boas relações com a comunidade empresarial, haja vista que na minha época praticamente todos os alunos que terminavam aquele ensino que começaram saíram todos empregados. Tinha o apoio dos empresários das áreas afins da cidade, porém tinha uma direção que desconhecia conhecimentos na área técnica. (Democlis Antônio de Araújo Filho).

De acordo com um ex-aluno do curso de Eletrônica:

O curso técnico profissionalizante foi muito bom, porque prepara a gente para o mercado de trabalho. Por não ser uma escola paga, o Renê Giannetti tinha suas deficiências, mas, de qualquer forma, atendeu àquela vontade que você tinha de conhecer a parte de eletroeletrônica; atendeu às expectativas (Flávio Gonçalves de Resende).

As deficiências relatadas pelo ex-aluno referem-se basicamente a falta de instrumentos materiais para os alunos nas oficinas, uma vez que, as aulas práticas, no período de vigência da Fundação Municipal, eram ministradas com um grupo de alunos em cada equipamento, fato que na visão do aluno dificultava a aprendizagem.

Na fotografia a seguir podemos observar um exemplo dessas aulas. A foto demonstra um grupo de alunos estudando o mesmo aparelho, onde os alunos sentados testam o funcionamento do aparelho e os alunos em pé observam.



Figura 4: Aula prática do curso de Eletrônica em 1988.

Fonte: Arquivo particular – Flávio Gonçalves de Rezende

Uma aluna que estudou nos últimos anos de funcionamento da Fundação Municipal a falta de professores como um dos elementos de decadência dos cursos principalmente no curso de Secretariado:

Eu gostava muito de estudar lá, a escola era boa, porém já não era tão boa como antes; em algumas matérias tinha professor até a metade do ano letivo, depois a disciplina ficava sem professor e esse era um dos motivos que fazia o curso técnico cair o nível (Alessandra Catarina Silva Santos).

Apesar das deficiências existentes na escola, como falta de material nas oficinas, de professores em determinadas disciplinas e de profissionais capacitados para atuarem na área técnica, percebe-se que a escola foi significativa para determinados alunos.

Na visão dos docentes, a escola Américo Renê Giannetti era bem melhor do que é hoje e funcionou satisfatoriamente até os anos 1980. Depois, a escola não conseguiu acompanhar as mudanças tecnológicas e ficou defasada em relação às demais, quanto à manutenção dos laboratórios e materiais utilizados nos cursos técnicos

profissionalizantes. Tanto na fala dos discentes quanto dos docentes, percebe-se a presença marcante das políticas econômicas e educacionais que predominaram pós anos de 1980, já discutidas.

Segundo o professor Eduardo Humberto de Carvalho, “o grande problema da Escola Estadual Américo Renê Giannetti era que continuava a evasão escolar, as dificuldades de verbas e a incapacidade administrativa dos elementos que colocaram na escola para administrá-la”.

O professor João Naves Cunha ainda argumentou que o próprio fato de a Fundação Municipal contar com a administração da Prefeitura Municipal colaborou pela descaracterização da escola enquanto técnica profissionalizante de 2º grau, pelo fato da prefeitura coordenar também cursos não formais na escola.

Nem todos os professores tinham uma visão positiva da ingerência do poder municipal, por acreditarem que esta ingerência atrapalhava o funcionamento escolar. Já para os alunos o importante era o funcionamento da escola enquanto técnica profissionalizante, ou seja, cada sujeito fazia sua leitura de acordo com a posição que ele ocupava no espaço escolar. Leituras permeadas por sentimentos contraditórios ou de reciprocidade.

Assim, concorda-se que a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho foi uma iniciativa que, na tentativa de manter o ensino técnico profissionalizante, acabou por colaborar para a definitiva descaracterização da Escola Estadual Américo Renê Giannetti enquanto escola técnica profissionalizante, pois a proposta inicial, de recuperar a escola com essa característica, não foi efetivada, e, por isso, persistiu a queda do nível de ensino e conseqüentemente a evasão escolar.

Após vistas determinadas representações referentes as práticas escolares, no próximo item, serão enfatizadas especificamente as representações docentes e discentes sob o 2º grau técnico profissionalizante.

3.4 Representações Discentes e Docentes sobre o 2º grau Profissionalizante

Apesar de certas peculiaridades profissionalizantes, como a realização das feiras científicas ou tecnológicas no 2º grau na escola e a ênfase nas aulas práticas ministradas em suas oficinas, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti funcionava como toda escola estadual não profissionalizante. Ela mantinha a tradição da realização de grêmios, da participação dos alunos em comemorações de datas cívicas e mantinha normas e regras de comportamento como as demais escolas da cidade.

Sobre as relações entre a escola e a família dos alunos, tanto os ex-professores quanto os ex-diretores entrevistados afirmaram que, como a maioria dos alunos era adulta, essa relação ficava restrita aos eventos realizados na escola, como, por exemplo, as feiras científicas, em que as famílias eram convidadas a participarem.

Para alguns dos ex-alunos nem sempre havia a participação da família nos eventos realizados na escola, apenas um entrevistado declarou haver a participação das famílias nos eventos.

Nas relações entre escola e comunidade, determinados professores e todos os diretores entrevistados declararam que, apesar de a comunidade reconhecer a importância da escola, principalmente quanto à formação técnica profissionalizante, esta relação era restrita aos cursos não formais que a escola oferecia para a comunidade local. Havia a presença marcante da Prefeitura Municipal de Uberlândia na escola, como também das empresas da cidade e região, como por exemplo: CTBC, Martins,

Souza Cruz, etc, empresas ligadas as áreas de telecomunicações, engenharia e serviços, que, através dos convênios e parcerias possibilitavam o oferecimento de estágios para os alunos.

Apesar de alguns professores concordarem com esse ponto de vista, outros, tinham a visão que a relação escola comunidade era maior através das feiras científicas que a escola coordenava, que quanto ao oferecimento de cursos não formais; concordaram que havia uma relação entre Renê Giannetti e Prefeitura Municipal, porém discordaram quanto a relação estreita entre a escola e empresas da cidade.

Para alguns ex-alunos a relação entre a escola e a comunidade ficava restrita às empresas que ofereciam estágios sob a supervisão dos professores e aos convênios realizados pela escola, como o convênio com a Prefeitura Municipal, que criou a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho. Com a população externa, a relação ficava restrita aos cursos de preparação de mão-de-obra realizados na escola.

Já na visão de outros ex-alunos entrevistados, o aluno não percebia de forma nítida a relação entre escola e comunidade, a não ser quando esta era convidada a participar dos eventos promovidos pela escola. O que evidencia uma clara contradição, ou seja, a escola Américo Renê Giannetti era aberta a comunidade externa ou não?

Uma hipótese levantada é que como o objetivo da escola era preparar o aluno do 2º grau para o trabalho, as relações entre Escola Estadual Américo Renê Giannetti e a comunidade externa eram restritas.

Em relação ao fato de preparar o aluno do 2º para o mercado de trabalho ainda pode-se levantar as seguintes proposições: nem sempre os cursos atendiam as expectativas do aluno em relação ao ingresso no mercado de trabalho, ocorrendo a evasão escolar; quando atendia, eram alguns casos de alunos que conseguiam um emprego por intermédio dos estágios.

Sobre a relação entre professores e alunos, a maioria dos professores reconheceram que havia uma relação hierárquica entre professores e alunos e, tentava-se manter certo respeito mútuo. Um dos entrevistados declarou que a boa relação dependia mais do professor que do aluno, pois “a responsabilidade maior nessa relação é do professor. O aluno, ele toma interesse se você valoriza ele e se você dá trabalho para ele, se você cobra” (Satyro de Souza). Ou seja, para manter uma boa relação entre professor e aluno tinha que haver certa disciplina por parte dos alunos e respeito por ambas as partes. Porém apesar de haver certo respeito, a relação não ocorria de forma tão tranqüila, pois segundo declarou um ex-professor haviam conflitos entre professores e alunos indisciplinados, algumas vezes o professor tinha que pedir até que o aluno se retirasse da sala de aula, enfim, apesar do professor tentar manter um certo respeito, os conflitos também existiam.

A relação diretor/aluno também não ocorria de forma tão tranqüila. Segundo os ex-diretores entrevistados, havia certo respeito entre diretores e alunos, porém, percebe-se que eram relações um pouco distantes. Para o ex-diretor Sr. Ademar Inácio da Silva, apesar de ser uma relação com muito respeito, era um pouco distante, pois o diretor ligava-se mais aos afazeres administrativos.

Na visão de alguns dos ex-alunos, a relação entre eles e os professores era muito boa, de respeito, amizade. Porém, alguns entrevistados afirmaram que, apesar de ser uma boa relação, era hierárquica e tradicional, em que aluno e professor ocupavam suas devidas posições. Segundo alguns relatos, determinados professores eram mais rígidos, cobravam mais com relação à aprendizagem, outros não cobravam tanto e até eram mais maleáveis com os alunos do período noturno, pelo fato de a maioria ser composta por trabalhadores.

Desta forma, percebe-se que tanto as relações entre professores e alunos, quanto diretores e alunos eram permeadas também por conflitos.

Percebe-se que nos primeiros anos de funcionamento do curso técnico-profissionalizante, a direção escolar, representada pelo professor Valdemar Firmino de Oliveira, era mais rígida, cobrava-se mais quanto a disciplina do aluno, seu comportamento e sua participação nos eventos realizados.

A cobrança em relação a participação dos alunos nos eventos cívicos da cidade estava ligada ao contexto nacional da ditadura militar, que empunha o civismo, a ordem e o sistema disciplinar, dentre outros.

A disciplina escolar na gestão do Professor Valdemar era tão rígida que era caracterizada como conservadora. Conforme argumenta a maioria dos ex-alunos entrevistados, havia o horário de chegada e saída da escola que deveria ser cumprido rigorosamente. Os alunos tinham que entrar uniformizados e cumprir as normas estabelecidas pelo regimento escolar que, geralmente, era o mesmo tanto para o 1º quanto para o 2º grau. Havia até os horários de saída da sala de aula para a biblioteca, para os laboratórios e oficinas de aulas práticas e para as aulas de Educação Física, e as normas escolares deveriam ser respeitadas pelos alunos. O próprio professor Valdemar Firmino declarou que existia certa liberdade na escola, porém com limites.

Na visão de uma ex-aluna do curso de Secretariado, havia um enorme respeito entre aluno e diretor, aluno e professor e demais funcionários da escola, “[...] a disciplina era rígida e, por qualquer coisinha, o aluno era suspenso ou expulso da escola” (Ester Marques).

Outro entrevistado ainda afirmou que:

A disciplina era muito rígida, naquela época a disciplina era mais rígida do que hoje. Tinham as aulas, hora de chegar, de sair, não podia chegar atrasado, não podia sair mais cedo, não podia fumar dentro de sala de aula, tinha que usar o uniforme, era a camiseta com o emblema da escola e o

jaleco branco usado nas aulas práticas, então tinha as normas internas da escola e tinham que ser seguidas. Era o mesmo rigor de qualquer outra escola, se a pessoa não tivesse dentro do contexto, dentro da sala de aula, ela não percebia que era uma escola técnica, a diferença que tinha é que lá tinha os laboratórios, que ficavam bem separados das salas de aula, ficavam no fundo da escola. Se a pessoa não estivesse lá, não percebia que era uma escola técnica, teria que ir nos laboratórios para perceber que tinha as salas de aula de eletrônica, de eletrotécnica, de edificações, que era tudo separado. (Nascimento Alves Maciel).

Apesar do rigor disciplinar, determinados alunos declararam que o regimento escolar era adequado e contribuía para o bom funcionamento da escola e o bom relacionamento entre a comunidade escolar.

Percebe-se que nas gestões posteriores à do Professor Valdemar Firmino, as relações entre diretor e aluno não eram tão rigorosas. Segundo os entrevistados, havia as regras que deveriam ser cumpridas com relação a horário de entrada e saída da escola, mas o sistema disciplinar não era tão rígido como antes e o uso do uniforme, nos últimos anos de funcionamento dos cursos técnicos profissionalizantes, já não era tão exigido, conforme argumentaram alguns dos ex-alunos:

Olha, não era muito rígido não. A entrada era rígida, a saída era rígida, o comportamento eles cobravam um pouco e a questão do uniforme não tinha tanta rigidez (Vander Tavares Pacheco).

Eu achava que era adequada, para muitos era muito rígida, se você chegou atrasado, você não entra. À noite, não era exigido o uniforme devido à noite, maioria vinha direto do trabalho, mas o horário eles cumpriam rigorosamente, se desse algum problema tinha que ir para a secretaria. À noite, em sala de aula, a disciplina era boa, porque à noite a maioria já trabalhava, estava ali para estudar, na época não tinha muito adolescente, o pessoal era tudo na faixa de uns...os mais novos ali, se eu não estiver enganado, deveriam ter uns dezenove, vinte anos. (Flávio Gonçalves de Rezende).

Quanto ao fato do ex-aluno Flávio Gonçalves de Rezende enfatizar que para muitos alunos a disciplina era rígida. Aponta-se a seguinte contradição, apesar de estarmos vivendo num contexto mais democrático, em que a própria Constituição de 1988, declara a liberdade, os deveres, os direitos do cidadão, dentre outros aspectos, a

impressão que se tem é que a Escola Américo Renê Giannetti, não tinha superado completamente os modelos disciplinares presentes na ditadura militar, principalmente pela questão do horário que tinha de ser cumprido rigorosamente e pelas formas de manutenção do comportamento do aluno, segundo relatou o entrevistado.

Desta forma, conforme argumentou a maioria dos ex-alunos entrevistados, o aluno considerado disciplinado era aquele que mantinha boas relações com os alunos, professores, diretores e demais funcionários da escola e seguia as regras impostas pelo regimento escolar. Era o que participava das aulas e demais atividades realizadas na escola, que estava sempre presente nas aulas e tirava notas boas.

Os professores concordaram que o aluno disciplinado era aquele que demonstrasse interesse e atenção pela disciplina ministrada e que mantinha boas relações com alunos, professores e funcionários da escola, era um aluno assíduo, que cumpria às regras estabelecidas pelo regimento escolar. Nota-se que tanto professores quanto alunos concordaram que o aluno disciplinado era o aluno participativo, que estava presente nas aulas e que mantinha um bom relacionamento na escola, respeitando as regras impostas por esta.

No ponto de vista dos diretores, o bom relacionamento dava-se também pelo cumprimento do regimento escolar, que estabelecia os deveres e os direitos dos alunos, e que era determinado pela Secretaria Estadual de Educação, segundo a ex-diretora Iolanda Assis Abalém.

O aluno que cumpria suas tarefas como aluno não atrapalhava o funcionamento escolar, também não causava problemas durante as aulas, era considerado um aluno disciplinado, pois seguia as normas de comportamento estabelecidas pela escola.

Assim, a visão que os professores tinham sobre o sistema disciplinar na escola era que não havia problemas de indisciplina dos alunos, a disciplina em sala de aula era mantida pelos professores e os alunos, por serem maiores de idade, respeitavam-na.

Na visão da ex-professora Ana Maria:

O Renê era considerado uma escola muito disciplinada, muito organizada, porque o Sr. Valdemar era assim, sabe, o negócio lá com ele era certo. Então a escola, de um modo geral, funcionava muito bem, era uma escola muito bem organizada e disciplinada. Agora, dentro da sala de aula, na minha opinião, cada professor mantinha a disciplina da forma que achava melhor. (Ana Maria Andraus Gassani).

O professor Helvio Quintino de Rezende concorda que “o sistema disciplinar da escola estava ligado diretamente à direção escolar”.

Percebe-se que a questão disciplinar, estava presente no dia-a-dia dos alunos e era mantida para que a escola funcionasse bem, segundo relatou o ex-diretor Sr. Ademar Inácio da Silva:

A escola tinha uma disciplina e esta tinha que ser mantida, até por força do espaço físico da escola, que era muito grande, então a escola tinha determinadas regras, inclusive pessoas que lidavam diretamente com a disciplina escolar, principalmente nos momentos em que os alunos encontravam-se fora da sala.

A escola tinha determinadas regras de conduta que basicamente referiam-se ao comportamento do aluno, tanto em sala de aula como fora dela. Segundo os alunos, as regras basicamente referiam-se ao comportamento deles em sala de aula; ao cumprimento do horário de saída e chegada na escola; ao respeito aos alunos, professores, diretores e funcionários; ao cuidado do aluno quanto à conservação das máquinas e equipamentos utilizados nas aulas práticas; bem como à frequência nas aulas para receber o certificado de conclusão do curso.

Percebe-se que, na gestões anteriores a professora Iolanda Abalem, as regras de comportamento estabelecidas pela escola eram mais rígidas, porém na direção da

professora estas regras forma aos poucos abrandando, já não tinha mais o rigor de entrada e saída do aluno, normas tão rigorosas de comportamento, conforme argumentou um ex-aluno:

Seguia o que você queria. Se quisesse não tinha norma. Dependia da cabeça, do modo de pensar, entendeu? Tinha o horário dele, tal horário é essa aula, então você tinha a planilha de horário você ia se quisesse. Se não quisesse, não ia (Gladstone Alves).

Para o professor Eduardo Humberto de Carvalho, houve uma época em que “As regras eram mais rígidas e eram cumpridas à risca. Havia um respeito enorme e não havia nenhuma preocupação de punição, mesmo porque não havia pessoas que cometiam deslizes”.

O professor argumentou que à medida que as regras de comportamento foram deixando de ser cumpridas, o comportamento do aluno não era como anteriormente.

Quando as regras de comportamento eram impostas pelas direções escolares e haviam certas penalidades ao aluno, que as não cumpriam, mesmo se sentindo coagido, o aluno respeitava, todavia, a partir do momento que as direções da escola, como por exemplo a direção da professora Iolanda Abalém, decorreu justamente com um momento de escola mais “democrática”, essas regras de comportamento, passaram a não ser tão rigorosas como nas gestões anteriores.

As atitudes positivas do aluno relacionavam-se: ao interesse dele pelo curso técnico profissionalizante; à sua participação em sala de aula e nas atividades escolares; ao respeito e ao bom relacionamento com colegas, professores e funcionários da escola; à pontualidade do aluno no cumprimento dos horários estabelecidos pela escola; à aplicação aos estudos; à conservação das máquinas e equipamentos existentes nos laboratórios e oficinas; ao cumprimento da disciplina escolar cobrada pelos professores e diretores e à participação dos alunos em sala de aula.

Já as atitudes negativas eram relacionadas ao não respeito às regras estabelecidas pela escola, como desrespeitar o professor, o diretor e os colegas; ao não cumprimento do horário exigido pela escola, bem como à saída da sala fora do horário de aula; à falta de interesse do aluno pelo curso técnico; à indisciplina nas oficinas e em sala de aula; à não participação do aluno nas atividades em sala de aula, como também nas atividades realizadas pela escola; ao desentendimento com os colegas, desrespeito ao professor e práticas não condizentes com o local, como, por exemplo, o uso de drogas no estabelecimento.

Durante todos os anos do funcionamento do 2º grau técnico profissionalizante, uma das iniciativas que sempre estiveram presentes na escola foi a realização das feiras científicas e a participação dos alunos nessas feiras, que sempre ganharam um papel de destaque na escola e, sobretudo, mobilizava grande parte dos alunos do 2º grau.

Durante a gestão do professor Valdemar Firmino de Oliveira, as feiras geralmente eram realizadas na Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUD). Segundo argumento o próprio diretor pela questão do espaço, pois Associação Comercial dispunha de um grande espaço, com toda uma estrutura já montada, assim, facilitava a organização das feiras.

Já nas gestões posteriores, elas eram realizadas na própria escola e contavam com a participação dos alunos, professores e da comunidade escolar, que, segundo os alunos, estavam sempre presentes.

Nas entrevistas, percebeu-se que os alunos que participavam dessas feiras eram dos cursos de Mecânica, Eletrônica, Edificações e Eletrotécnica, que como declararam alguns dos entrevistados, eram compostos por alunos que se organizavam e se interessavam para a realização destas.

Como esse alunos expunham nas feiras os projetos elaborados em sala de aula, as feiras representavam não somente para a escola, mas também, para o aluno uma espécie de propaganda para a comunidade dos projetos desenvolvidos, daí a importância dada as feiras pelos alunos dos cursos acima ressaltados.

Conforme declararam os entrevistados, os alunos eram incentivados pelos professores e diretores a participarem das feiras científicas, pois era um momento de o aluno demonstrar o que tinha aprendido em sala de aula. Eles participavam do planejamento e da execução dos projetos, sempre com a orientação do professor e, durante a realização das feiras, eram dispostos em grupos, organizavam seus estandes e apresentavam o seu projeto aos convidados, demonstrando-os. Nos relatos a seguir, podemos perceber como era a participação dos alunos nas feiras científicas:

Olha, sempre participamos naquela época, e éramos incentivados a participar, porque era uma maneira de mostrar o trabalho nas feiras. Me parece que eram poucos os colégios técnicos na época. Então, as feiras era uma maneira de mostrar o trabalho, de mostrar o que realmente era um colégio técnico para a comunidade, para as pessoas. (Sinomar José Tvares, estudou em).

A escola sempre participava muito, com muita intensidade, inclusive era os alunos do Renê Giannetti que faziam as feiras, que montavam os estandes para a apresentação dos trabalhos. Então, sempre tinham as feiras, faziam a feira interna para a escola, depois faziam a feira externa com todas as outras escolas de Uberlândia, e o Renê Giannetti sempre participava com destaque, era aberto a todos os alunos, com a grande maioria que participava. (Nascimento Alves Maciel, estudou em).

As feiras eram separadas por turmas, por exemplo, o conteúdo que nós estudávamos, nós fazíamos aulas teóricas em sala de aula, aulas práticas nos laboratórios e, depois, uma ou duas vezes por ano, era feita tipo uma feira de ciências, feira tecnológica, e nessas feiras o aluno tinha que mostrar o que aprendeu, os seus conhecimentos, em cima de alguma abordagem. Naquela época, a gente tinha que fazer, montar alguma coisa mostrando o que nós aprendemos, os comandos, a parte eletrônica tudo, todo o funcionamento. As feiras eram internas e a comunidade participava, era muito interessante porque as pessoas vinham, conheciam o Renê por ali, (por intermédio das feiras) viam o que o aluno estava aprendendo, era muito interessante. (Flávio Gonçalves de Rezende, estudou entre 19).

Os alunos participavam, todo mundo participava e às vezes dava uma certa intriga porque cada um (grupo) queria ser mais que o outro, queria fazer

mais coisa do que o outro. Participava tanto ali que no final das contas todo mundo queria calcular, o resultado era o mesmo, mas os caminhos eram diferentes. É, planejamento, montagem, execução e tudo. Todos participavam. O último que participei foi sobre pneumática. O mecanismo pneumático que é um mecanismo que é acionado através de ar comprimido e que existem nas fábricas. Esse projeto, a gente fez lá, montou o pneumático e projetou na prancheta, fez levantamento do material que precisava, montou o projeto e apresentou o projeto. A apresentação era para a comunidade, para todo mundo que fosse e foi muita gente. (Vander Tavares Pacheco, estudou entre 1993-1996).

Sobre a participação dos alunos nas feiras, alguns dos professores concordaram que era intensa, pois eles eram estimulados a estudar, criar e expor seus projetos para a comunidade. Para os professores e diretores, as feiras significavam o despertar do aluno para o interesse, a participação e a criatividade. Tanto que a participação dos professores era mais efetiva nestes eventos. Já os diretores participavam mais no sentido organizacional.

Nas feiras, a participação era total e efetiva de todos os alunos. As feiras tinham um nível muito bom, porque as apresentações dos trabalhos iam muito além do que a escola poderia estar ensinando, pois havia o incentivo dos professores, aliado aos conhecimentos dos alunos. (João Naves Cunha).

As feiras científicas eram significativas para os alunos, pois era uma oportunidade de o aluno expor para a comunidade sua criatividade, através da demonstração do que estava aprendendo. Era um momento da comunidade conhecer melhor o que era uma escola técnica profissionalizante. Porém a contradição em relação a participação dos alunos nas feiras, evidencia-se no fato que, segundo alguns dos entrevistados a grande maioria dos alunos não participavam e muitas vezes nem sabiam que estavam sendo realizadas.

Mediante estas afirmações faz-se os seguintes questionamentos, sendo esta feiras uma forma de propaganda sobre a escola profissionalizante. Não existia ainda, preconceito com relação à educação profissionalizante por parte de alguns grupos sociais?. Questões pertinentes e que poderiam até ser discutidas em outro estudo.

Com referência aos grêmios, apesar de expressiva atuação, eles não eram tão importantes para a escola como as feiras científicas.

Percebe-se que, na gestão do diretor Sr. Valdemar Firmino de Oliveira, os grêmios — divididos em grêmio Literário, Grêmio Cívico, Grêmio Esportivo e Clube de Estudos e Pesquisas Tecnológicas — eram mais atuantes na escola e contavam com maior participação dos alunos, como declara o ex-diretor Sr. Valdemar Firmino de Oliveira:

Os alunos participavam ativamente, na escola, através de representatividade, com os Grêmios Esportivos, Literário, Cívico e Clube Estadual de Pesquisas Tecnológicas. Nós tínhamos Grêmio Esportivo que realizava jogos, torneio interno, torneio externo, com a participação de estudantes de outras entidades educacionais, estruturais, inclusive de outras cidades. O grêmio conseguiu ganhar vários troféus, medalhas, diplomas, que devem estar na escola. Possuía o Grêmio Literário. O grêmio Literário era uma organização de estudo, pesquisas, divulgação, além de jograis. E tinham os jornais, como pode se ver, nós tínhamos os jornais na escola. Nós tivemos acho que uns três jornais, “A Construção”, em 1977, o primeiro foi o “Furo”. Tinha os centros cívicos, eles tinham a bandeira do centro cívico Rui Barbosa, eles desfilavam com essa bandeira com todas as bandeiras do Grêmio Esportivo, do Centro Cívico, da escola, de Uberlândia, do Estado, do País. Eles realizavam nas datas cívicas palestras com convidados e o desfile nosso era muito bom. Nós tínhamos uns cento e tantos instrumentos. Era uma fanfarra muito boa, você sabe, boa mesmo. Poucos acompanhavam a fanfarra do Renê Giannetti. E tinha finalmente o Clube de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, é o clube dos alunos do 2º grau, os Cursos Técnicos, Conforme o nome diz, os alunos pesquisavam e montavam projetos na área técnica, que era muito bem vista. Acima de tudo, é obrigação da escola dar atividades e iniciativas aos alunos. O grêmio é muito importante, não é para a escola, é uma oportunidade que tem de crescimento intelectual do aluno. Certo. Os grêmios, os clubes, o centro cívico nas suas áreas, os alunos se interessavam, eles procuravam melhorar o acervo da biblioteca, colaboravam com a biblioteca, no sentido de ela ser uma biblioteca mais completa possível. Tinha participação realmente dos alunos, e os alunos usavam a biblioteca até, a biblioteca era muito boa. Hoje, deve ser melhor. Aí, mesmo assim, o ato de usar a biblioteca é tão grande que, numa pesquisa feita na biblioteca pública de Uberlândia, a escola Renê Giannetti liderava o número de consultas na participação e frequência de alunos do Renê Giannetti. Houve época que isso aconteceu. (Valdemar Firmino de Oliveira).

Quando o entrevistado relata as questões da participação da escola jogos, torneios, estudos, pesquisas e as premiações, percebe-se que estes eram signos que

poderiam representar a superioridade do ensino profissionalizante sobre os preparatórios.

Outros aspectos a serem observados na fala, é a presença marcante do nacionalismo e das idéias de importância do centro cívico, dos grêmios, das bandeiras, das datas cívicas, dos desfiles, que foram impostas na educação pelo regime militar. E a presença do capital monopolista, que na fala encontra-se ligado indiretamente ao incentivo de pesquisas e projetos na área técnica.

O jornal “A Construção”, relatado pelo entrevistado, era um informativo sobre a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, elaborado pelos alunos, sobre a coordenação dos professores e diretor escolar. A finalidade do jornal era divulgar notícias gerais sobre o ensino profissionalizante, os cursos técnicos oferecidos na escola, as atividades de cada área e o mercado de trabalho, e notícias gerais sobre as atividades realizadas pelos alunos, como, por exemplo, informativos sobre os grêmios e o Clube de estudos e pesquisas tecnológicas.

Além do jornal informativo, os grêmios tinham certa representatividade na gestão do Professor Valdemar Firmino, conforme argumentaram ex-alunos:

Naquele tempo? Olha, eu me lembro vagamente. Mas lá tinha o grêmio esportivo, tinha o literato também, que eu até me lembro que eu participei de um de literatura, de redação. E ganhei até um prêmio de redação lá. Então, tinha lá esses dois grêmios. Tinha um grêmio esportivo e um grêmio literário. O esportivo, a gente participava de interclasses, entre escolas, eu lembro da minha época, eu joguei handball, e disputaram, com a escola, José Inácio. Então, eram ativos esses dois grêmios. Tinha o grêmio cívico também. Os alunos participavam, no grêmio cívico, nós participamos, ele promoveu um desfile no sete de Setembro. Eu desfilei, tenho até fotografia em casa. Eu desfilei também com a camiseta do Secretariado. Cada aluno da sua turma, com seu uniforme (Ester Marques).

No Renê Giannetti tinha um diferencial, porque lá tinha uma biblioteca que o governo mantinha, e os alunos criaram lá uma outra biblioteca técnica, só de livros técnicos para servir de subsídios para os alunos, e foi uma biblioteca criada a partir da participação de grêmios. Como o grêmio tinha esse poder de estar conseguindo esses livros, ele tinha uma grande importância para os alunos, porque a biblioteca da escola mesmo não tinha livros técnicos e o grêmio que a gente tinha era que fornecia e emprestava esses livros, e além

de fornecer livros fazia também a carteirinha de estudante, que era um documento que todo estudante achava bom, até mesmo porque só pagava meia no cinema, naquela época já tinha os cinemas que tinham meia, então os alunos tinham interesse em ter a carteirinha (Nascimento Alves Maciel).

Na gestão do professor Valdemar Firmino o grêmio desempenhava na Escola Estadual Américo Renê Giannetti o papel de fazer uma espécie de interligação entre os alunos dos cursos técnicos e principalmente de divulgação da escola, uma vez que, percebe-se que a escola estava a todo momento afirmar-se como escola técnica profissionalizante.

Percebe-se que com o passar dos anos o grêmio foi perdendo lugar de destaque na Escola Estadual Américo Renê Giannetti e, também, já não tinha a participação ativa em que envolvia toda a escola, apenas “[...] um grupo de alunos que participava” conforme declara o ex-aluno Gladstone Alves.

Alguns dos professores entrevistados concordaram que nas gestões posteriores à do professor Valdemar Firmino de Oliveira, os grêmios passaram a contar com a participação de apenas um grupo de alunos e já não exerciam tanta influência na escola, principalmente nos cursos técnicos profissionalizantes. Afirmação que condiz com o próprio contexto histórico educacional, que em termos gerais visava uma escola mais “aberta e democrática”, assim, a impressão que se tem é que como os grêmios dependiam também, de iniciativas tomadas pela direção escolar, as direções da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, pós anos de 1980, já não a priorizavam tanto a participação dos alunos nos grêmios.

Conforme declaram:

Os grêmios eram mais intensos do que hoje, só que era um grêmio um pouco atrelado à direção escolar. Por ser um grêmio atrelado à direção, havia algumas divergências, mas todos procuravam trabalhar aquilo que era de interesse para o aluno e para a escola, ou seja, para a estrutura da escola, o grêmio desempenhava um bom papel. Agora, evidentemente, tinha esse caráter de submissão à direção, porém havia mais participação (Eduardo Humberto de Carvalho).

O grêmio do Renê Gianetti não era um grêmio muito forte, muito atuante, porque, a não ser no 1º grau, pois os alunos tinham mais tempo. Mas, quando a escola passou ser mais profissionalizante, é que os grêmios foram acabando, porque, para o aluno que trabalha, ele não tem muito tempo para sair mexendo com grêmio estudantil. Então, havia uma participação, mas não muita efetiva não. Tinha o grêmio, mas não era assim, um grêmio muito atuante dentro da escola (João Naves Cunha).

Apesar de haver pouca participação dos alunos do 2º grau, tanto professores quanto diretores ressaltaram que os grêmios eram significativos, pois era uma oportunidade para a participação e interesse dos alunos pela escola. Para os alunos, os grêmios eram significativos para a escola, pois representavam a participação do aluno da escola através das iniciativas tomadas.

Quanto às comemorações e datas cívicas, percebe-se que houve maior participação dos alunos até a gestão do professor Valdemar Firmino de Oliveira, que declarou.

Toda a comunidade participava das comemorações e datas cívicas, seja através de apresentações teatrais, palestras, atividades esportivas ou de desfile. A escola possuía mais de cento e vinte instrumentos e uniformes especiais. Tinha para uso dos alunos, os uniformes para o desfile. Inicialmente, todos os alunos daqui tinham todo o uniforme, com a camiseta da escola com emblema. Mas, depois, a escola adquiriu em São Paulo uniforme que era azul e amarelo. Tem foto lá, aí é tranqüilo, é azul e amarelo. Correto. Então, destacava ali realmente no desfile de sete de setembro, não é verdade. Agora, ainda na ocasião e você vai encontrar inclusive uma foto na praça Cívica lá no Sérgio Pacheco em frente ao fórum e os alunos lá. Porque, mais na época, éramos diretor da escola, éramos presidente do Lions Clube de Uberlândia Cruzeiro do Sul. Nós fizemos com o exército a homenagem à bandeira, porque 19 de novembro, certo? Então, nós reunimos sob nossa liderança os estudantes e das escolas de Uberlândia, grupo de escoteiros, o exército, a polícia militar, é, todas essas entidades para comemorar. Ah, inclusive tinha o orador oficial, eles participavam e tudo dessa comemoração e os alunos estavam sempre uniformizados, destacando. A escola se preocupava com a formação integral das pessoas, nunca poderia deixar de intuir é o civismo. A formação do cidadão brasileiro. É o significado dessa assim, é vamos dizer importante, na educação, importantíssimo na educação. É para que seja formado mesmo um homem com toda dignidade nacional e hoje, inclusive, fala-se muito em cidadania. (Valdemar Firmino de Oliveira).

Na fala do ex-diretor podemos observar um discurso onde se extraem diversas representações sociais que tentam despertar sentimentos patrióticos, cívicos de aceitação das forças armadas. Discurso que vai de encontro as idéias de legitimação e consenso da sociedade, onde o ideal era como refere-se o entrevistado “formar o homem brasileiro”, ou seja, implantar por meio da educação idéias não contrárias ao regime militar.

Já nas gestões posteriores, percebe-se que os eventos cívicos, já não eram tão significativos para as escolas, uma vez que, a escola mudou de direção e as diretrizes educacionais, passaram à não exigir a presença dos alunos em desfiles como, 7 de setembro por exemplo. Assim, conforme relata o ex-diretor Sr. Ademar Inácio da Silva, “[...] pela não obrigatoriedade, praticamente não havia a participação dos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes nestes eventos”.

A ex-diretora Iolanda Assis Abalém concordou que, apesar de a escola ter uma excelente fanfarra, não havia a obrigação de participação dos professores e alunos nos desfiles de sete de setembro, assim, dependia do conceito destes em participar ou não.

Na visão de alguns dos ex-alunos, nos últimos anos dos cursos técnicos, como a escola não cobrava a participação destes nas datas cívicas, esta era em número bem pequeno, ou não existia, ou seja, percebe-se nestas falas momentos de mudanças e conservações, uma vez que, as diretrizes educacionais externas já não eram de estarem a todo o momento, incentivando os alunos a participarem de desfiles, comemorações, grêmios, etc, assim, a escola continuou participando dos eventos, porém não cobrando a participação do aluno.

Apesar desta não cobrança, determinados professores e diretores, concordavam que os significados das comemorações e eventos realizados pela escola eram: a participação do aluno, além de desenvolver nestes a questão do civismo, da cidadania, do comportamento.

Os significados das comemorações e datas cívicas, para a maioria dos ex-alunos, representavam o resgate de valores como a cidadania, o amor à pátria e um momento de os alunos se conscientizarem da importância dessas datas.

Tanto os professores quanto os alunos argumentaram que os diretores estavam sempre presentes nos eventos realizados pela escola, atuando como coordenadores, administradores, ou até mesmo prestigiando e incentivando a participação dos alunos e professores naqueles. Apenas um entrevistado argumentou que, por não dominar conhecimento na área técnica, a diretoria escolar era alheia aos cursos técnicos, e a participação da direção escolar fazia-se presente apenas quando os alunos reivindicavam materiais para as aulas técnicas.

Como foi visto pelos documentos pesquisados, o 2º grau na Escola Estadual Américo Renê Giannetti tinha um currículo composto por disciplinas teóricas e disciplinas práticas. Segundo os entrevistados, geralmente o professor das disciplinas teóricas transmitia o conteúdo das aulas utilizando como recurso quadro, trabalhos e provas. A metodologia de ensino utilizada pelos professores das disciplinas teóricas foi avaliada como conservadora, pois na visão de alguns dos ex-alunos, os professores cobravam a aprendizagem dos alunos, principalmente em relação à atenção nas aulas, participação, entrega de trabalhos e provas. Nestes aspectos, tanto para os professores das aulas práticas quanto das aulas teóricas a exigência era a mesma. O ex- aluno Renato lembra que: “[...] os professores eram muito bons e cobravam no que tange aos trabalhos, no que tange às provas”.

Segundo alguns dos alunos entrevistados, os professores das disciplinas teóricas procuravam, sempre que possível, fazer interações com as disciplinas práticas. Alguns entrevistados avaliaram os professores como excelentes. Outros tinham uma visão que alguns professores dominavam o conteúdo, enquanto que outros não.

As aulas práticas dos cursos de Mecânica, Edificações, Eletrônica e Eletrotécnica geralmente eram ministradas nos laboratórios e nas oficinas da escola, já as aulas do curso de Secretariado eram ministradas somente em sala de aula. Quando não havia material para as aulas nas oficinas, os próprios alunos traziam para a escola o que conseguiam em empresas da cidade. Grande parte dos ex-alunos afirmaram que antes da aula os professores demonstravam como deveria ser o comportamento nos referidos locais, para que se evitasse acidentes. Nas oficinas, aprendiam como era o funcionamento das máquinas, montavam as peças, os equipamentos e testavam o que estavam estudando. Após as aulas práticas, os alunos entregavam relatórios sobre a aula, conforme afirmam:

A gente era bem orientado na sala de aula. Até na questão de usar as ferramentas, havia uma segurança para ninguém machucar. Era bem orientado, batiam muito na mesma tecla por segurança e pela conservação da área de trabalho. A gente ia do laboratório para a oficina, a gente teve que passar, ficar umas cinco aulas, só ouvindo: “gente, vamos cuidar do que é nosso e vamos tomar cuidado para ninguém machucar, que lá não é brinquedo”. Agora, na aula prática, eles colocavam cada grupo em um equipamento, primeiro ensinavam, um por um, como o equipamento funcionava, e via como a gente fazia, para ver se estava fazendo certo. Lembro da máquina mais moderna que tinha lá que, era a presla. Ensinavam tudo, desde o primeiro passo até como pegar na ferramenta para fazer a baixa ajustagem, ou trabalhar com ela. Então, era uma aula muito boa. (Vander Tavares Pacheco).

Eles exigiam que todo mundo estivesse ali, porque lá havia uma certa defasagem, uma deficiência de material didático. Então, o que acontecia é que eles exigiam sempre que todo mundo participasse, eles queriam ver todo mundo mexendo, quer dizer, não adianta você ficar quietinho num canto lá e falar eu já fiz, eu já sei, você tinha que participar. (Flávio Gonçalves de Rezende).

Na época, no nosso caso, nosso curso era Mecânica, né? Na oficina, como a gente já tinha bastante conhecimento, era mais descontraído. A gente sabia o que estava fazendo. A gente estava aprendendo só novidade. Então, quer dizer, para fazer uma peça, os professores nos orientavam, mas no final das contas era nós, porque às vezes a gente tinha mais conhecimento que eles na prática. Tinha muito pouco material para os alunos, porque estava precisando de bastante verba. Por exemplo, na nossa área, a gente fazia peça mecânica, como engrenagens, esses tipos de coisa assim, então a gente montou, então faltava muito equipamento. Tinha bastante máquina naquela época sofisticada, mas não tinha verba suficiente para a escola adquirir os

equipamentos, mas a gente entendia que era falta de verba mesmo (Gladistone Alves).

Em linhas gerais, todos os entrevistados afirmaram que como alguns professores eram recém formados, havia uma troca de informações entre professores e alunos e os professores procuravam fazer o melhor, ou seja, apesar das dificuldades havia um empenho pessoal para que a escola ofereça um bom curso técnico profissionalizante.

Após a análise acerca da compreensão das representações sociais presentes nas visões dos sujeitos escolares, pode-se perceber que a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, mesmo com características de uma escola técnica profissionalizante, a formação seus alunos também esteve ligada a determinadas normas de conduta e comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentarmos determinadas considerações históricas, educacionais e institucionais, importantes para clariar o nosso objeto de estudo, nestas considerações serão apresentados os resultados deste contexto, ou seja, os fatores externos e internos que diretamente ou indiretamente contribuirão para a formação técnica profissionalizante na Escola Estadual Américo Renê Giannetti.

Como na pesquisa, o ponto de partida foi estudar as práticas e as representações sociais referentes ao ensino técnico profissionalizante de 2º grau na Escola Estadual Américo, nos ateremos nestas considerações as três fases passadas pela escola: quando esta esteve sob a direção do professor Valdemar Firmino de Oliveira, no período da ditadura militar; quando foi dirigida pelo professor Ademar Inácio, no contexto da abertura política e o período em que foi dirigida pela professora Iolanda Abalém.

O professor Valdemar Firmino que estava na direção da Escola Estadual Américo Renê Giannetti desde 1962, foi um dos colaboradores para implantação do 2º grau técnico profissionalizante. Nesta gestão destacou-se a tentativa de implantação do denominado “Centro Regional de Educação para o Trabalho”, um projeto que segundo declarou o próprio diretor, foi elaborado com todos os argumentos para que fosse implantado o 2º grau técnico profissionalizante e, que na escola apenas contribui para este determinado fim.

Como a gestão do professor Valdemar Firmino de Oliveira transcorreu no período da ditadura militar, ou seja, um momento de extrema repressão política e controle social pelas esferas governamentais e que em termos educacionais pautou-se na crença do ensino profissionalizante enquanto capacitador do aluno para o mercado de

trabalho, expresso na lei 5692/71. Como também, numa política educacional voltada para o nacionalismo cujo objetivo era despertar os sentimentos cívicos da sociedade.

A direção pautou-se, segundo professores e ex-alunos em uma gestão mais rígida e autoritária, onde todos os comportamentos tanto em sala de aula, quanto no pátio da escola eram observados. Havia também, um maior rigor em relação aos horários de entrada e saída da escola que deveriam ser rigorosamente cumpridos pelos alunos, tanto que cobrava-se destes a permanência em sala de aula e o cumprimento de todas as normas expressas no regimento da escola.

Notou-se também a importância significativa dadas as feiras científicas, como uma forma de propagar o nome da Escola Américo Renê Giannetti enquanto técnica profissionalizante. E devido ao contexto histórico e educacional, foi bem marcante na escola a questão de se estar a todo momento exigindo do aluno a participação nas comemorações cívicas e a na organização de grêmios.

Como foi salientado essas comemorações também tinham o objetivo de divulgar a Escola Estadual Américo Renê Giannetti para a comunidade, bem como argumentou uma ex-aluna: “Nos desfiles havia até premiações para a escola mais bonita” (Ester Marques).

Percebeu-se também que, o rigor disciplinar desta gestão dividia opiniões, entre professores e alunos, alguns dos entrevistados achavam que era boa e contribuía para o funcionamento da escola, outros já não concordavam com algumas atitudes do diretor por ser muito rigorosa.

Já nas gestões posteriores, quando presencia-se uma política mais dita democrática, com a denominada abertura política, a Escola Estadual Américo Renê Giannetti vai aos poucos adequando às políticas educacionais. Desta forma, percebeu-se que a primeira transformação acontece com a saída do professor Valdemar Firmino de

Oliveira da direção escolar e a primeira eleição para diretor, quando o professor Ademar Inácio da Silva foi eleito pelos professores, funcionários e representantes de alunos, com o projeto de federalização para a escola Américo Renê Gianeetti.

Segundo as entrevistas, em relação as exigências e ao cumprimento das normas escolares, o professor Ademar Inácio da Silva, tentou manter as mesmas políticas administrativas adotadas pela gestão anterior. Porém como o país vivenciava um regime político mais democrático, já não era tão exigida a participação dos alunos em grêmios e comemorações cívicas nem mesmo em nas feiras científicas organizadas pela escola.

Assim, nos últimos anos de funcionamento do curso técnico profissionalizante de 2º grau, percebeu-se que a escola já não era tão rígida como no período anterior e os valores, as atitudes e o comportamento dos alunos foram mudando, uma vez que já não havia tanto rigor disciplinar como antes. Esses foram fatos relatados pelos alunos nas entrevistas.

Na gestão da professora Iolanda Abalém, marcada pela efetiva política de municipalidade na escola com a implantação da “Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho”, tem-se na escola os definitivos reflexos das políticas neoliberais que, retiraram do governo o compromisso com a educação e manutenção do ensino profissionalizante o que fez a escola estabelecer estreitas relações com a Prefeitura Municipal.

Nesta gestão, como na anterior, não houve efetiva participação dos alunos nos eventos cívicos, conforme argumentou alguns dos entrevistados, pela própria não obrigatoriedade na participação nestes. E apesar dos problemas vividos, a escola já ao contrário da gestão anterior, neta gestão, procurou-se resgatar junto aos alunos a importância das feiras científicas, que indiretamente significavam uma forma de estar divulgando os cursos técnicos profissionalizantes e a escola.

Quanto as questões relativas as regras disciplinares, na leitura da maioria dos ex-alunos e ex-professores entrevistados, estas já não eram tão rígidas, porém alguns destes apontaram que, uma maior rigorosidade na questão disciplinar era necessária para um bom funcionamento escolar.

Por meio dos relatos e documentos pesquisados, percebeu-se que a criação da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho, não representou uma saída para os problemas que a escola enfrentava, uma vez que persistiu o elevado índice de evasão escolar, faltavam recursos materiais para o funcionamento das oficinas, os alunos continuavam desestimulados e sem acreditar no ensino técnico profissionalizante, que, como alguns alunos relataram, havia caído em relação ao nível de ensino e, também, contava com professores mal preparados.

Em relação aos comportamentos dos alunos, nas gestões mais ditas “democrática”, também não havia uma expressiva participação dos alunos nos eventos cívicos e na formação dos grêmios escolares e já não havia tanto rigor em relação aos comportamentos dos alunos. Porém, a escola ainda como forma de propagar os cursos técnicos, incentivava a participação dos alunos nas feiras científicas, porém não havia uma grande participação por parte dos alunos.

No transcorrer da pesquisa se evidenciou, que enquanto escola técnica profissionalizante a Escola Estadual Américo Renê Giannetti, tentou adequar as habilitações técnicas à realidade das empresas de Uberlândia, com a finalidade que o aluno ingressaria no mercado de trabalho, porém, na medida em que a cidade não absorveu essa mão-de-obra o aluno foi sentindo desestimulado em cursar as habilitações técnicas oferecidas pela escola.

Percebeu-se também bque através das iniciativas tomadas, a escola tentou resolver os problemas com relação a formação profissionalizante de 2º grau. Porém,

com o passar dos anos, foi perdendo a identidade de escola Técnica Profissionalizante, encerrada de fato com a lei 9394/96, que desobrigou a escola pública a oferecer disciplinas profissionalizantes em seus currículos.

FONTES HISTÓRICAS

1. Depoimentos

1.1. Diretores

3. Ademar Inácio da Silva..... 22/10/2004

1.2. Professores

3. João Naves Cunha..... 22/09/2004

4. Ana Maria de Menezes Andraus Gassani..... 14/09/2004

5. Elvio de Quintino de Rezende..... 24/09/2004

6. Satyro de Souza..... 8/09/2004

1.3. Egressos

1. Gladstone Alves..... 03/09/2004

2. Democlis Antônio de Araújo Filho..... 16/09/2004

3. Nascimento Alves Maciel..... 13/07/2004

4. Auro Sebastião Moraes..... 13/09/2004

5. Vander Tavares Pacheco..... 08/09/2004

6. Flávio Gonçalves de Rezende..... 17/07/2004

7. Alessandra Catarina Silva Santos..... 18/08/2004

8. Renato Batista dos Santos..... 18/08/2004

10. Edson Silva..... 14/09/2004

11. Ester Marques da Silva..... 02/09/2004

12. William Peixoto da Silva..... 14/10/2004

13. Simonar José Tavares..... 20/08/2004

2. Periódicos

ESCOLA Vocacional de Aprendizagem Industrial. *Correio de Uberlândia*. nº 2395, 04/05/1948.

CENTRO Regional de Educação para o Trabalho. *O Triângulo*, 23/10/1981.

INAUGURAÇÃO da Escola Vocacional de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. nº 9320, 07/04/1962.

NOTÍCIAS sobre o centro Regional de Educação para o Trabalho. *O Triângulo*, nº 5161, 02/10/1979.

RENÊ GIANNETTI, uma escola pioneira na formação profissional. *O Triângulo*, nº 3.993, 28/04/1978.

3. Legislações , Decretos e Documentos Oficiais

CARTÓRIO do 1º ofício de registro de imóveis. Comarca de Uberlândia Estado de Minas Gerais. *Escritura*, 18/10/1979.

DIÁRIO do Executivo, Minas Gerais. *Decreto Lei*, 7.020, 01/07/1977.

ESCOLA Estadual Américo Renê Giannetti. *Livro Registro de Matrículas*. 1977 – 1983.

GOVERNO do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. *Convênio nº 92/95, SETAS/ SEE/ PMU*, 1985.

PREFEITURA Municipal de Uberlândia. Cria a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho e dá outras Providências. *Decreto Lei nº 4.212*, 30/09/1985.

PREFEITURA Municipal de Uberlândia. Dispõe sobre a extinção da Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho. *Decreto Lei nº 5.111*, 10/06/1990.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. *Ensino de 2º grau*, vol.3. 1972.

SECRETARIA de Estado da Educação de Minas Gerais. *REMG – Registro Geral de Turmas*. 1984 – 1996.

SECRETARIA de Estado do Trabalho e Ação Social. Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Tipologia 0.5.6.D. *Plano Curricular*, 1977 – 1984.

SECRETARIA de Estado do Trabalho e Ação Social. Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Tipologia 0.5.6.D. *Plano Curricular - Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho*. 1986 – 1995.

SECRETARIA de Estado do Trabalho e Ação Social. Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Tipologia 0.5.6.D. *Currículo Pleno do Ensino Médio*. 1996.

SECRETARIA de Estado do Trabalho e Ação Social. Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Tipologia 0.5.6.D. *Indicadores Curriculares*. 1977 – 1996.

SECRETARIA de Estado do trabalho, Ação Social e Desportos. Secretária de Estado da Educação. *Dados referentes a Escola Estadual Américo Renê Giannetti*, 1970.

SECRETARIA de Estado do trabalho, Ação Social e Desportos. Secretária de Estado da Educação. *Dados referentes a Escola Estadual Américo Renê Giannetti*, 1980.

SECRETARIA do Estado da Educação de Minas Gerais. *Ofício nº 00759/75*.

SUPERINTENDENCIA Educacional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Decreto Lei, Portaria nº 286, 24/04/1982*.

SUPERINTENDENCIA Educacional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Parecer nº 141/75, de 10/04/1975*.

SUPERINTENDENCIA Educacional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Resolução nº 2423 de 10/09/1977*.

5. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ferreira. S.S. de. (1947). Plano de recuperação econômica e fomento da produção do Estado de Minas Gerais. *Felctiano*. Nov. Dez., p. 30.

BIANCHETTI, Roberto G. (2001). *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez.

BORGES, Vera Lúcia A. História e Memória: *Profissionalização, Estado e Ensino em Minas Gerais. A Escola Estadual Américo René Giannetti, no período de 1.947 a 1985*. Uberlândia, (MG): Universidade Federal de Uberlândia (Mimeo).

BREJON, Moysés (1977). *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus: Leituras*. São Paulo: Pioneira.

BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo (1998). *A Escola Profissional de São Carlos*. São Carlos, São Paulo: EdUFSCar.

BURKE, Peter (1997). *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Trad. Nilo Ordalia: Fundação Editora da Unesp.

CHARTIER, Roger (1990). *A História Cultural : entre práticas e representações* Trad. Maria Manuela Galhardo. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: DIFEL.

_____ (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*. 11 (5), p.173 - 191.

CUNHA, Luiz Antônio (1995). *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez.

_____ (2000 a). *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo*. São Paulo: UNESP.

_____ (2000b). *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. São Paulo: UNESP,.

_____ (1998). Ensino Médio e Ensino Técnico: de volta ao passado? In: *Educação e Filosofia*. Uberlândia: UFU, v.12 (14) p. 65 – 89, jul./dez.

ESCOLA Estadual Américo Renê Giannetti (1993). *Relatório Desempenho Funcional*, abril, p. 62-75.

FÁVERO, Osmar (org.).(2001). *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823 – 1988*. Campinas: Autores Associados.

FUNDAÇÃO Municipal de Educação pelo Trabalho (1987). *Planejamento Global Integrado*, março, pp.73-74.

GATTI Jr, Décio (2002). A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI Jr, Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, pp.3 – 22.

GENTILI, Pablo (1995). *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes.

GERMANO, José Wilington (2000). *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez.

GHIRALDELLI Jr., Paulo (2001). *História da Educação*. São Paulo: Cortez Editora.

HALBWACHS, Maurice (1990). *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais.

HOBBSBAWN, Eric (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

HUNT, Lynn (2001). Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes. pp.1- 29.

KUENZER, Acácia (2000). Dualidade estrutural: seguindo o fio da História. In: *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez Editora. pp. 9 – 28.

_____ (1988). *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez.

MACHADO, Lucília Regina de Souza (1989). *Educação e Divisão Social do Trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro*. São Paulo: Cortez.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (1999). Breve Apontamento para a História das Instituições Educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei (org). *História da Educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: Contemporânea, pp.67 – 72.

MANFREDI, Silvia Maria (2002). Educação Profissional no Brasil In: *História da Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, pp. 65 - 108.

MATEUCCI, Nicola (1986). Liberalismo. In: Bobbio, Norberto; Mateucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, pp. 686-705.

MEDEIROS, E. Antunes (2000). *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade, Uberlândia – 1970 / 2001*. Uberlândia: Edufu. (Dissertação de Mestrado)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (1996). *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (1995). O conceito de representação dentro da Sociologia Crítica. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, pp. 98 – 111.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do (2000). *História de Uberlândia*. Uberlândia: Grafy Editora.

NORA, Pierre (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. PUC - São Paulo. n°10, dez, pp.07 – 28.

RAGAZZINI, Dario (1999). Os Estudos Históricos – Educativos e a História da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei (org). *História da Educação*. Perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Contemporânea, pp. 19 – 35.

SAES, Décio (1996). O governo de FHC e o campo político conservador. *Princípios*, São Paulo, n°40, fev./ma./abr, pp.11-16.

SANTOS, Homero. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6462/85*. Brasília DF.

SAVIANI, Demerval (1998). *A nova Lei da Educação: LDB trajetórias limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados.

_____ (1996). *Política e Educação no Brasil: O papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino*. Campinas: Autores Associados.

SCHULTZ, Theodore W. (1973). *O Capital Humano: Investimento em Educação e Pesquisa*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SKIDMORE, Thomas E. (1998). *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

SOARES, Beatriz Ribeiro (1999). *Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro*. (Tese de Doutorado)

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. (1997). *Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9394/96*. São Paulo: Pioneira.

TEIXEIRA, Tito (1970). *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central* Uberlândia, Uberlândia Gráfica.

TOMPSON, Paul (1992). *A voz do passado: História Oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VITA, Álvaro de (1998). *Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ática.

WARDE, Mirian Jorge (1979). *Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez e Moraes.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio Prado (1990). *Capitalismo e Escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI

Dados da Entrevista

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário:

Tempo gasto na entrevista:

Dados do Depoente

Nome:

Data de nascimento:

Endereço:

e-mail:

Período em que estudou na escola:

Séries que cursou:

Chegou a concluir o curso técnico: Qual:

Idade que tinha no período em que estudou na Escola Estadual Américo Renê Giannetti:

Questões:

- 1 - Que motivos o levaram a estudar na Escola Estadual Américo Renê Gainnetti?
- 2 – Que visão você tinha da escola naquela época?
- 3- Qual sua visão hoje?
- 4- Enquanto aluno, como você via o curso técnico profissionalizante?
- 5- Como era a relação escola-família?
- 6 – O que sua família pensava sobre o ensino profissionalizante?
- 7 – E seus amigos?
- 8 – Como era a relação escola comunidade?
- 9 – Como era a participação dos alunos nas feiras tecnológicas?

- 10 - Qual o significado dessas feiras ?
- 11 – Como era a participação dos alunos nos grêmios?
- 12 - Qual o significado desses grêmios?
- 13 - Como era a participação dos alunos nas comemorações e datas cívicas?
- 14 - Qual o significado das comemorações e datas cívicas?
- 15 – Como era a participação dos professores nestes eventos?
- 16 – E os diretores?
- 17 – Como era vista a disciplina escolar?
- 18 – O que era considerado aluno disciplinado?
- 19 - Qual a postura do professor das disciplinas teóricas em relação às aulas?
- 20 - E das disciplinas práticas?
- 21 – Em escala decrescente, destaque cinco atitudes do aluno consideradas “faltas graves”?
- 22 - Em escala decrescente, destaque cinco atitudes do aluno consideradas “positivas”, na escola?
- 23 – Que normas (regras) eram ditadas pela escola?
- 24 – Na sua opinião porque ocorria tanta evasão escolar?
- 25 – Até que ponto a formação profissionalizante ajudou (a) em sua vida?
- 26 – Você continuou seus estudos, onde?
- 27 – Há alguma coisa não abordada e que você considera importante acrescentar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI

Dados da Entrevista

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário:

Tempo gasto na entrevista:

Dados do Depoente

Nome completo:

Data de nascimento:

Endereço:

E-mail:

Formação acadêmica:

Profissão atual:

Período em que atuou na escola:

Forma de ingresso na escola:

Ocupou outros cargos e funções: Quais:

Que disciplinas ministrou na Escola Estadual Américo Renê Giannetti:

Questões:

1 - Quais os motivos que o levaram a lecionar na Escola Estadual Américo Renê Giannetti?

2- Como você via o aluno do curso profissionalizante?

3 - Como você via a escola naquela época?

4 - E hoje?

5- Como era a relação escola-família?

6- Como era a relação escola-comunidade?

- 7 – Como era a participação dos alunos nas feiras tecnológicas?
- 8 - Qual o significado dessas feiras ?
- 9 – Como era a participação dos alunos nos grêmios?
- 10 - Qual o significado desses grêmios?
- 11 - Como era a participação dos alunos nas comemorações e datas cívicas?
- 12 - Qual o significado das comemorações e datas cívicas?
- 13– Como era a participação dos professores nestes eventos?
- 14 – E os diretores?
- 15 – Como era vista a disciplina escolar?
- 16 – O que era considerado aluno disciplinado?
- 17 – Como era a relação professor / aluno?
- 18 - Em escala decrescente, destaque cinco atitudes do aluno consideradas “faltas graves”?
- 19 - Em escala decrescente, destaque cinco atitudes do aluno consideradas “positivas”, na escola?
- 20 – Que normas (regras) eram ditadas pela escola?
- 21 – Na sua opinião, porque ocorria tanta evasão escolar?
- 22 – Há alguma coisa não abordada e que você considera importante acrescentar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-DIRETORES DA ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANNETTI

Dados da Entrevista

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Horário:

Tempo gasto na entrevista:

Dados do Depoente

Data de nascimento:

Nome:

Endereço:

E-mail:

Formação acadêmica:

Profissão atual:

Período em que foi diretor da escola:

Forma de ingresso:

Quais os outros cargos e funções ocupados:

Questões:

- 1 - Como era a forma de recrutamento de diretores?
- 2 - Que motivos o (a) levaram a atuar como diretor da escola?
- 3- Como você via o aluno do curso profissionalizante?
- 4 - Como você via a escola naquela época?
- 5 - E hoje?
- 6- Como era a relação escola-família?
- 7 – Como era a relação escola comunidade?
- 8 – Como era a participação dos alunos nas feiras tecnológicas?

- 9 - Qual o significado dessas feiras ?
- 10 – Como era a participação dos alunos nos grêmios?
- 11 - Qual o significado desses grêmios?
- 12 - Como era a participação dos alunos nas comemorações e datas cívicas?
- 13 - Qual o significado das comemorações e datas cívicas?
- 14 – Como era a participação dos professores nestes eventos?
- 15 – E os diretores?
- 16 – Como era vista a disciplina escolar?
- 17 – O que era considerado aluno disciplinado?
- 18 – Como era a relação professor / aluno?
- 19 - Em escala decrescente, destaque cinco atitudes do aluno consideradas “faltas graves”?
- 20 - Em escala decrescente, destaque cinco atitudes do aluno consideradas “positivas”, na escola?
- 21 – Que normas (regras) eram ditadas pela escola?
- 22 – Na sua opinião, porque ocorria tanta evasão escolar?
- 23 – Há alguma coisa não abordada e que você considera importante acrescentar?

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO RENÊ GIANETTI E NO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA – FONTES DE PESQUISA PARA A DISSERTAÇÃO

TIPO DO DOCUMENTO	DATA	RESPONSÁVEL	ESPECIFICIDADES
Artigo relatando sobre o Plano de recuperação econômica e fomento da produção de Estado de Minas Gerais.	1947	Dr. S. S. Ferreira de Andrade (Diretor da F.E.I.C.T.)	O artigo trata do Plano de recuperação Econômica, organizado por Américo René Giannetti e aprovado pelo governador Milton Campos. Dentre demais assuntos o plano autoriza a construção de escolas técnicas e profissionais no Estado de Minas Gerais.
Jornal Correio de Uberlândia nº 2395, ano XI – de 07/05/1948.	1948		Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial e artigo que decreta a localização da escola em Uberlândia.
Decreto Lei nº 321	1952	Tubal Vilela da Silva (Prefeito Municipal)	Artigos referentes à autorização da Prefeitura Municipal a financiar as obras da construção da Escola Vocacional.
Discurso da solenidade de inauguração da escola.	1961	Dr. Jason Soares de Albergaria	Discurso proferido pelo Dr. Jason Soares durante a inauguração da escola, o qual relata detalhes sobre a construção da escola vocacional na cidade.
Jornal Correio de Uberlândia nº 9.320 de 07/04/1962. Ano XXV	1962		Em 1962 houve a primeira aula inaugural feita pelo governador Rondon Pacheco. Neste ano a escola é instalada oficialmente denominada escola Vocacional de Aprendizagem Industrial.
Plano Municipal de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus	1972	Prefeitura Municipal de Uberlândia	Plano de especifica sobre os projetos de implantação do ensino do ensino de 2º grau na cidade.
Artigo de Jornal Parecer favorável à criação do 2º grau	1975	Geraldo Sardinha Pinto - relator	1975- Examina pedido de aprovação prévia para o funcionamento do ensino de 2º grau na escola. O parecer 141/75 é favorável à criação, porém, esta de dá efetivamente em 1977.
Correio de Uberlândia – 28 de setembro de 1979 ano: XLII nº 12731/ página 8.	1977		1977- Artigo que relata sobre a doação do centro regional de educação para o trabalho.
Governo do Estado de Minas Gerais - Palácio do Governo (Projeto e histórico escolar)	1977	Lucy M. S. Rodrigues - Assessor	1977- O documento faz um detalhamento dos artigos que transformam a escola em 1º e 2º graus. E faz um detalhamento do histórico da escola pós 1º e 2º graus. O 2º grau passou a ser ministrado na escola apenas após aprovação, autorização e funcionamento dos cursos.
Artigo do jornal – Minas Gerais (Diário do Executivo) 1977	1977	Antônio Aureliano Chaves de Mendonça / José Fernandes Filho	1977- Lei nº 7.020 de 1º de Julho de 1977 – Transformam em Escola Estadual Américo René Giannetti de 1º e 2º graus a Escola Estadual Américo René Giannetti de 1º grau.
Construção – edição especial (Informativo particular da escola)	1978	Valdemar Firmino de Oliveira	Jornal Informativo Sobre a Escola, especificando sobre os cursos Técnicos Profissionalizantes de 2º grau.

	1979		
	1981		
Artigo de jornal – Artigo – Portaria nº 286/82	1982	Superintendência Educacional da Secretaria de Estado da Educação, em Belo Horizonte.	1982- Reconhece o ensino de 2º grau em escola da rede estadual, em Uberlândia, vinculada administrativamente à Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desporto.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983	Prof. Valdemar Firmino de Oliveira	1947 a 1955, elaboração do Plano de Recuperação Econômica do Estado de Minas Gerais, pelo secretário da Agricultura Comércio e Indústria Américo Renê Giannetti. Governo Milton Campos. A construção recebeu doação do Prefeito Municipal José Fonseca e Silva.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983	Professor Valdemar Firmino de Oliveira	1962- Conclusão das obras, Instalação e Funcionamento, 1962 pelo governados Magalhães Pinto e Secretário do Interior, Dr. Rondon Pacheco, recebendo a denominação – Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983	Professor Valdemar Firmino de Oliveira	1964- transformou-se em Ginásio Industrial Américo Renê giannetti.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983	Professor Valdemar Firmino de Oliveira	1971- Com a implantação da Lei 5692/71, passou a denominar Escola Estadual Américo Renê Giannetti.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983		1969- Participação de seus alunos na primeira <i>Feria de Ciência Estadual de Minas Gerais</i> , em Belo Horizonte, e <i>primeira Feira Nacional de Ciências</i> no Rio de Janeiro. Entre as décadas de 60 e 70 a escola ministrou vários cursos de preparação de mão-de-obra em Uberlândia e Região.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983		1977- Implantou o curso de 2º grau.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e	1983		1978- Contava com aproximadamente 2.000 alunos

Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola			matriculados no 1º e 2º graus. Na gestão do governador Francelino Pereira, foram construídos 7.762 metros quadrados de escola.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983		1983- Num convênio entre- Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos de Uberlândia a instituição fora transformada no Centro regional de Educação para o trabalho “Américo Renê Giannetti”, oferecendo vários cursos de preparação de mão de obra. Nesta época a escola atendeu 2.200 alunos matriculados nos níveis de 1º e 2º graus, o 1º grau era nas antigas instalações e o 2º grau nas novas.
Secretaria de Estado do Trabalho, ação Social e Desportos. Secretaria de Estado da Educação. Escola Estadual “Américo Renê Giannetti” – 0.5.6.D – Uberlândia – MG Dados da Vida da Escola	1983		Entre as décadas de 60 e 70 a escola serviu com seus laboratórios e oficinas, à Faculdade Federal de Engenharia, durante três anos e meio; preparou e coordenou as atividades do SINE em Uberlândia; colaborou com o primeiro curso superior de habilitação de formação especial de 2º grau, do interior do Estado de Minas Gerais, ministrando pela UTRAMIG, juntamente com o CENAFOR.
Artigo de jornal – Minas Gerais – Extrato de convênio	1985	Secretaria do Trabalho e ação social	1985- Extrato de convênio nº 92/85 celebrado entre a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, Secretaria de Educação e a Prefeitura Municipal de Uberlândia.
Prefeitura Municipal de Uberlândia	1985	Zaire Resende (Prefeito Municipal)	1985- Artigos referentes à Lei nº 4212 de 30 de setembro de 1985, que cria a Fundação Municipal de Educação para o trabalho.
Escola Estadual Américo Renê Giannetti	Décadas de 80 e 90	Iolanda Rodrigues Assis Abalém	Relatório sobre os cursos de aproveitamento de estudo do 2º grau.
Projeto – Fundação Municipal de Educação para o trabalho	1985		O projeto descreve os motivos da criação da fundação, os objetivos, as finalidades, o porquê se criar uma fundação, detalha a proposta e especifica as grades curriculares dos cursos.
Fundação Municipal de Educação para o Trabalho	1987	Ângela Maria Gonçalves da Cunha	Relatório sobre a Fundação Municipal de Educação para o trabalho: Objetivos educacionais – gerais e específicos e currículo dos cursos.
Prefeitura Municipal de Uberlândia	1990	Virgílio Galassi (Prefeito Municipal)	Artigos referentes à Lei nº 5111 de 10 de julho de 1990, dispondo sobre a extinção da Fundação Municipal de

			Educação pelo Trabalho.
Escola Estadual Américo Renê Giannetti	Décadas de 80 e 90	Iolanda Rodrigues Assis Abalém	Relatório geral sobre o Desempenho Funcional da Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1990 – 1996.
Artigo de jornal – Autorização Currículo de 2 anos – Aproveitamento de Estudos de 2º grau	1993	Íris Barbosa Goulart - relatora	1993- Câmara de Planos e Legislação/ parecer nº 584/93. Examina o pedido de Plano Especial para aproveitamento de Estudos e pronuncia favorável ao pedido.
Histórico da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a partir de 1982.	Não consta		Até o ano de 1993 a escola implantou cursos profissionalizantes em nível médio de 4 anos de duração - nas áreas de Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações, Mecânica e Secretariado. Cursos estes ministrados desde 1977.
Histórico da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a partir de 1982.	Não consta		1993- Aprovado pela Secretaria Estadual de Minas Gerais, também os cursos profissionalizantes de aproveitamento de estudos, onde os alunos com ensino médio completo estudavam em 02 anos sé as disciplinas profissionalizantes e com estágio supervisionado, concluindo os alunos recebiam diploma de Técnico em nível médio nas respectivas habilitações.
Histórico da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a partir de 1982.	Não consta		1997- Último ano de oferecimento dos cursos de 04 e 02 anos. Em atendimento a LDB 9394/96 a escola continuou a terminalidade dos cursos profissionalizantes e ampliou as vagas para o ensino médio regular.
Histórico da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, a partir de 1982.	Não consta		1999- Último ano do oferecimento dos cursos profissionalizantes. No da década de 90 a escola elaborou uma proposta de oferecer cursos profissionalizantes pós médio de 2 anos com estágio, porém, oferece apenas o curso de eletrônica em parceria com empresas da cidade.

Professores e Diretores

Prof^a. Ana Maria de Menezes Andraus Gassani.

Atuou no período de 1978-1983, na disciplina História, no currículo comum.

Prof. Eduardo Humberto de Carvalho. Atuou no período de 1978-1996 e ainda atua nas disciplinas de Português e Literatura, no currículo comum.

Prof. Elvio de Quintino de Rezende. Atuou no período de 1980-1996 em todas as disciplinas da grade curricular específica do curso Técnico em Mecânica e ainda atua na escola.

Prof. Harumi Chisaki. Atuou no período de 1978-1996 na disciplina.....

Prof. c. Atuou no período de 1985-1988, nas disciplinas, Eletricidade, Máquinas e Instalações Elétricas e Eletrônica Industrial no currículo específico dos cursos Eletrônica, Edificações e Mecânica.

Prof. Satyro de Souza. Atuou no período de 1977-1979, nas disciplinas Eletrônica e Eletrotécnica no currículo específico do curso Técnico em Eletrônica.

Ex-diretor escolar – Prof. Ademar Inácio da Silva

Ex-diretora escolar – Prof^a Iolanda Assis Abalém

Ex-diretor escolar - Prof. Valdemar Firmino de Oliveira

Alunos

Alessandra Catarina Silva Santos. Coursou as Habilitações – Técnico em Eletrônica no período de 1986-1987 (não concluiu o curso). Técnico em Secretariado no período de 1988-1990.

Auro Sebastião Moraes. Coursou a Habilitação – Técnico em Secretariado no período de 1984-1986.

Democlis Antônio de Araújo Filho. Coursou a Habilitação – Técnico em Mecânica no período de 1984-1987.

Edson Silva. Coursou a Habilitação – Técnico em Eletrônica no período de 1984-1985 (não concluiu o curso).

Ester Marques da Silva. Coursou a Habilitação – Técnico em Secretariado no período de 1979-1981.

Flávio Gonçalves de Rezende. Coursou a Habilitação – Técnico em Eletrônica no período de 1987-1988.

Gladstone Alves. Coursou a Habilitação – Técnico em Mecânica no período de 1993-1994 (não concluiu o curso).

Nascimento Alves Maciel. Coursou a Habilitação – Técnico em Eletroônica no período de 1979-1981.

Renato Batista dos Santos. Coursou a Habilitação – Técnico em Secretariado no período de 1985-1987.

Simonar José Tavares. Coursou a Habilitação - Técnico em Mecânica no período de 1978-1981.

Vander Tavares Pacheco. Coursou a Habilitação – Técnico em Mecânica no período de 1993-1996.

William Peixoto da Silva. Coursou a Habilitação – Técnico em Mecânica no período de 1978-1980 (não concluiu o curso).